

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL**

SILVANO DE CÁSSIO DA SILVA

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES SOBRE O LOTEAMENTO
NOVA ITUIUTABA I E III NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG**

ITUIUTABA

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL

SILVANO DE CÁSSIO DA SILVA

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES SOBRE O LOTEAMENTO
NOVA ITUIUTABA I E III NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal – Área de Concentração: Produção do espaço e dinâmicas ambientais, da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cezar Mendes.

ITUIUTABA

2019

Dedico a todos que apoiaram e torceram por mim. Aos amigos, familiares e professores e, principalmente, aos moradores do Loteamento Nova Ituiutaba, cuja colaboração foi de extrema importância para a conclusão desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Acredito que o mestrado tenha sido uma das coisas que mais desejei em minha vida, mesmo antes da graduação eu sonhava em um dia ter tal oportunidade e a realização deste sonho não foi fácil e somente amigos mais próximos sabem o quanto tive que me dedicar, esforçar, abdicar para que se tornasse realidade.

Devido a isto meu primeiro agradecimento vai para os amigos que estiveram sempre do meu lado me apoiando de alguma forma, obrigado aos queridos amigos Geraldo Constant, Marina Fratari e Marcia pelo apoio, agradeço a amiga Sandra, que durante estes 2 anos, esteve ao meu lado e compartilhou comigo as incertezas, as raivas, as dúvidas, somente nós dois sabemos da dificuldade que foi concluir nossas pesquisas.

Obrigado aos professores do PPGEF, que com muita atenção souberam nos guiar para a conclusão de nossos estudos no programa e aos professores da graduação em geografia da UFU/Ituiutaba, pela base que me forneceram me possibilitando ter estado na pós sem tropeçar.

Agradeço ao meu orientador Prof Dr Paulo Cezar Mendes, pela disposição e ajuda em minha pesquisa.

Agradeço a banca pela disposição, aos professores Anderson Pereira Portuguez e Humberto Minéu eterna gratidão.

Agradecimentos a meus familiares que mesmo estando longe vibraram com o meu ingresso no programa e estão orgulhosos com a finalização e a obtenção do título de mestre.

o amigo Jonathan Fernando que sempre tinha uma palavra de incentivo e mesmo quando as palavras faltavam se fazia presente para me confortar nas incertezas.

Porém, apesar de contar com a ajuda de tantas pessoas, uma ajuda foi especial e sem ela, com certeza eu teria desistido, agradeço a meu companheiro Rafael Martins Mendes, por estar comigo, me ajudar, torcer a favor e sempre me incentivar a querer sempre mais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO PONTAL



Ata da defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Uberlândia.

Defesa de: Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 37, PPGEF.

Data: 28 de Fevereiro de 2019, Hora início: 15h40 Hora encerramento: 18h15

Discente: Silvanio de Cássio da Silva – Matrícula- 21712GEO016

Título do Trabalho: PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES SOBRE O LOTEAMENTO NOVA ITUIUTABA I E III DO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG.

Área de concentração: Produção do espaço e dinâmicas ambientais

Linha de pesquisa: Dinâmicas ambientais

Projeto de Pesquisa de vinculação: Dinâmicas territoriais e produção do espaço

Reuniu-se, no auditório III Campus Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal, assim composta: Professor Doutor: Humberto Ferreira Silva Minéu; Professor Doutor Anderson Pereira Portugal e Professor Doutor Paulo César Mendes, orientador (a) do (a) candidato (a).

Iniciando os trabalhos, o (a) presidente da mesa, Dr. Paulo César Mendes, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato (a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o (a) senhor (a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos (às) examinadores (a)s, que passaram a arguir o (a) candidato (a). Última a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu os conceitos finais.

Em face do resultado obtido, a Banca Examinadora considerou o (a) candidato (a) A provado(a).

Esta defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos às 18 horas e 30 minutos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

Prof. Dr. Humberto Ferreira Silva Minéu

Prof. Dr. Anderson Pereira Portugal

Prof. Dr. Paulo César Mendes
Orientador (a)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586p
2019 Silva, Silvano de Cássio da, 1975-
Percepção ambiental dos moradores sobre o loteamento Nova
Ituiutaba I e III no município de Ituiutaba-MG [recurso eletrônico] /
Silvano de Cássio da Silva. - 2019.

Orientador: Paulo Cezar Mendes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.646>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Geografia. 2. Qualidade ambiental. 3. Planejamento urbano -
Aspectos ambientais - Ituiutaba (MG). I. Mendes, Paulo Cezar, 1972-
(Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
graduação em Geografia do Pontal. III. Título.

CDU: 910.1

Gerlaine Araújo Silva - CRB-6/1408

RESUMO

A percepção ambiental pode ser entendida como uma tomada de consciência pelo homem, de forma que este, percebendo o ambiente em que está inserido, para que assim aprenda a protegê-lo e cuidá-lo da melhor forma possível. Nas cidades, cuidar do meio ambiente e proporcionar para população urbana uma boa e duradoura qualidade de vida tornou-se um dos principais desafios para os gestores públicos, cujo enfrentamento, impõe a necessidade de desenvolvimento de programas de habitação popular que considere em seu arcabouço, além das moradias, a criação e manutenção de ambientes saudáveis. O entendimento dessa dinâmica impõe, além da análise do aparato físico da habitação, aspectos da subjetividade que, em sua maioria, não são considerados na execução dos projetos habitacionais. Nesse contexto, esse estudo objetiva identificar a percepção ambiental dos moradores do loteamento Nova Ituiutaba I e III, na cidade de Ituiutaba-MG. Para tanto, inicialmente, foi elaborada uma revisão bibliográfica sobre a temática envolvendo os aspectos legais da legislação sobre habitação e meio ambiente, moradia popular e percepção ambiental. Posteriormente foram executadas coletas de dados secundários em órgãos públicos sobre o empreendimento, trabalhos de campo para colhimento de dados socioambientais, seguido da aplicação de questionário semiestruturado com os moradores. Foram visitadas 269 residências, que correspondem à 25% da quantidade de moradias. Os dados produzidos foram organizados em planilhas eletrônicas e espacializados em forma de mapas. As análises dos dados apontaram que, em relação à afetividade, a maioria dos moradores ainda não se identificaram como o novo local de moradia. A qualidade das habitações, a precariedade da infraestrutura, a deficiência nos serviços, as grandes distâncias do centro são apontadas, além da sensação de não pertencimento ao local, como causa principal do sentimento de serem esquecidos pelo poder público. Em relação a meio ambiente, os moradores pouco percebem os impactos ambientais provocados pela vida cotidiana no loteamento e não se identificam como agentes responsáveis pelos mesmos, deixando clara a cristalização da ideia de que a melhoria da qualidade ambiental é de responsabilidade da administração pública, sendo eles agentes passivos na criação e manutenção de ambientes saudáveis.

Palavras-chave: Ituiutaba-MG, moradia popular, Percepção ambiental

ABSTRACT

Environmental perception is understood as an awareness of the human being, so that, perceiving the environment in which it is inserted, learn to protect it and take care of it in the best way possible. In cities, caring for the environment and providing the urban population with a good and lasting quality of life has become one of the main challenges for public managers, whose confrontation imposes the need to develop popular housing programs that consider in their framework, in addition to housing, the creation and maintenance of healthy environments. The understanding of this dynamics imposes, besides the analysis of the physical apparatus of the dwelling, aspects of the subjectivity that, in the majority, are not considered in the execution of the housing projects. In this context, this study aims to identify the environmental perception of the inhabitants of the Nova Ituiutaba I and III subdivision, in the city of Ituiutaba-MG. In order to do so, a bibliographical review on the theme involving the legal aspects of the legislation on housing and environment, popular housing and environmental perception was elaborated. Subsequent collections of secondary data were carried out in public agencies on the project, field work for the collection of socioenvironmental data, followed by the application of a semi-structured questionnaire with the residents. 269 residences were visited, corresponding to 25% of the number of dwellings. The data produced were organized into spreadsheets, spatialized in the form of maps. Data analysis showed that, in terms of affectivity, most of the residents still did not identify themselves as the new place of residence. The quality of the dwellings, the precariousness of the infrastructure, the deficiency in services, the great distance from the center are pointed out, as well as the feeling of not belonging to the place, as the main cause of the feeling of being forgotten by the public power. In relation to the environment, the residents do not perceive the environmental impacts caused by everyday life in the development and do not identify themselves as agents responsible for them, making clear the crystallization of the idea that environmental quality improvement is the responsibility of public administration, passive agents in the creation and maintenance of healthy environments.

Keywords: Ituiutaba-MG, Allotment, Environmental Perception

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01:Localização do Loteamento Residencial Nova Ituiutaba**Erro! Indicador não definido.**

Mapa 02:Local de implantação dos Loteamentos Nova Ituiutaba**Erro! Indicador não definido.**

Mapa 03:Vista aérea loteamento Nova Ituiutaba, 2014 ...**Erro! Indicador não definido.**

Imagem 01:Layout do Loteamento Nova Ituiutaba.....**Erro! Indicador não definido.**

Mapa 04:Localização Loteamentos Nova Ituiutaba**Erro! Indicador não definido.**

Imagem 02:Estrutura das casas do Loteamentos Nova Ituiutaba**Erro! Indicador não definido.**

Imagem 03:Perfil Longitudinal do Loteamento Nova Ituiutaba**Erro! Indicador não definido.**

Imagem 04:Muro de arrimo no Loteamentos Nova Ituiutaba, 2018**Erro! Indicador não definido.**

Imagem 05:Perfil Memorial Descritivo muro de arrimo do loteamento Nova Ituiutaba**Erro! Indicador não definido.**

Tabela 01:Participação social por gênero, 1980 e 2014 ...**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 01: Gênero dos entrevistados dos bairros Nova Ituiutaba I e III**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 02:Estado civil dos moradores entrevistados dos bairros Nova Ituiutaba I e III**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 03:Número de moradores por residência dos bairros Nova Ituiutaba I e III **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 04:Idade dos moradores entrevistados dos bairros Nova Ituiutaba I e III.... **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 05:Cidade Estado de origem dos moradores entrevistados dos bairros Nova Ituiutaba I e III**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 06:Escolaridade dos moradores entrevistados dos bairros Nova Ituiutaba I e III**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 07:Sensação em relação ao bairro de origem dos moradores entrevistados dos bairros Nova Ituiutaba I e III**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 08:Sensação em relação aos bairros Nova Ituiutaba I e III**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 09:Sensação do morador sobre dos bairros Nova Ituiutaba I e**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 10:Felicidade do morador dos bairros Nova Ituiutaba I e III**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 11:Preferência do entrevistado em morar nos bairros Nova Ituiutaba I e III ou no local de moradia anterior **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 12:O que o morador gosta dos bairros Nova Ituiutaba I e III**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 13:O que o morador não gosta nos bairros Nova Ituiutaba I e III..... **Erro! Indicador não definido.**

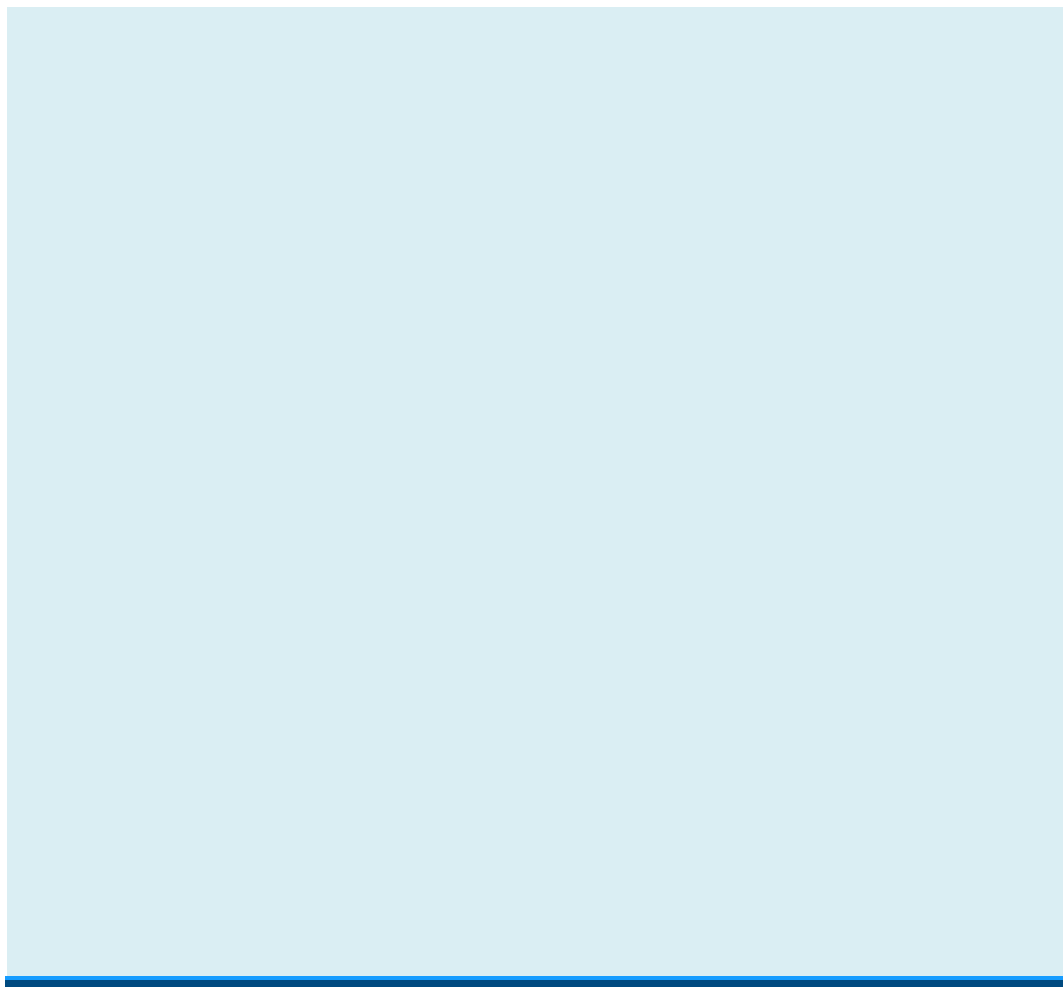
Gráfico 14:Percepção do morador dos bairros Nova Ituiutaba I e III durante o dia . **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 15:O que chama a atenção do morador dos bairros Nova Ituiutaba I e III durante a noite **Erro! Indicador não definido.**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
CAPÍTULO 1. O ESPAÇO GEOGRÁFICO E A PERCEPÇÃO AMBIENTAL.....	27
1.1– Uma abordagem do conceito de Geografia Humanista	27
1.2-Uma abordagem geográfica do tema Percepção Ambiental.....	30
1.2.1 - Percepção: visões e definições	35
1.2.2- O empirismo e a percepção	37
1.2.3-A percepção e o conhecimento.....	38
1.2.4-A percepção e a fenomenologia.....	40
1.2.5-Tuan e a percepção ambiental	41
1.3- Fenomenologia	43
1.4- O conceito de Lugar para Geografia Humanística	45
CAPÍTULO 2 – MATERIAIS E MÉTODOS	48
2.1 - Método.....	48
2.2 INSTRUMENTOS	50
2.2.1 Concepção da pesquisa	50
2.2.2 Definição de público alvo	57
2.3 Localização da área de estudo.....	58

CAPÍTULO 3 - Percepção ambiental dos moradores do loteamento Nova Ituiutaba I e III	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
4 - REFERÊNCIAS	101



"A educação não tem como objeto real armar o cidadão para uma guerra, a da competição com os demais. Sua finalidade, cada vez menos buscada e menos atingida, é a de formar gente capaz de se situar corretamente no mundo e de influir para que se aperfeiçoe a sociedade humana como um todo. A educação feita mercadoria reproduz e amplia as desigualdades, sem extirpar as mazelas da ignorância. Educação apenas para a produção setorial, educação apenas profissional, educação apenas consumista, cria, afinal, gente deseducada para a vida." (Milton Santos, 1998, 126).

INTRODUÇÃO

Uma nova forma de se pensar a geografia ganhou força a partir da década de 1960, com o desenvolvimento da Geografia Humanista. Esse advento, além de propiciar aos pesquisadores tratar de assuntos subjetivos, como os sentimentos, possibilitou também o avanço do entendimento das contradições da sociedade no uso e apropriação do meio ambiente, sendo este tratado como o resultado das relações entre o homem e a natureza.

A década de 1980 também marca um importante período de desenvolvimento da Geografia Humanista no Brasil. Nesse período, durante um contexto de crise paradigmática da ciência geográfica, começam a florescer discussões sobre a percepção do ambiente a partir da tradução dos livros “Topofilia” e “Espaço e Lugar”, de Yi-Fu Tuan, dando uma importante contribuição para os estudos culturais e humanistas na Geografia brasileira.

Para Tuan (1982), a Geografia Humanista procura um entendimento de mundo humano, através dos estudos das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, em como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar.

Neste contexto, a afetividade e a identificação pessoal do sujeito com o lugar estão diretamente conectadas a pesquisas da percepção ambiental, compreendendo, assim, o meio ambiente e o espaço vivido, frisando que a percepção não é estática e varia de acordo com os sujeitos da pesquisa e sua vivência com o meio.

Uma pessoa é um organismo biológico, um ser social e um indivíduo único; percepção, atitude e valor refletem os três níveis do ser”. Nota-se então, que no universo fenomenológico, pessoas formam uma realidade complexa com diferentes manifestações, como o corpo, o conhecimento, a vontade, a linguagem, a sociabilidade, a cultura, o trabalho, o jogo e a religião (TUAN, 1980, P. 284).

Duas pessoas não observam a mesma realidade, e nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente (TUAN, 2012). A visão de meio ambiente e de mundo é um tanto quanto complexa, por isso o respeito às diferenças de ideais e a modos de viver é primordial (LOURENÇO, 2012).

Neste sentido, o meio ambiente é concebido no presente estudo como um sistema formado por elementos naturais e artificiais relacionados entre si e que são modificados

pela ação humana. Trata-se do meio que se transforma e ao mesmo tempo influencia a forma de vida da sociedade, incluído os valores naturais, sociais e culturais que existem num determinado local e momento.

Cada sujeito compreende, observa e contextualiza o espaço geográfico com base em sua percepção pessoal. Tuan (2012) menciona que para entender a preferência ambiental do sujeito, deve-se examinar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e os arredores físicos.

Neste quadro, se torna evidente a influência da fenomenologia sobre os estudos de percepção ambiental, sendo que o emprego dessa premissa passa a ser primordial para que as análises qualitativas sobre o meio ambiente sejam cruzadas com as subjetividades dos sujeitos da pesquisa, resultando em uma investigação rica em detalhes e dados.

A Fenomenologia tem como propósito o estudo da manifestação dos fenômenos à consciência, o que se dá por meio das diferentes vivências do ser humano. De acordo com estudos de Bello (2004), essas vivências encontram-se não somente a percepção, mas também a lembrança, a imaginação e a reflexão, que constituem atos decorrentes de nossa estrutura transcendental.

Segundo Suertegaray (2005, p. 30-31), os estudos em percepção ambiental possuem três conceitos importantes:

espaço, paisagem e lugar. O lugar não é concebido geometricamente, mas é vivido, experienciado. A paisagem é a superfície limitante do espaço vivido. E, o lugar é o centro de significados, expressa não só a localização, mas o tipo de experiência com o mundo.

Carlos (1996, p.20) referindo-se ao lugar também afirma que:

o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar [...]. O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida através do corpo, dos sentidos, dos passos dos moradores, é o bairro, é a praça, é a rua

Ademais, o conceito de lugar é efetivamente utilizado em pesquisas de percepção ambiental, pois é necessário ao pesquisador um entendimento não somente da questão física do local, mas também o entendimento sobre questões sociais, afetivas, morais e estética da área.

Compreender a identidade de cada local é fundamental para análise do lugar. Cada um tem suas próprias tradições, hábitos, costumes, e isto que forma a sua individualidade ou sua identidade.

O lugar se torna diferente através do olhar de cada sujeito, as formas de se interpretar mudam, pois, a consciência humana é um agente transformador do mundo. Segundo Carlos (1996, p. 20), o lugar é o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

Desde a década de 1990 os estudos sobre percepção têm adquirido significado e relevância nas Políticas públicas e na implantação de suas ações, principalmente quando se tratam dos problemas relacionados ao meio ambiente, transformações e mudanças de atitudes e condutas das comunidades (GUIMARÃES, 2003).

De acordo com Melo (2011, p. 101):

é necessário compreender as dificuldades do local em que se reside, tornando-se o ponto inicial para que se resolva o problema organizacional das atividades nos dias atuais. Aparentemente, os problemas deixam de existir para o Poder Público no momento que começam a onerar seus cofres, com valores acima do suportado em orçamento pré-determinado. Quando isso ocorre, os problemas aos olhos da população recebem uma dimensão maior do que realmente são.

Os loteamentos populares possuem um entendimento especial neste contexto, pois, historicamente, surgiram como forma de suprir a falta de moradia para população de baixa renda, apesar de estarem diretamente atrelados ao processo de especulação imobiliária e do poder político de determinados grupos, que muitas vezes, instalam estas moradias em locais sem a infraestrutura básica necessária, em locais distantes das áreas centrais, muitas das vezes descontínuas do restante da malha urbana. Deste modo, é de grande importância analisar os processos de organização socioespacial de uma localidade para e entender a realidade da comunidade ali inserida.

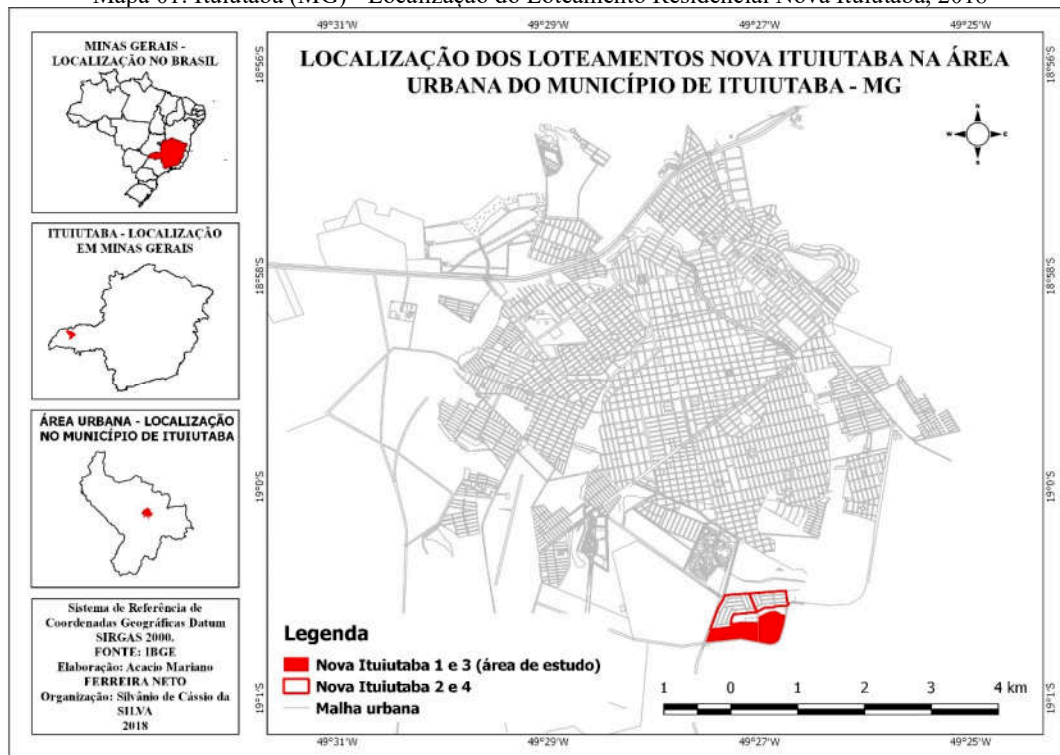
Os possíveis problemas de planejamento em loteamentos populares e os problemas sociais causados por esta ação têm a necessidade de serem estudados para que, dentre outras finalidades, sirvam de subsídios para o desenvolvimento e implantação de políticas públicas destinadas à mitigação de problemas existentes, bem como evitar a recorrência dos mesmos em novos empreendimentos destinados à moradia popular.

Baseado nessas premissas, esse estudo objetiva identificar a percepção ambiental dos moradores dos bairros Nova Ituiutaba I e III, no município de Ituiutaba-MG. Esse estudo busca ainda: adensar o referencial teórico relacionado à moradia popular e percepção ambiental; caracterizar a área de estudo sob a ótica histórico-geográfica,

examinar a situação física e legal do loteamento; identificar a relação socioambiental dos moradores do loteamento.

Localizados no setor Sul da cidade, o loteamento Nova Ituiutaba teve sua construção inicia no ano de 2012, sendo ela organizada em quatro fases: Nova Ituiutaba I, Nova Ituiutaba II, Nova Ituiutaba III e Nova Ituiutaba IV, totalizando 1766 moradias das quais, 966 já estão ocupadas desde 2014, o restante ainda em fase de acabamento sem data para entrega aos contemplados (Mapa 01).

Mapa 01: Ituiutaba (MG) - Localização do Loteamento Residencial Nova Ituiutaba, 2018



Fonte: Ferreira Neto, A, M, 2018.

Com base nessas premissas, esse estudo foi estruturado em quatro capítulos, além desta introdução. No capítulo 1, no intuito de contextualizar o referencial teórico que orientou este estudo, foram utilizados para definir o entendimento das premissas da Geografia Humanística os trabalhos de Claval (1997 e 2002), Amorim Filho (1998) e Holzer (1996). Na discussão da Percepção Ambiental no contexto da Geografia foram utilizados, entre outros, Okamoto (2003), Tuan (1980) Del Rio e Oliveira (1999). Para definição de Percepção Ambiental, foram empregados, Marin (2008), Chauí (2002) e Ponty (2006). No resgate e entendimento da percepção para o empirismo, foi feita a análise do trabalho de Celeti (2014), que discorre sobre as perspectivas de Locke, Berkeley, Hume, além de Chauí (2000). Para entendimento da percepção em relação aos Intelectualistas, foi analisado Descartes na visão de Chauí (2000) e Cruz (2008). A Percepção para a Fenomenologia de Merleau-Ponty por Pereira (2010), Souza (2011) e Ferraz (2009). A Percepção para Tuan foi feita através de análise de Tuan (1980 e 2012) e Silva (2014). Para conceituar Fenomenologia foram utilizados os entendimentos de Ponty (1994), Lencioni (2003). O conceito de Lugar para Geografia Humanística foi feito através de pesquisas de Holzer (1994), La Blache (1913), Relph (1976), Sauer (1983).

No capítulo 2, “Materiais e Métodos”, buscou-se apresentar a concepção desse estudo, tendo o método descritivo e quali-quantitativo como principais instrumentos. Também neste capítulo são apresentados o público-alvo e uma caracterização da área de estudo.

No capítulo 3, “Resultados e Discussão”, são apresentadas, por meio de gráficos e textos, as respostas obtidas através da aplicação de questionários junto aos moradores do loteamento Nova Ituiutaba, trazendo informações como o gênero, idade, escolaridade cidade, estado e bairros de origem dos mesmos. Neste capítulo também são expostas as percepções dos moradores sobre o loteamento, merecendo destaque aquelas em que avaliam o que pode ser feito para a melhoria da qualidade de vida local e o grau de satisfação e insatisfação dos moradores em relação ao loteamento.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, que, resumidamente, demonstram o que foi apreendido por este estudo, bem como as relações sociais destes indivíduos com o ambiente.

CAPÍTULO 1. O ESPAÇO GEOGRÁFICO E A PERCEPÇÃO AMBIENTAL

O entendimento dos conceitos utilizados em uma pesquisa acadêmica é de extrema importância para o andamento, validade e relevância do trabalho, além de proteger o pesquisador de possíveis falhas, assim direcionando a produção. Neste capítulo são apresentados os conceitos que nortearam esta investigação, tendo como principais o conceito de lugar, o entendimento da geografia humanista e o entendimento de diversos pensadores sobre a percepção ambiental

1.1– Uma abordagem do conceito de Geografia Humanista

A transformação do conhecimento geográfico é contínua e se estrutura com surgimento de novas ideias, diferentes formas de pensamento e com a mudança da sociedade.

Para Rocha, 2007, p.20, ao longo dos tempos, a Geografia se mostrou como um campo do conhecimento que busca constantemente a compreensão do mundo e suas contradições no âmago das relações sociais, na apropriação e uso do meio ambiente.

Pensando desta forma, o processo de desenvolvimento de novas teorias, e uma nova configuração do pensar e compreender os fenômenos exigem a queda de paradigmas.

Sobre a forma atual de se pensar a ciência geográfica que buscar compreender as relações socioespaciais, e de que maneira analisar estes processos que para Carlos (2002, p. 162), “(...) é cumulativo (histórico), social (dinâmico), relativo e desigual, ao mesmo tempo contínuo/descontínuo”.

A Geografia surge na antiguidade com o objetivo de localizar os lugares na superfície terrestre, gerando assim representações espaciais cartográficas dos lugares e,

de forma secundária, descrições sobre os mesmos, conforme discutido por Claval (1997, p. 2002).

A Geografia passa por uma grande transformação no século XVI, devido a expansão marítima, para Claval, 1997:

Essa foi uma fase na qual o melhor conhecimento das rotas náuticas constituía-se como fator essencial no sucesso de grandes empreitadas econômicas, sendo o trabalho do geógrafo, nesse sentido, intensificado no estabelecimento de latitudes e longitudes, associando leituras de documentos de viagem a levantamentos astronômicos.

Uma nova fase da Geografia se deu por meio da descrição das paisagens por Humboldt, que de acordo com (Amorim Filho,1998 e Maximiano,2004), foi um pesquisador que enfatiza em seus trabalhos a necessidade de se praticar observações e descrições cuidadosas e precisas da natureza no campo, demonstrando amplo interesse por aspectos como fisionomia e aspectos da vegetação, as influências do clima sobre os seres, etc.

Nesta fase, de acordo com estudos de Amorim Filho, 1998, duas concepções se destacaram na geografia, que por meio dos seus métodos buscava o entendimento da relação entre a sociedade e a natureza e uma outra que tinha como preocupação o papel dos territórios no funcionamento dos grupos, tendo em comum entre as duas linhas de pesquisa a existência de uma realidade global.

Em meados do século XX, é proposta uma teoria que fazia a divisão da Terra, por meio da combinação de aspectos naturais e ações humanas, após essa melhora um novo enfoque surge na Geografia, que é o estudo da distribuição dos homens e sua inserção no meio ambiente, passando os grupos humanos a ser o centro da análise. (Claval, 1997, 2002)

Surge assim a Geografia Cultural, que com pensadores como Sauer, estava alicerçada em tema como história da cultura no espaço, ecologia cultural e, principalmente, paisagens culturais, sofrendo, de acordo com Corrêa (1999), porém críticas a esta forma de pensar a geografia fez com que seu prestígio caísse na década de 1940.

Pesquisas de Claval, (2002, p.18), fala da retomada na década de 1950, através de um novo paradigma se apresenta nos estudos geográficos: trata-se do estudo das localizações. Pensando assim, o conceito de redes fundamentado na definição de que “O espaço está organizado porque está estruturado em redes de relações sociais e

econômicas, em redes de vias de transporte e de comunicação, e em redes urbanas, que concretizam os efeitos da combinação dessas redes.

Buscando a renovação da Geografia Cultural no início de 1960, por meio de trabalhos produzidos por John K. Wright, David Lowenthal lança trabalhos nos quais discute o fato de que a Geografia deveria abarcar os vários modos de observação, o consciente e o inconsciente, o objetivo e o subjetivo, o fortuito e o deliberado, o literal e o esquemático. (Holzer, 1996).

Neste sentido (Rocha, 2007, p.21) cita:

Tem-se assim um novo modo de pensar a Geografia, sob um enfoque cultural, no qual a natureza, a sociedade e a cultura são refletidas como fenômenos complexos sobre os quais só se obtém respostas a partir de experiências que se apresentam e conforme o sentido que as pessoas dão à sua existência.

Neste período é lançado o livro *Topofilia* de Yi Fu Tuan, propondo que a geografia pense na relação homem com o mundo que vive. Outro nome de destaque foi de Anne Buttimer que segundo Oliveira, 2001, teve trabalhos significativos para a constituição da Geografia Humanista, pautados no olhar crítico de questões sociológicas com valores geográficos.

Em 1976, Yi-Fu Tuan, sugeriu o termo Geografia Humanística, assim lançou conceitos fundamentais para a compreensão do ambiente e para as aspirações do Homem em se tratando de qualidade ambiental. Entre outros conceitos, ele apresentou o de topofilia, topofobia, topocídio e o de lugares valorizados, bem como dissertou sobre as noções de Espaço, Lugar e experiência vivida baseado teoricamente na Psicologia e na Fenomenologia de Husserl e de Merleau-Ponty. As contribuições de Tuan, sem dúvida, são as mais estimulantes e importantes para a Geografia Humanística (Amorim Filho, 1992; 1999; Marandola Junior; Grato, 2003);

A Geografia Humanista é pautada na valorização das experiências, os sentimentos, a intuição, a subjetividade e a compreensão das pessoas sobre o meio ambiente que habitam.

Para Tuan, 1982. a Geografia Humanista procura um entendimento do mundo humano por meio do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar.

Rocha (2007, p.21):

Sob esse prisma de estudo da Geografia, tem-se como premissa que cada indivíduo possui uma percepção do mundo que se expressa diretamente por meio de valores e atitudes para com o meio ambiente, ou, em outras palavras, a Geografia Humanista busca a compreensão do contexto pelo qual a pessoa valoriza e organiza o seu espaço e o seu mundo, e nele se relaciona.

Para Entrikin 1980, p.16):

[...] os geógrafos humanistas argumentam que sua abordagem merece o rótulo de “Humanista”, pois estudam os aspectos do homem que são mais distintamente humanos: significações, valores, metas e propósitos. (...). Da valorização da percepção e das atitudes decorre a preocupação de verificar os gostos, as preferências, as características e as particularidades dos lugares. Valoriza-se também o contexto ambiental e os aspectos que redundam no encanto e na magia dos lugares, na sua personalidade e distinção. Há o entrelaçamento entre o grupo e o lugar.

A Geografia Humanista uma corrente científica que busca a compreensão dos fenômenos por meio das sensações pessoais, Para Holzer, 1999, além da importância da cultura nos estudos geográficos, incluir definições de outras ciências para alicerçar as linhas de pensamento da Geografia Humanista foi fundamental para a consolidação de suas teorias, além de seu aporte filosófico e conceitual baseado na fenomenologia.

Conforme Holzer (1996, p.11-12),

[...] a fenomenologia passa a ter a fenomenologia como aporte para estudos geográficos com aspectos subjetivos da espacialidade, a partir de Edward Relph, sendo que “(...) o método fenomenológico seria utilizado para se fazer uma descrição rigorosa do mundo vivido da experiência humana e, com isso, através da intencionalidade, reconhecer as ‘essências’ da estrutura perceptiva”.

Neste sentido, de acordo com estudos de Pereira (2010, p.174), a Geografia Fenomenológica está pautada na percepção, considerando o mundo vivido e a subjetividade, que é de suma importância para a compreensão do espaço.

1.2-Uma abordagem geográfica do tema Percepção Ambiental

De acordo com estudos de Souza influências da Fenomenologia sobre os estudos de percepção ambiental são amplamente reconhecidas, embora o emprego do método fenomenológico em pesquisas aplicadas ainda constitua foco de debate, em virtude das adaptações necessárias do campo filosófico para o campo empírico. Contudo, é muito

importante a riqueza desse método para as investigações que buscam conhecer o aspecto subjetivo da relação entre os seres humanos e o meio ambiente.

Segundo Ferrara (1993), a percepção ambiental pode ser definida como o processo que explicita a lógica da linguagem que organiza os signos dos usos e hábitos de um lugar, sendo uma representação da imagem de um lugar, mostrada nos signos que uma comunidade constrói em torno de si.

A percepção interessa a ciência geográfica, pois para se entender a percepção humana do mundo, é necessário compreender também o espaço geográfico como o conjunto de eventos físicos, naturais e humanos.

Sobre a percepção, Ribeiro (2009, p 49)

Essa é uma forma de fazer Geografia que não prioriza gerar um conhecimento objetivo e/ou teórico, mas um conhecimento que advém das percepções, representações, atividades e valores dos Homens em geral. Em outros dizeres, é uma Geografia que visa alcançar uma compreensão do mundo, através do estudo das relações das pessoas com o MA, de seu comportamento geográfico, de seus sentimentos e de suas ideias em relação aos espaços e aos lugares.

Tuan (1983), pensou o espaço, como sendo o local onde acontece a relação do homem com a natureza, levando em consideração a percepção e a experiência intersubjetiva. Essa compreensão envolve, portanto, um complexo de experiências por meio das quais damos sentido ao espaço, seja por meio da percepção visual, auditiva, tato ou mesmo do pensamento.

Seguindo a mesma linha de pensamento, pode-se pensar o espaço como um vocábulo abstrato utilizado para designar um conjunto de ideias que construímos a partir da percepção, da experiência e, por conseguinte, da compreensão da realidade., desta forma, a compreensão do homem perpassa a sua inserção e divisão do espaço assim como a transformação do espaço por ele (Tuan, 1983).

Continuando na busca do entendimento do conceito, para Houaiss 2008, o termo percepção possui considerável variabilidade de significados por causa das suas diferentes definições em variadas áreas do conhecimento. Derivado do latim perceptio, que significa “compreensão, faculdade de perceber”

Esse termo é definido, em linhas gerais, como o ato ou efeito de perceber; combinação dos sentidos no reconhecimento de um objeto; recepção de um estímulo; faculdade de conhecer independentemente dos sentidos; sensação; intuição; ideia;

imagem; representação intelectual (Marin, 2008), sendo assim, a percepção ambiental é percebida pela leitura semiótica das manifestações de uma comunidade.

Oliveira (2002), por sua vez, trabalha o conceito de percepção ambiental tendo por base o construtivismo piagetiano, propondo que é um processo de atribuição de significados subordinado às estruturas cognitivas, detentor de uma função adaptativa.

Piaget (citado por Oliveira, 1978) aponta que a percepção é um conhecimento originado do contato efetivo, direto e imediato do sujeito com os objetos e seus movimentos dentro do campo sensorial, e afirma então que a percepção é uma construção da inteligência humana.

Para Okamoto (2003) que aborda questões sobre o comportamento humano na sociedade, colocando-o como resultante de um processo perceptivo no qual o ambiente possui um papel fundamental, a maior importância está na harmonia e na boa convivência com o ambiente, sendo então a percepção definida como o processo de organizar e interpretar dados recebidos para que se possa desenvolver a consciência do ambiente que nos circunda e também reflexivos.

Para Pacheco e Silva (2007), a percepção ambiental é hoje, um tema recorrente que vem colaborar para a consciência e prática de ações individuais e coletivas, desse modo, o estudo da percepção ambiental é de tal relevância para que se possa compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, suas satisfações e insatisfações, expectativas, julgamentos e condutas.

Para Tuan (1980), a atitude, o valor e visão do mundo estão entre as palavras chaves para trabalhos de percepção ambiental, entretanto, na obra “ Percepção Ambiental: a experiência brasileira” Del Rio e Oliveira (1999), classificam os estudos da obra em três grupos distintos.

1. Estudos que visam nortear projetos e intervenções ambientais e são de relativa importância a arquitetos e urbanistas.

2. Estudos que buscam a interpretação dos fenômenos perceptivos e que contribuem para a compreensão da realidade percebida.

3. Estudos que visam à formação de sistemas de valores e à interpretação da realidade e são relativos à Educação Ambiental.

Sendo assim, segundo Tuan, a visão do mundo é a experiência conceitualizada, sendo ela parcialmente pessoal e em grande parte social.

Segundo Mayfield (1972), a percepção é função da individualidade do observador: “Na percepção, cada homem tem uma imagem do mundo de acordo com suas

preferências, sendo que existe uma conexão entre o meio, comportamento espacial e experiências passadas”. (Mayfield, 1972 apud Rodrigues et al, 2012).

A definição de percepção ambiental para Macedo (2000), aponta ser diferentes formas sensoriais que se capturam, percebem e se sensibilizam pelos fatos, fenômenos, realidades, manifestações, processos ou mecanismos ambientais observados “in loco”. Ainda seguindo esta lógica o autor cita a importância da percepção ambiental é enfatizada por ser a precursora do processo de conscientização do indivíduo em relação às realidades ambientais observadas. A percepção é um processo individualista

Para Ferrara (1993), a percepção ambiental é definida como operação que revela a lógica da linguagem, tendo a função de organizar os signos expressivos dos usos e dos hábitos de um lugar. Então, na tentativa de explicar a imagem de um lugar veiculada nos signos com os quais a comunidade se constrói, usar-se-ia uma leitura semiótica da produção discursiva, artística e arquitetônica de uma comunidade.

Diegues (1997), por sua vez, explicita que a percepção ambiental das diferentes organizações e/ou sociedades implica no estabelecimento de relações entre o homem e a natureza, manifestadas nas atividades de fazer e de conhecer.

Para Vestena (2004) a percepção ambiental pode ser entendida como a visão subjetiva dos atores sobre o meio ambiente, calcada no acúmulo de experiência pessoal na relação com o meio.

Tuan (1979), atento às interfaces do homem com o meio ambiente, considera a percepção como resposta dos sentidos aos estímulos externos e como atividade proposital na qual certos fenômenos são claramente registrados enquanto outros retrocedem para a sombra e são bloqueados. De acordo com autor, muito do que é percebido tem valor para as pessoas por estar intimamente ligado aos interesses, às necessidades, às visões de mundo e às experiências vividas. A experiência é conceitualizada a partir de um sistema estrutural de crenças, sendo assim, ela é pessoal e sociocultural.

De acordo com estudos de Cunha (2009, p 71), existem vários conceitos para o termo “percepção ambiental”, mas cabe ressaltar que, em todos eles, o principal aspecto a ser levantado é a questão das relações entre o homem e o meio ambiente, como cada indivíduo o percebe, o quanto conhece do seu próprio meio, o que espera do seu meio, como o utiliza e sua ação cultural sobre esse meio.

Reforçando esta ideia, Whitehead (1994, p 09):

[...] a natureza é aquilo que observamos pela percepção obtida através dos sentidos. Nessa percepção sensível, estamos cômicos

de algo que não é pensamento e que é contido em si mesmo com relação ao pensamento. Essa propriedade de ser autocontido com relação ao pensamento está na base da ciência natural... cujas relações mútuas prescindem da expressão do fato e do que se pensa acerca das mesmas. ”

Ainda de acordo com Tuan (1980) a percepção ambiental pode ser entendida tanto como a resposta aos estímulos externos, na qual certos fenômenos são registrados enquanto outros são bloqueados e, que muito daquilo que se percebe tem valor para nossa sobrevivência biológica e na satisfação enraizadas na cultura. Ainda de acordo com este autor, atitudes em relação à vida e ao meio ambiente refletem variações individuais, como idade, condicionamentos culturais e experiências.

Para se compreender as relações que as pessoas estabelecem com diferentes ambientes, sejam lugares ou natureza, é necessário saber se há ligação emocional. Dessa forma, o que as pessoas decidem prestar atenção e valorizar é consequência de sensações individuais e preocupações que atuam em uma determinada época.

O autor assume que a cultura tem papel importante no condicionamento da percepção e valores ambientais das pessoas. Da mesma forma, Molina et al. (2007) discutem que percepções e atitudes em relação a um mesmo local poderão ser totalmente diferentes, podendo trazer implicações para a Gestão Ambiental.

Sendo assim, Tuan (2012) e Okamoto (1999) defendem que há possibilidade de vários seres compartilharem percepções comuns por estarem num mesmo contexto sociocultural, partilharem dos mesmos conceitos, princípios e pressupostos paradigmáticos e por possuírem órgãos sensoriais comuns.

Para Piaget (1976), a percepção assume um relacionamento de contato material recíproco entre o homem e o meio. Segundo ele, a percepção é concebida como: “O conhecimento adquirido ocorre através do contato direto. É imediata a percepção dos objetos que estão mais próximos aos seres, tudo se processando no mesmo campo sensorial.”.

Chauí (2002), entende que a percepção é uma comunicação, uma interpretação e uma valoração, a partir da estrutura de relações entre nosso corpo e o mundo. Ela envolve toda nossa personalidade, nossa história pessoal, nossa afetividade, nossos desejos, isto é, a percepção é uma maneira fundamental de os seres humanos estarem no mundo. Ao tratarmos de percepção, estamos envolvendo questões tanto sociais como culturais e históricas. Ela também oferece um acesso ao mundo dos objetos práticos e instrumentais, isto é, nos orienta para a ação cotidiana.

Partindo desta mesma ideia Krzysczak (2016, p 01), escreve sobre a importância do estudo da percepção ambiental, para o entendimento dos valores que são atribuídos ao meio ambiente, para o entendimento do peso das ações antrópicas sobre eles.

1.2.1 - Percepção: visões e definições

A psicologia cognitiva de acordo com estudos de (Sternberg, 2000), foi a primeira ciência descrever o termo percepção como sendo o conjunto de processos pelos quais o sujeito reconhece, organiza e entende as sensações recebidas por estímulos ambientais, porém assumindo diferentes enfoques dependendo das áreas da ciência.

A definição de percepção varia dependendo da área e conhecimento que ela é aplicada de acordo com (Ribeiro et. al., 2009), tendo origem do latim *perceptivo*, é de definido como o ato ou efeito de perceber, a combinação dos órgãos sensoriais no reconhecimento de um objeto ou conjunto de elementos do ambiente; recepção de um estímulo; sensação; intuição; ideia; imagem; representação intelectual (MARIN, 2008).

Segundo Davidoff (1983), a percepção define-se como o processo de organizar e interpretar dados sensoriais recebidos (sensações) para desenvolvermos a consciência do ambiente que nos cerca e de nós mesmos. A percepção implica interpretação. Nossos sentidos podem ser considerados como nossas janelas para o mundo.

Sobre a influência da percepção nas pessoas Krzysczak, 2016 cita:

Para os seres humanos, a percepção é uma atividade flexível, ou seja, no curso da vida diária, elas se adaptam continuamente ao meio que as cerca. A motivação pessoal, as emoções, os valores, os objetivos, os interesses, as expectativas e outros estados mentais influenciam o que as pessoas percebem.

Moutinho, (2006, p 178), falo que a percepção é um ato anônimo e se não fosse desta forma, não haveria contrastes visuais, a obra de Ponty está centrada na percepção, o autor a considera a porta de entrada e saída para o mundo exterior em consonância com o dito secular, que afirma ser os olhos a janela da alma e espelho do mundo.

Ainda de acordo com Moutinho, 2006, p.181, que o sujeito de percepção é antes de tudo o corpo e não a consciência, deste modo ser o corpo que primeiro capta a percepção e só depois passa para a consciência, sendo assim a percepção um ato pessoal, porém “Não se trata, portanto, de dizer que o corpo é animado pela intencionalidade da consciência; ao contrário, trata-se de reconhecê-lo como dotado de uma intencionalidade original” (Moutinho 2006, p. 133)

Para Souza (2010, p 27):

A percepção é uma verdade intrínseca e sem dúvida²⁹, porém, não confundamos com ilusão, embora muitas vezes não conseguimos distinguir as coisas percebidas. Mas na medida em que vivemos, estamos presentes na existência, somos envolvidos pelas coisas do e no mundo, e, no entanto, percebemos.

Para Chauí, (2002, p 200):

A percepção nos introduz ao duplo enigma do visível: de um lado, o da identidade da coisa sob a pluralidade interminável das perspectivas em que é percebida; de outro: o da comunidade do mundo percebido sob a pluralidade interminável dos mundos percebidos privados. O Uno e o múltiplo, o mesmo e o outro, que coabitam harmoniosamente na percepção e no visível, tornam-se paradoxais sob os efeitos da interrogação. O que é perceber?

Sobre a percepção Souza 2001, traz um apanhado de conclusões, como sendo ela a síntese temporal e não uma revelação instantânea do objeto, que a percepção se dá por perfis e não pela totalidade e que a percepção se situa no campo aberto do possível.

Dando aporte a esta afirmativa Chauí, (2002, p155) reforça que:

corpo não é uma máquina de músculos e nervos ligados por relações de causalidade e observável do exterior, mas é interioridade que se exterioriza, é e faz sentido.

Usando a mesma linha de pensamento Ponty (2006, p.195) cita:

meu corpo tem seu mundo ou compreende seu mundo sem precisar passar por “representações”, sem subordinar-se a uma função “simbólica” ou “objetivante.

Ainda Souza (2011, p.34), afirma que por meio da percepção que adquirimos o conhecimento sobre o mundo.

Para Chauí, a percepção sempre se realiza por perfis ou perspectivas, isto é, nunca se pode perceber de uma só vez um objeto, pois somente percebe-se alguma de suas faces de cada vez; no pensamento, nosso intelecto compreende uma ideia de uma só vez e por inteiro, isto é, captamos a totalidade do sentido de uma ideia de uma só vez, sem precisar examinar cada uma de suas “faces”.

Ainda segundo a autora:

A percepção se realiza num campo perceptivo e o percebido não está “deformado” por nada, pois ver não é fazer geometria nem física. Não há ilusões na percepção; perceber é diferente de pensar e não uma forma inferior e deformada do pensamento. A percepção não é causada pelos objetos sobre nós, nem é causada pelo nosso corpo sobre as coisas: é a relação entre elas e nós e nós e elas; uma relação possível porque elas são corpos e nós também somos corporais.

1.2.2- O empirismo e a percepção

Uma das definições de empirismo como a escola do pensamento filosófico que está relacionado a teoria do conhecimento, a origem das ideias ligadas a experiência.

Ao longo da história da filosofia, diversos pensadores abordaram a questão da importância ao conhecimento da experiência, não apenas a intelectual, tendo como um dos principais defensores o filósofo inglês John Locke (1632-1704).

Locke defendia que a experiência formava ideias na mente do sujeito, ele defendia que qualquer ideia se inicia na experiência.

De acordo com estudos de Celeti:

A experiência, para Locke, não são as experiências de vida. Experiência para ele são as nossas sensações (sentidos). Ouvimos, enxergamos, tocamos, saboreamos e cheiramos. Cada um dos cinco sentidos leva informações para o nosso cérebro. Quando nascemos não sabemos o que é uma maçã, mas formamos a ideia de maçã a partir dos sentidos. Vemos a sua cor, sentimos o seu aroma, tocamos sua casca e mordemos a fruta. Cada uma dessas sensações simples nos faz ter a ideia de maçã. A partir da sensação, há a reflexão. Dessa forma, nossas ideias são um reflexo daquilo que nossos sentidos perceberam do mundo. Com essa constatação, Locke afirma que, ao nascermos, somos como uma folha em branco. São, então, os sentidos responsáveis pelo preenchimento dessa folha.

As ideias de Locke foram reformuladas pelo Irlandês George Berkeley (1685-1753), Celeti cita em seus estudos que para Berkeley, o que conhecemos do mundo não é realmente o que o mundo é. O mundo não é o que percebe, Pode-se perceber o mundo por meio dos sentidos, mas não o conhecer de verdade.

Para o escocês, David Hume, (1711-1776), só existe o que se percebe, porque todas as relações feitas entre o que se conhece, não são conhecimentos de verdade, para ele, pode conhecer uma bola e pode conhecer um pé, porém se chuta-se uma bola não há nada que confirme que a bola se move porque foi o pé que a moveu.

De acordo com Celeti, Hume critica as ciências, pois trabalham com a ideia de causa e efeito. Essa relação de causalidade (causa-efeito) é uma relação entre ideias e é, portanto, não verdadeira. Tudo o que pensamos ser verdadeiro, como a causa do movimento da bola, é imaginação.

O empirismo defende a experiência como a principal formadora das ideias, e é normalmente utilizada em métodos científicos modernos, que defende uma teoria científica baseada na observação do mundo e não na intuição e fé.

Para o empirismo a sensação e a percepção depende de ações externas causando estímulos em nossos sentidos e no sistema nervoso, sendo assim, segundo Chauí, 2000:

A sensação seria pontual, isto é, um ponto do objeto externo toca um de meus órgãos dos sentidos e faz um percurso no interior do meu corpo, indo ao cérebro e voltando às extremidades sensoriais. Cada sensação é independente das outras e cabe à percepção unificá-las e organizá-las numa síntese. A causa do conhecimento sensível é a coisa externa, de modo que a sensação e a percepção são efeitos passivos de uma atividade dos corpos exteriores sobre o nosso corpo. O conhecimento é obtido por soma e associação das sensações na percepção e tal soma e associação dependem da frequência, da repetição e da sucessão dos estímulos externos e de nossos hábitos.

Para os empiristas, a sensação conduz a percepção como um resultado, dependendo do objeto exterior, as ideias são provenientes das percepções.

1.2.3-A percepção E o conhecimento

O intelectualismo é uma corrente que pretende justificar pela razão os fins últimos do ser humano, o predomínio, de um sistema ou de um tipo de cultura, dos elementos racionais, da inteligência e da razão; está intimamente ligado ao racionalismo.

De acordo com Chauí, 2000, a sensação e a percepção dependem do sujeito do conhecimento e a coisa exterior é apenas a ocasião para que tenhamos a sensação ou a percepção. Nesse caso, o sujeito é ativo e a coisa externa é passiva, ou seja, sentir e perceber são fenômenos que dependem da capacidade do sujeito para decompor um objeto em suas qualidades simples (a sensação) e de recompor o objeto como um todo, dando-lhe organização e interpretação (a percepção).

Ainda de acordo com a autora, a passagem da sensação para a percepção é um ato realizado pelo intelecto do sujeito do conhecimento, o qual organiza as sensações, ela cita que:

Não haveria algo propriamente chamado percepção, mas sensações dispersas ou elementares; sua organização ou síntese seria feita pela inteligência e receberia o nome de percepção. Assim, na sensação, "sentimos" qualidades pontuais, dispersas, elementares e, na percepção, "sabemos" que estamos tendo sensação de um objeto que possui as qualidades sentidas por nós. Como disse um filósofo, perceber é "saber que percebo"; ver é "pensamento de ver"; ouvir é "pensamento de ouvir", e assim por diante.

A obra, O Discurso sobre o Método, do filósofo e matemático, Rene Descartes de 1637, que lançou naquele período e para aquele paradigma, as bases para o Racionalismo como única fonte de conhecimento, apontava a existência da verdade absoluta e incontestável, e para atingi-la desenvolveu o método da dúvida, que consistia em questionar todas as ideias e teorias existentes, seguindo quatro regras:

- Nada é verdadeiro até ser reconhecido como tal;
- Os problemas precisam ser analisados e resolvidos sistematicamente;
- As considerações devem partir do mais simples para o mais complexo;
- O processo deve ser revisto do começo ao fim para que nada importante seja omitido

O intelectualismo acredita na existência de um conhecimento inato, podendo se chegar a verdade através da razão, Rene Descartes (1596-1650) apontou 3 caminhos para construção do conhecimento.

- Adventícias, representadas pelas ideias que abrolham por meio de informações obtidas pelos nossos sentidos;
- Factícias, ideias que têm origem na nossa imaginação;
- Inatas, que não dependem da experiência e estão na nossa mente ao nascermos.

Descartes convenceu-se de que a única verdade possível era sua capacidade de duvidar, reflexo de sua capacidade de pensar.

Assim, a verdade absoluta estaria sintetizada na fórmula “eu penso”, a partir da qual concluiu sua própria existência. Sua teoria passou a ser resumida na frase “*Penso, logo existo*”.

- Dedução - A dedução é a aplicação de princípios concretos para tirar uma conclusão. Os princípios matemáticos são um exemplo de dedução, como por exemplo, encontrar a metragem quadrada de uma sala sempre é feito do mesmo modo, multiplicando a largura e o comprimento.
- Ideias inatas - É o conceito de que nascemos com verdades fundamentais ou experiências que trazemos de outras vidas. Esse pensamento pode explicar por que algumas pessoas possuem muito mais talento em algumas coisas do que

outras, mesmo que elas tenham recebido exatamente o mesmo ensinamento sobre o tema.

- Razão - A razão usa a lógica para determinar uma conclusão, podendo utilizar vários métodos para isso, pois a ênfase é encontrar a verdade, e não o método usado.

Para Cruz, (2008), Descartes negava a objetividade do mundo. Para ele, o que é oriundo da percepção perde a objetividade e torna-se uma mera aparência. Mas, ao pôr em dúvida o que vê, não coloca em dúvida a visão; ao colocar em dúvida o que ouve, não coloca em dúvida a audição; ao duvidar de um cheiro, não põe em dúvida o olfato, ele acreditava que o rigor da disciplina poderia conduzir o pensamento de forma mais exata.

Ainda segundo Cruz, (2008):

ele radicalizou a dúvida e colocou em questão até mesmo os sentidos, duvidou da gênese da percepção. Ainda assim, olhando para ele mesmo, percebeu que há coisas mais difíceis de serem postas em dúvida pelos sentidos, como o fato de ele estar onde está, vestido de determinado jeito, agindo de determinada forma. E se tais coisas não passarem de um sonho? Ou se tudo aquilo que vê – por exemplo, as próprias partes de seu corpo – não passarem de meras ilusões? Nesse momento ele já não conseguia mais distinguir o real do ilusório.

O intelectualismo é uma corrente que faz a mediação entre o racionalismo e o empirismo, ela de acordo com esta corrente a razão e o pensamento são as maiores fontes do conhecimento

1.2.4-A percepção e a fenomenologia

Segundo estudos de Pereira 2010, o autor procura na sua concepção superar os problemas cruciais do empirismo e o racionalismo que orientam a filosofia moderna, segundo o autor ele avança no sentido de resgatar a nossa experiência tal e qual do mundo, ou seja, a experiência vivida no espaço e no tempo, tudo aquilo que foi desconsiderado pelo racionalismo de base cartesiana, segundo ele a filosofia não pode impor formulas ou regras para a compreensão do mundo e sim levar em consideração a percepção.

Merleau-Ponty, 1999:

A fenomenologia busca evidenciar as essências repondo-as na existência, na medida em que o palpável sempre existiu “ali”, numa forma prévia ao pensamento. A abstração intelectual espaço-temporal do mundo “vivido” materializou-se no exercício descritivo da experiência da maneira como ela ocorre, uma vez que o real deve ser registrado e não construído ou constituído

A fenomenologia evidencia a vivência da existência dos sujeitos, a abstração intelectual e o mundo vivido, desta forma a produção do conhecimento perpassa pela subjetividade e as experiências do indivíduo, desta forma Ponty, 2004, p 9-10, critica o pensamento moderno, que inverte o senso comum:

o pensamento moderno é difícil, inverte o senso comum porque tem a preocupação com a verdade, e a experiência não lhe permite mais ater-se honestamente às ideias claras ou simples às quais o senso comum se apega porque elas lhe trazem tranquilidade.

O senso comum é entendido como o pensar da maioria das pessoas, o conhecimento adquirido pelo homem a partir das experiências, vivências e observações do mundo, um saber que não está pautado nas conclusões científicas

Segundo o autor, a fenomenologia está nos indivíduos, no mundo vivido e na relação espaço-tempo ele afirma que:

a fenomenologia “é a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, e sem nenhuma deferência à sua gênese psicológica e às explicações causais que o cientista, o historiador ou o sociólogo dela possam fornecer” (Merleau Ponty, 1999, p.01-02).

Fenomenologia é o estudo de um conjunto de fenômenos e como se manifestam, seja através do tempo ou do espaço, é uma forma que consiste em estudar a essência das coisas e como são percebidas no mundo

Souza, (2011, p 25):

Na Fenomenologia da Percepção Merleau-Ponty aprofundou a noção de percepção. “No livro a Fenomenologia da Percepção, a percepção é tratada como uma habilidade natural, cujos padrões de funcionamento em princípio valeriam para todos os sujeitos humanos de igual constituição corporal, independentemente da diversidade cultural, uma habilidade que ligaria todos esses sujeitos a um mundo único e partilhável”

Merleau-Ponty em seus estudos e descobertas, traz uma reflexão sobre a possível percepção do homem com o mundo em que o homem tem uma visão fenomenológica a partir do conhecimento sobre a ideologia, a política e religião

Ferraz, (2009, p. 44) por sua vez citando do mesmo livro cita que:

Na Fenomenologia da Percepção, a atividade perceptiva é descrita não como um poder ligado à individualidade de cada corpo, mas como um conjunto de operações anônimas

universalmente partilhadas por todos os humanos de mesma constituição psicofisiológica

Para entender a subjetividade de Merleau-Ponty, é necessário entender a sua noção de liberdade, sendo que o mundo existe independente das ideias e ações individuais sobre fatos e acontecimentos

1.2.5-Tuan e a percepção ambiental

Para Tuan existe uma grande diferença entre a maneira como as pessoas percebem o mundo, para o autor por meio destas diferenças pode-se distinguir as preferências de cada um, segundo o autor existem “mundos pessoais”, em que os conceitos e atitudes em relação à vida e ao meio onde se vive podem variar, pois refletem necessariamente percepções individuais, podendo mudar de acordo com a idade, sexo ou estrutura social por exemplo, sendo este o conceito norteador de toda esta pesquisa.

De acordo com Tuan (2012), a percepção de um indivíduo em relação ao lugar onde vive ou a um lugar qualquer pode ser influenciada por diversos fatores, moldados tanto pelo meio social como pelo meio físico, sendo que em qualquer uma destas formas, essa percepção estará condicionada principalmente às experiências e vivências anteriores que cada indivíduo traz consigo.

Silva, (2014, p,9) analisando Tuan 2012, cita que:

Tuan, também pontua que é natural dos seres humanos terem uma visão etnocêntrica, um egocentrismo coletivo em relação aos lugares onde vivem, supervalorizando-os e atribuindo-lhes um valor de superioridade em relação aos lugares adjacentes. Essa postura, nos dizeres desse autor, talvez possa ser explicada pela necessidade de manutenção ou auto sustentação de sua própria cultura ou da prosperidade do lugar, em que a necessidade de centralidade ou de fazer-se central, coopera para se manter o sentido de orgulho.

Fazendo uma análise da afirmativa do autor considera-se que a percepção de um indivíduo em relação ao lugar onde vive pode ser influenciada por diversos fatores, que compreendem a sua realidade individual, dos quais são destacados.

- O tempo em que se vive no lugar;
- As relações sociais e econômicas que acontecem nesse lugar;

– As características das paisagens naturais ou humanizadas que foram historicamente construídas nesse lugar;

– E ainda quando se compara cada uma destas características com outros lugares, quer estes sejam considerados melhores ou piores.

Sendo assim Tuan (2012) afirma que a percepção dos indivíduos em relação a um determinado local, estão condicionados a elementos do ambiente social e do ambiente físico, sendo também fortemente influenciada pelas experiências anteriores que cada indivíduo traz consigo.

Sendo assim Silva (2014, p 9):

verifica-se que a percepção aparece associada à atitude, que nada mais é do que a postura ou posição que se toma frente ao mundo, ou frente a situações ou ainda frente às paisagens. A atitude é formada acima de tudo pelo conjunto de experiências e de vivências que temos, e essa experiência além de possuir um caráter pessoal, reflete muitíssimo o ambiente social em que o indivíduo foi concebido e desenvolveu-se.

Tuan (2012, p 8.) a percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados.

Sendo assim, caracteriza o conjunto de experiências que indivíduo acumula, tem-se o surgimento da topofilia, que indica o elo da pessoa com o lugar ou ambiente físico (Tuan, 2012, p.9), contrapondo esta ideia a topofobia que é o sentimento de rejeição ou medo, em relação ao lugar.

1.3- Fenomenologia

A complexa relação entre o Homem e o meio ambiente, enquanto espaço físico e até mesmo espaço de relações entre o próprio homem pode ser estudado com base nas contribuições teórico-metodológico produzidas atualmente pela fenomenologia.

De acordo com pesquisa de Ribeiro (2009, p 44):

A Fenomenologia, embora possuindo raízes mais antigas nos filósofos alemães Immanuel Kant (1724-1804) e Friedrich Hegel (1770-1831), tem no igualmente filósofo alemão Edmund Husserl (1859-1938) o seu criador. Esse é um movimento filosófico erigido ao final do século XIX, pautado na busca da superação dicotômica existente entre o racionalismo e o empirismo, entre o sujeito e o objeto. Isso ocorre sob a afirmação de que toda consciência é intencional, o que demonstra a inviabilidade da afirmação dos racionalistas positivistas de que “não há pura consciência separada do mundo.

Estudos de Nogueira 2001, falam da necessidade de se entender os lugares da visão de quem os vivenciam, para poder entender melhor a relação dos homens com o meio, mostrando assim a importância de fenomenologia para a análise das realidades foi na fenomenologia que navegamos. Nela encontramos um debate que nos leva a valorizar as experiências dos sujeitos como princípio do conhecimento do mundo” (Nogueira, 2001, p. 14) e “a fenomenologia nos dá sustentação para isto, pois ela é a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela se apresenta”

Nesta compreensão da produção do conhecimento, o autor enfatiza a crítica ao pensamento moderno, pois na sua visão “o pensamento moderno é difícil, inverte o senso comum porque tem a preocupação com a verdade, e a experiência não lhe permite mais ater-se honestamente às ideias claras ou simples às quais o senso comum se apegava porque elas lhe trazem tranquilidade” (Merleau-Ponty, 2004, p. 09-10).

A fenomenologia busca evidenciar as essências repondo-as na existência, na medida em que o palpável sempre existiu “ali”, numa forma prévia ao pensamento. A abstração intelectual espaço-temporal do mundo “vivido” materializou-se no exercício descritivo da experiência da maneira como ela ocorre, uma vez que o real deve ser registrado e não construído ou constituído (Merleau-Ponty, 1999).

Portanto, para Merleau-Ponty (1994):

mundo é aquilo que nós percebemos e não fruto do significado mundo. O ser humano com o seu corpo está no mundo e é através dele que nós o e si conhecemos. O mundo pulsa entre os meios múltiplos de significados, pois ele é um campo de percepções, compreensões, pensamentos e sentidos.

Para Seamon (2000), a fenomenologia em termos mais simples, é o estudo interpretativo da experiência com objetivo de examinar e esclarecer as situações humanas, eventos, significados e experiências, fazendo com que, lugar fenomenológico, se torne um lugar da experiência passível de ser interpretado.

A Fenomenologia segundo Merleau-Ponty (1994):

é também uma filosofia que repõe as essências na existência e não pensa que se possa compreender o Homem e o mundo de outra forma senão a partir de sua “facticidade”, ou melhor, de sua existência terrena. Sendo assim, a consciência do ser humano está perpetuamente direcionada para os fatos, eventos, pessoas, expressões do e no mundo

Pereira (2011, p 175) fala que a Geografia Fenomenológica surgiu com base nas concepções filosóficas da fenomenologia como forma de reação ao objetivismo

positivista, o excesso de racionalismo, a materialização, a teorização, a instrumentalização, a ideologia e o dogmatismo apresentado pela racionalidade científica. As críticas avolumaram e fizeram a Geografia buscar novos caminhos e novas fontes teóricas.

Desta forma, Lencioni (2003, p. 149) discutiu as características da fenomenologia com base em Husserl, dizendo que “a fenomenologia prioriza a percepção e entende que qualquer ideia prévia que se tem sobre a natureza dos objetos deve ser abolida”. Reporta-se a Merleau-Ponty quando este discute a relação entre natureza e consciência, na qual a relação entre o homem e o mundo ocorre por meio da percepção.

Chauí fala que a percepção para a fenomenologia é considerada originária e principal do conhecimento humano, porém com uma estrutura diferente do pensamento abstrato.

1.4- O conceito de Lugar para Geografia Humanística

O lugar é um conceito fundamental para o estudo da geografia e apesar disso foi relegado durante bastante tempo a um plano secundário, para ser revalorizado na década de 80, do século XX. (Holzer, 1994).

Na geografia clássica, quando os estudos geográficos eram pautados na confecção de mapas o lugar era utilizado para definir a geografia, A Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens" (La Blache, 1913; citado por Relph, 1976).

Sauer, talvez tenha sido o primeiro a desvincular o lugar deste sentido estritamente locacional, pois ele acreditava que a ciência geográfica deveria trilhar outros caminhos e não somente aqueles apontados pelos positivistas

Segundo estudos de Holzer, (1999, p68):

O estudo da Geografia para Sauer estava vinculado ao conceito de "paisagem cultural", no qual "a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado." (Sauer, 198, p 343)

O conceito de paisagem cultural de Sauer incorporava fortes traços de subjetividade e esses elementos remetiam ao conceito de lugar, levando suas propostas para o campo intelectual o autor incorporaria integralmente a subjetividade no conceito de lugar, ideias estas que influenciaram os geógrafos humanistas 50 anos depois, "Os fatos da Geografia são fatos da paisagem; sua associação origina o conceito de lugar" (Sauer, 1983, p 321)

De acordo com estudos de Holzer (1999, p70), a preocupação dos geógrafos humanistas, seguindo os preceitos da fenomenologia, foi de definir o lugar enquanto uma experiência que se refere essencialmente, ao espaço como é vivenciado pelos seres humanos. Um centro gerador de significados geográficos, que está em relação dialética com o constructo abstrato que denominamos "espaço".

Ainda segundo Tuan (1979), espaço e lugar definem a natureza da geografia. Mas o lugar tem uma importância ímpar para a geografia humanista, pois, se para as técnicas de análise espacial o lugar se comporta como um nó funcional, para o humanista ele significa um conjunto complexo e simbólico, que pode ser analisado a partir da experiência pessoal de cada um - a partir da orientação e estruturação do espaço, ou da experiência grupal (intersubjetiva) de espaço - como estruturação do espaço mítico-conceitual.

Diversas pesquisas relacionam o conceito de lugar com as relações com o espaço, onde as pessoas aplicam suas sensações, discernimento moral e estético e envolvimento emocional. (Tuan, 1979: 410). Mas, para que se constituam efetivamente em lugares é necessário um longo tempo de residência e um profundo envolvimento emocional.

Sobre os lugares Relph, (1976, p 42)

Lugares são os contextos ou pano de fundo para a intencionalidade definir objetos ou eventos, ou seja, eles podem ser objetos da intenção em seu sentido primordial [...] [pois] toda consciência não é meramente consciência de algo, mas de algo em seu lugar, e [...] esses lugares são definidos geralmente em termos dos objetos e de seus significados. Como objetos, no seu verdadeiro sentido, lugares são essencialmente focos de intenção, que têm usualmente uma localização fixa e traços que persistem em uma forma identificável."

Ainda segundo o autor duas características são destaques nos lugares que são a identidade e a estabilidade. A identidade refere-se ao espírito, ao sentido, ao gênio do lugar. Ela provém das intenções e experiências intersubjetivas, que resultam da familiaridade (Relph, 1976).

A estabilidade nos leva a relacionar tempo e lugar Tuan (1978a; 1983) afirma que o lugar é pausa no movimento. Isso não quer dizer, no entanto que o lugar esteja além da história ou seja atemporal, significa sim, que o lugar denota a relação inseparável entre espaço e tempo: a pausa, ao permitir a localização, transforma-se em um polo estruturador do espaço, o que implica no estabelecimento de uma "distância", sendo este um conceito, ao mesmo tempo, temporal e espacial.

Considerando o lugar, Tuan (1980) destaca que o espaço, em contato com o homem, assume muitos significados e “[...] transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”. De forma que o espaço percebido se transforma em lugar, aos olhos do observador.

De acordo com estudos de Rodrigues (2015), analisando a modificação do conceito de lugar para geografia, a autora resumiu da seguinte forma:

O estudo do lugar passou por mudanças ao longo do tempo com a sucessão das diferentes correntes teóricas da Geografia. Iniciou-se como uma referência locacional e passou a ser, efetivamente, tratado como categoria de análise essencial da disciplina a partir do desenvolvimento dos estudos da Geografia Humanista quando alguns autores desenvolvem uma visão mais profunda e complexa das relações que o sujeito estabelece com o seu lugar a partir das vivências do cotidiano

As pessoas, por sua vez, têm um sentido de lugar. Sentir é conhecer. São os nossos cinco sentidos que nos permitem criar este sentido de lugar. A visão distância e dá a dimensão estética, a audição, o tato, o olfato nos aproxima, envolvem-nos com o lugar. (Pádua, 2013).

Souza (1996, p20) cita que o lugar: “é o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo”, o conceito de lugar é muito importante para a Geografia, pois representa a porção do espaço geográfico dotada de significados particulares e relações humanas.

Palma (2008 p.03) afirma que:

O conceito de identidade é fundamental para a análise do lugar, pois os costumes, os valores e as tradições constituem a identidade de cada lugar. Sendo assim, cada lugar é diferente do outro, porque ele é fruto da vivência diária dos homens que o habitam, do grau de consciência que as pessoas têm de que são agentes transformadores do mundo em que vivem através das mudanças que fazem em seus lugares.

Kashiwagi (2005) analisando a obra de Tuan (1983) estabelece o contato entre o mundo vivido e as significações, buscando a essência dos conceitos de espaço, homem e experiência, cujo lugar encerra tanto a experiência como as aspirações de um povo

Em alguns contextos o conceito de lugar aparece com diferentes referências, podendo ser sedutor que engano o geógrafo romântico, podendo o lugar também sendo perverso, compreender como tal conceito é importante para o desenvolvimento de uma Ciência Geográfica mais preocupada com o sujeito, sua singularidade e subjetividade

CAPÍTULO 2 – MATERIAIS E MÉTODO

“Método científico pode ser definido como um conjunto de regras básicas para realizar uma experiência, a fim de produzir um novo conhecimento, bem como corrigir e integrar conhecimentos pré-existentes” (VIANNA, 2001).

Neste capítulo são apresentadas as etapas utilizadas para se chegar ao resultado desta investigação.

2.1 - Metodologia

Para elaboração desta pesquisa o procedimento metodológico estruturou-se em etapas, sendo que a inicial foi abordagem dos conceitos através de levantamentos bibliográficos. O conceito de percepção ambiental foi o primeiro a ser levantado, por ser a base de toda discussão desta dissertação, sendo relevante destacar que o autor fundamental para esta produção foi Yi-Fu Tuan e sua obra “Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores para o meio ambiente”, publicada originalmente em 1974, nos Estados Unidos da América, e traduzida no Brasil em 1980, pela professora da UNESP – Rio Claro Livia de Oliveira, considerado um marco da Geografia Humanista no Brasil.

Topofilia, o termo chave que dá título ao livro, é um neologismo definido por Tuan como “todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” (TUAN, 1980, p. 107). A Topofilia pode assumir, assim, muitas formas, variando em amplitude emocional e intensidade. Podem ser considerados exemplos topofilicos distintos a apreciação estética do meio através do turismo, o contato físico com o meio ambiente do pequeno agricultor, o patriotismo e a relação emocional da pessoa com seu lar e seus pertences. Nota-se, então, que o termo topofilia associa sentimentos com meio ambiente e, ao fazer isso, promove a ideia de lugar. Contudo, “o meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais” (TUAN, 1980, p. 129).

A aplicação de questionários semiestruturados com questões abertas e fechadas é relevante para obter os dados a serem pesquisados, pois através deles é possível descobrir

mais informações sobre o ambiente e as pessoas. Para isto, foi utilizado o método probabilístico de amostragem, devido aos seguintes fatos:

- (1) os elementos da população apresentam uma probabilidade maior que zero para ser selecionados na amostra.
- (2) busca-se conhecer precisamente a probabilidade para cada elemento, também chamado de probabilidade de inclusão.

O cumprimento destes dois critérios é o que torna possível obter resultados não tendenciosos quando se estuda a amostra. Às vezes estes resultados não tendenciosos requerem usar técnicas de ponderação (*weighting*), mas esta ponderação é possível porque pode-se concluir qual probabilidade tem de cada indivíduo selecionado nesta amostra.

As técnicas de amostragem probabilística nas quais ocorre a seleção do sujeito é aleatória e de tal forma cada elemento tem igual probabilidade de fazer parte da amostra, sendo este selecionado independentemente de qualquer outro, podendo assim conhecer a probabilidade de qualquer combinação amostral possível.

A técnica probabilística desta amostragem é a aleatória sistemática e trata-se de uma variação da amostragem simples, conveniente quando a população está ordenada segundo critério, como fichas de um fichário.

- K é o intervalo amostral e é obtido pela razão N (tamanho da população) e n (tamanho da amostra);
- O primeiro elemento é retirado aleatoriamente (entre 1 e K) e os demais a partir de um intervalo K: o 1º elemento é o $i=K$, o 2º elemento é $i+K$, o 3º elemento é $i+2K$ e assim sucessivamente.

Exemplo: Em uma população de 100 (N), deseja-se uma obter uma amostra de 10 elementos (n). Neste caso, o intervalo amostral é $100/10 = 10$. Assim, escolhe-se um número aleatório entre 1 e 10. Imagine que 3 seja o número sorteado, a amostra consistirá dos elementos 3, 13, 23, 33, 43, 53, 63, 73, 83, 93.

2.2 INSTRUMENTOS

2.2.1 Concepção da pesquisa

A concepção de uma pesquisa é a definição de sua estrutura. As pesquisas podem ser classificadas como exploratórias ou conclusivas e estas em descritivas ou casuais (MALHOTRA, 2012).

Esta investigação é classificada de acordo com seus objetivos como descritiva, tendo em vista que leva em questão o levantamento de comportamento e importância das opiniões obtidas dos moradores dos bairros Nova Ituiutaba I e III. De acordo com Malhotra (2012), para uma boa pesquisa descritiva é preciso conhecer exatamente o que se quer medir e selecionar um método de levantamento capaz de motivar o entrevistado a cooperar e fornecer informações completas e precisas.

Os métodos descritivos de investigação para pesquisa acadêmica podem ser classificados como de levantamento ou de observação. Os métodos observacionais envolvem o registro sistemático do padrão de comportamento de pessoas, objetos e eventos a fim de obter informações sobre os objetos de interesse (MALHOTRA, 2012). Já os métodos de levantamento ou survey, escolhido para esta pesquisa, caracteriza-se por interrogar as pessoas cujos comportamentos, opiniões, atitudes ou crenças se querem conhecer (GIL, 2008).

Para esta pesquisa foram visitadas 269 residências, que correspondem a 25% da quantidade de residências dos bairros Nova Ituiutaba I e III, entrevistando um morador em cada residência, com questões acerca da percepção ambiental dos moradores do local.

Antes da aplicação do questionário foi feito um pré-teste, no qual foram aplicados 27 questionários, que representam aproximadamente 10% da amostragem total da pesquisa. Este pré-teste foi realizado para que fosse verificado o entendimento dos entrevistados sobre a temática da pesquisa, avaliando a clareza das perguntas, para que pudesse ser feita a adequação do questionário para melhor aproveitamento do mesmo.

A coleta de dados se deu mediante a utilização de um questionário semiestruturado, com 23 questões, disposto em duas modalidades distintas. A primeira foi elaborada com a intenção de realizar uma análise situacional a partir do perfil dos moradores do loteamento, e a segunda, organizada em forma de perguntas abertas indagando o morador sobre temas do cotidiano no loteamento.

A pesquisa seguiu um roteiro que foi previamente testado, e apoiado em teorias e hipóteses que interessavam à pesquisa, oferecendo amplo campo de interrogativa e com que novas hipóteses apareçam conforme as informações foram apresentadas, sempre procedendo antecipadamente com a prévia autorização do entrevistado e valendo-se do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, salientando que nenhum entrevistado foi identificado.

Segundo Faggionato (2002), existem várias formas de se estudar a percepção ambiental, entre elas o uso de questionários, mapas mentais e até representação

fotográfica. De acordo com a autora, existem trabalhos de percepção ambiental, que buscam não apenas o entendimento do que o indivíduo percebe, mas promover a sensibilização, bem como o desenvolvimento do sistema de percepção e compreensão do ambiente.

Esta pesquisa também tem o caráter quali-quantitativo, por ter como objetivo a coleta de dados empíricos, onde os dados quantitativos foram expressos em formas numéricas e os resultados qualitativos são utilizados para se criar a compreensão dos relacionamentos entre o ser social e o natural.

Groulx (2008) explica que durante um período as pesquisas qualitativas sofreram duras críticas sobre suas científicas, afirmando que a pesquisa qualitativa, no contexto social, pode produzir um conhecimento científico frágil e incerto e por vezes transformar a pesquisa em um discurso ideológico. Porém, estudiosos como Flick, desenvolveram preposições acerca de tais critérios clássicos, sugerindo que a pesquisa social, fosse ligada à pesquisa quantitativa, adotando na elaboração e na execução critérios clássicos como a confiabilidade, validade e objetividade.

De acordo com Minayo (2001, p 07.):

Embora métodos quantitativos tenham prevalecido em várias áreas, particularmente em disciplinas gerenciais, métodos qualitativos parecem estar recebendo mais reconhecimento e aceitação como alternativas viáveis e de grande valor, sobretudo para pesquisas em saúde, antropologia e sociologia. Isso acontece porque a experiência do pesquisador é fator determinante para a interpretação dos dados, principalmente, pela questão da subjetividade das respostas

Kirk & Miller (1986 p. 10) afirmam que a pesquisa qualitativa identifica a “presença ou ausência de algo” (que tipo de coisa e o que a qualifica), opondo-se à pesquisa quantitativa, que envolve a “medição do grau” em que determinada coisa se apresenta.

Ainda segundo os autores, a pesquisa qualitativa está focada em entender um mundo de realidades empíricas. Sendo assim, nem todas as interpretações são igualmente válidas ou aceitas, havendo um compromisso intelectual do pesquisador de interpretar esta realidade, através de visões anteriores e de identificação de ambiguidades.

De acordo com Minayo (2000), a abordagem qualitativa é considerada como parte integrante da singularidade do fenômeno social. Acredita-se que a realidade vai além do que é percebido pelos sentidos, sendo que os dados qualitativos trazem para a análise o

subjetivo e o objetivo. Ademais, este tipo de análise é importante para a construção do conhecimento, podendo ela dar início a uma nova teoria ou reformular abordagens já consolidadas.

Para Minayo (2000), essas observações qualitativas colocam o trabalho científico bem acima de uma postura técnica de comprovação ou infirmação de hipóteses.

Ullrich (2012) afirma que a pesquisa qualitativa é comumente relacionada aos estudos desenvolvidos a partir de abordagens sociológicas ou antropológicas, sendo que o foco destes estudos recai no entendimento e análise dos padrões ou das contradições dos processos sociais.

Para Kirk e Miller (1986), a confiabilidade em pesquisas qualitativas depende das descrições dos procedimentos de observação, focando nos seguintes tipos:

- a) confiabilidade quixotesca: se refere às circunstâncias em que um único método de observação contínua se mantém invariavelmente;
- b) confiabilidade diacrônica: se refere à estabilidade temporal das observações. Nas ciências sociais, este conceito se manifesta nos paradigmas experimentais, onde convencionalmente se demonstra as similaridades das medidas em diferentes tempos (isomorfismo);
- c) confiabilidade sincrônica: se refere às similaridades das observações em semelhantes períodos de tempos. Ao contrário da confiabilidade quixotesca, a confiabilidade sincrônica raramente envolve observações idênticas, mas as particularidades de interesse do observador.

Desta forma, Malhotra (2006) fala das definições de validade, tradicionalmente ligadas à pesquisa quantitativa, que remetem à capacidade de um instrumento em realizar medições que reflitam variações e escores reais do que se pretende medir, não indicando erros aleatórios ou sistemáticos. Completando esses apontamentos, Serapione (2000) afirma que o método qualitativo é fenomenológico, tendo algumas características, sendo elas:

- permite uma análise do comportamento humano, do ponto de vista do ator, utilizando a observação naturalista e não controlada;
- é subjetivo e está perto dos dados (perspectiva de dentro, insider), orientados ao descobrimento;
- é exploratório, descritivo e indutivo;
- é orientado ao processo e assume uma realidade dinâmica;
- é holístico e não generalizável.

Prodanov e Freitas (2013, p. 69) discorrem sobre a pesquisa quantitativa:

Pesquisa quantitativa: considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão entre outros.

Dessa forma, o autor defende que a pesquisa quantitativa traduz para um formato matemático as respostas obtidas no campo de pesquisa, possibilitando a tradução dos mesmos em números. Isto, de acordo com Tibel (2017), limita o pesquisador à descrição do fato ou do evento, ignorando a complexidade da realidade social.

Fonseca (2002, p. 20):

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

De acordo com Politi, Becker e Hungler (2004, p. 201):

A pesquisa quantitativa, que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana. Por outro lado, a pesquisa qualitativa tende a salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno.

Santos (1999, p. 402) comenta sobre a pesquisa quantitativa:

Os métodos utilizados no paradigma quantitativo são emprestados das ciências físicas, da epidemiologia e da estatística e derivam da teoria de variância¹⁶. A pesquisa quantitativa se apoia nos pressupostos do positivismo³. Estes métodos são geralmente utilizados de forma dedutiva: as hipóteses são testadas e os resultados interpretados a partir de uma teoria previamente estabelecida, com resultados objetivos, válidos e confiáveis.

Ainda de acordo com Santos (1999), o método quantitativo apresenta vantagens e limitações. As principais vantagens dos métodos quantitativos são as seguintes:

- Possibilitam a obtenção de dados pontuais confiáveis que podem ser generalizados para uma população maior;
- Permitem que a variância seja controlada pelo desenho do estudo e quantificada pela análise estatística;
- Quando os instrumentos de aferição já estão disponíveis e são válidos e confiáveis, o custo e o tempo necessário para a realização de pesquisas quantitativas é menor que nas investigações qualitativas.

Ainda de acordo com Santos (1999), algumas limitações são:

- A aplicação em populações diferentes de instrumentos que foram previamente validados pode não permitir a identificação de novas variáveis;
- O uso de categorias predeterminadas em questionários (mesmo assumindo validade e confiabilidade adequadas) pode acarretar perda de sentido ou erros de interpretação de perguntas e opções, uma vez que o entrevistado vai se utilizar de próprio padrão de referência, que pode ser diferente daquele do pesquisador;
- Na avaliação de valores, opiniões e atitudes, a definição operacional prévia de parâmetros ou variáveis pode introduzir a subjetividade arbitrária do investigador;
- Isolando o fenômeno em estudo do seu contexto, a interpretação dos resultados de um estudo quantitativo pode ser problemática. Assim, o entendimento do significado das associações quantitativas para a população em estudo e a aplicação dos resultados na prática para o clínico podem ser tarefas de difícil execução;
- A análise de sujeitos que se distribuem nos extremos dos resultados do estudo não é possível. Dessa forma, podem ser perdidas informações importantes a respeito da teoria e das mensurações, sobre a aplicação dos resultados do estudo para pessoas individuais e sobre as próximas etapas a serem investigadas;
- Quando os critérios de seleção são muito rigorosos e condicionam uma amostra de estudo muito restrita, a generalização dos resultados para a população geral de pacientes pode ser problemática, dificultando o julgamento dos clínicos a respeito das similaridades da amostra.

Sendo assim, Serapioni (2000) afirma que os métodos quantitativos são positivistas e lógicos, tendo algumas características, sendo elas:

- são orientados à busca da magnitude e das causas dos fenômenos sociais, sem interesse pela dimensão subjetiva e utilizam procedimentos controlados;

- são objetivos e distantes dos dados (perspectiva externa, outsider), orientados à verificação e são hipotético-dedutivos;
- assumem uma realidade estática;
- são orientados aos resultados, são replicáveis e generalizáveis.

Normalmente, pesquisas de caráter quantitativo são, segundo Paschoarelli (2015, p. 2), de interferência dedutiva; a realidade investigada é objetiva; a amostra é, geralmente, grande e determinada por critérios estatísticos; há uma generalização dos resultados, bem como a utilização de dados que representam uma população específica e de questionários estruturados com questões fechadas, testes e checklists. O pesquisador desenvolve seu trabalho partindo de um plano muito bem estruturado e preestabelecido, formulando hipóteses a respeito do que pretende estudar, com variáveis claramente definidas. Partindo das hipóteses, é possível deduzir uma lista de consequências, cuja coleta de dados permitirá ou não a sua verificação, implicando na aceitação ou não das hipóteses (GODOY, 1995; DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008).

Para Richardson (2008), a pesquisa qualitativa se diferencia da quantitativa de acordo com a forma de abordagem de uma realidade e da maneira pela qual os dados são coletados, tratados e analisados. O método qualitativo não aplica instrumentos estatísticos para análise de um problema, uma vez que seu objetivo não é medir nem numerar os eventos estudados.

No entanto, mesmo cada tipo de pesquisa tendo suas especificidades, podem ser utilizados juntos. De acordo com Creswell (2010), o desenvolvimento e a legitimidade percebida de ambos os métodos geraram uma popularização da pesquisa de métodos mistos, a qual abrange os pontos fortes tanto da abordagem qualitativa quanto da quantitativa, proporcionando uma maior compreensão dos problemas estudados. Sendo assim, o pesquisador pode valer-se da possibilidade de explicitar todos os passos da pesquisa e, ao mesmo tempo, pode prevenir a interferência de subjetividades nas conclusões obtidas (NEVES, 1996).

Paschoarelli (2015) cita que a utilização dos dois modelos em uma pesquisa, através da comparação dos dados obtidos, possibilita responder vários pontos da pesquisa. Sendo assim, as abordagens quantitativas e qualitativas utilizadas em uma mesma pesquisa são adequadas para que a subjetividade seja minimizada e, ao mesmo tempo, aproximam o pesquisador do objeto estudado, proporcionando maior credibilidade aos dados (MILES; HUBERMAN; SALDANÃ, 2014; CRESWELL; PLANO-CLARK, 2013; FLINCK, 2009; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Creswell (2010, p. 39) apresenta três estratégias gerais para os procedimentos da pesquisa mista:

1 - Métodos mistos sequenciais - o investigador pode iniciar por uma abordagem qualitativa e seguir com uma abordagem quantitativa, ou vice-versa;

2 - Métodos mistos concomitantes - a investigador coleta as duas formas de dados ao mesmo tempo e depois integra as informações na interpretação dos resultados;

3 - Métodos mistos transformativos - o investigador utiliza um enfoque teórico como uma perspectiva ampla em um projeto com dados quantitativos e qualitativos, sendo que esse enfoque pode envolver uma abordagem sequencial ou concomitante.

Duffy (1987) aponta que o emprego conjunto dos métodos traz certos benefícios, como:

1 - A possibilidade de controlar vieses (pela abordagem quantitativa) e compreensão dos agentes envolvidos no fenômeno (pela abordagem qualitativa);

2 - Identificação de variáveis específicas (pela abordagem quantitativa) e visão global do fenômeno (pela abordagem qualitativa);

3 - Complementação de um conjunto de fatos e causas oriundos da abordagem quantitativa com uma visão da natureza dinâmica da realidade;

4 - Enriquecimento das constatações obtidas em condições controladas com dados obtidos no contexto natural.

Finalizando a defesa da análise quali-quantitativa para esta pesquisa, Sanches e Minayo (1993) comentam que:

a investigação quantitativa atua em níveis de realidade na qual os dados se apresentam aos sentidos e tem com campo de práticas e objetivos trazer à luz fenômenos, indicadores e tendências observáveis. A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna.

Minayo (1993) *apud* Paulilo (1999) complementa que admitir que o trabalho científico pressupõe a cooperação de numerosos esforços individuais e submeter o produto do conhecimento à interface das discussões indica somente que a pluralidade de perspectivas permite lançar diferentes focos de luz a respeito do objeto estudado, e não que a verdade seja o resultado dos pontos de vista dos vários estudiosos. A autora

acrescenta ainda que a comparação seria um dos recursos utilizados para tornar mais universal o saber sobre determinado grupo cultural e a triangulação se constituiria em uma prova eficiente de validação.

2.2.2 Definição de público alvo

A população-alvo é a coleção de elementos que possuem determinadas características, as quais se quer conhecer, descrever e fazer inferências. Essa população deve ser determinada e caracterizada com precisão, para que se possam atingir os resultados esperados na pesquisa e deve ser definida em termos de elementos, unidades amostrais, extensão e período (MALHOTRA, 2012).

Os loteamentos Nova Ituiutaba constituem um projeto do Governo Federal e fazem parte do programa de moradias populares denominados Minha Casa Minha Vida, destinado a pessoas com baixa renda. Estão localizados ao extremo sul da cidade de Ituiutaba-MG, sendo divididos em quatro blocos, totalizando 1766 unidades habitacionais, das quais 966 já se encontram habitadas.

Para determinar a quantidade de residências que foram visitadas nesta pesquisa, foi levado em consideração as 966 de casas dos bairros Nova Ituiutaba I e III, que se encontram habitadas, para alcançar um grau de confiança de 95% com margem de erro de 5%, esta pesquisa precisa alcançar o número de 269 residências.

Os critérios de inclusão para participação na pesquisa são: ter idade igual ou superior a 18 anos; ser morador dos bairros, aceitar participar da pesquisa.

Os critérios de exclusão para participação na pesquisa são: Não ser morador do bairro, não possuir a idade mínima determinada na pesquisa, recusar participar, não estar presente durante as visitas, não apresentar boas faculdades mentais

2.3 Localização da área de estudo

O Município de Ituiutaba-MG está localizado a oeste do Estado de Minas Gerais, dentro da Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, e na Microrregião de Ituiutaba. Tem por limite os municípios de Campina Verde, Canápolis, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiáçu, Monte Alegre de Minas e Prata, no Estado de Minas Gerais, e Cachoeira Dourada de Goiás, no Estado de Goiás. Possui uma área de 2.598,046 km² e

uma população estimada de 104.526 habitantes, segundo estimativas do IBGE para o ano de 2017.

Na constituição da sua área urbana, segundo estudos de Chaves (2016), a igreja católica, foi a primeira agente imobiliário da cidade, pois era detentora de várias áreas na cidade que, posteriormente, foram adquiridas pela Prefeitura do município.

Ainda de acordo com pesquisa da autora, na década de 1940 foi aprovado o primeiro registro de loteamento pela prefeitura, denominado Platina, para estimular a ocupação urbana de forma ordenada, já que eram uma prática usual no período ocupações irregulares, que se estenderam até a década de 1970. Deste processo surgiram diversos bairros, como o Tiradentes, Cristina, Central, Gardênia, São José, Nossa Senhora Aparecida, Elândia e Ribeiro, que, posteriormente, foram anexados à área urbana da cidade e passaram a sofrer a cobrança dos impostos.

No período de 1940/50, em que Ituiutaba-MG ficou conhecida nacionalmente como a “Capital Brasileira do Arroz”, devido ao destaque econômico, a cidade começa a se equipar com uma melhor infraestrutura, como iluminação pública, rede de esgoto, abastecimento de água potável, energia elétrica, pavimentação de vias públicas e praças.

Neste momento surgiram diversos bairros, como o Centro, Setor Norte, Setor Sul, Natal, Ipiranga e Universitário. A prefeitura permaneceu com domínio direto nas áreas centrais, alugando-as por uma taxa anual, chamada de “enfiteuse”. Desse modo, “[...] o inquilino teria o domínio útil por tempo indeterminado, mas com o passar dos anos, a taxa tornou-se irrisória, e muitos locatários puderam adquirir a escritura do imóvel [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 72).

De acordo com estudos de Oliveira (2003), a produção do arroz na cidade de Ituiutaba-MG, gerou grande desenvolvimento, chegando a ter carência de mão de obra, a qual foi solucionada com deslocamento migratório de pessoas, vindas principalmente da região nordeste. Neste contexto a população de Ituiutaba-MG cresceu entre as décadas de 1950/1960 uma taxa de 28,1%, chegando a 68.218 pessoas, tendo a grande número residentes na zona rural.

Porém, a produção de arroz passou a diminuir gradativamente na década de 1970. Consequentemente, passou a sobrar mão de obra no campo. Estas pessoas tiveram que migrar para a cidade em busca de novas oportunidades, elevando, assim, a taxa populacional urbana e a necessidade de novos equipamentos públicos.

Porém, ainda de acordo com estudos de Oliveira (2003), neste período não existiu um interesse do poder público em uma política que incentivasse a construção de moradias.

Este cenário foi alterado com a elaboração do Plano Diretor Físico do Município de Ituiutaba, em 10/12/1970, por meio da Lei nº136, que ordenava principalmente as políticas de orientação e desenvolvimento urbano do município, que foi reforçado pelo Estatuto das Cidades, Lei Federal nº. 10.257/2001.

Até a década de 1970 a cidade era composta por 29 bairros e dois conjuntos habitacionais, sendo eles os Bairros Natal e Ipiranga, de acordo com Ferreira (2013) *apud* Chaves (2016, p.28):

os conjuntos habitacionais em Ituiutaba (MG), no período de 1970 a 1982 foram aprovados seis conjuntos habitacionais, totalizando 903 unidades residenciais, de diferentes tamanhos e localizados em distintos setores da cidade, de forma a propiciar a expansão do seu tecido urbano. Convém destacar que tais conjuntos supracitados foram financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Em síntese, este dispunha de mecanismos econômicos que visavam estimular a aquisição da casa própria, bem como a construção de habitações de interesse social por intermédio da iniciativa privada. Criado durante regime militar, em 1964 foi extinto no final da década de 1970, sendo incorporado à Caixa Econômica Federal (CEF) em todos os seus direitos e obrigações.

No período entre 1980 e 1990 ocorreu a ampliação do perímetro urbano de Ituiutaba-MG, gerando um aumento da malha urbana para os setores sudeste e sudoeste, com o surgimento de oito bairros, sendo eles o Esperança, Jardim Jamile, Mirim, Santa Edwiges, Morada do Sol, Distrito Industrial, Antônio Cancelli, Residencial Monte Verde e Primavera e cinco conjuntos habitacionais: Eldorado Jerônimo Mendonça, Lagoa Azul I e II e Novo Tempo II, totalizando 788 unidades direcionadas à classe média e baixa.

Os conjuntos habitacionais, financiados por intermédio de políticas públicas habitacionais do governo, impulsionaram o crescimento da malha urbana da cidade de Ituiutaba-MG, possibilitando também o aumento das infraestruturas de suporte (lazer, transporte, prestação de serviços,

A partir do ano 2000, um novo cenário no processo de expansão urbana foi iniciado, com uma atuação forte do poder público, que foram os imóveis subsidiados pelo Governo Federal, principalmente pelo Programa Minha Casa Minha Vida, (PMCMV), considerado uma das principais ações do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, (2003-2010), sendo repetido pela sua sucessora Dilma Rousseff, (2011-2016).

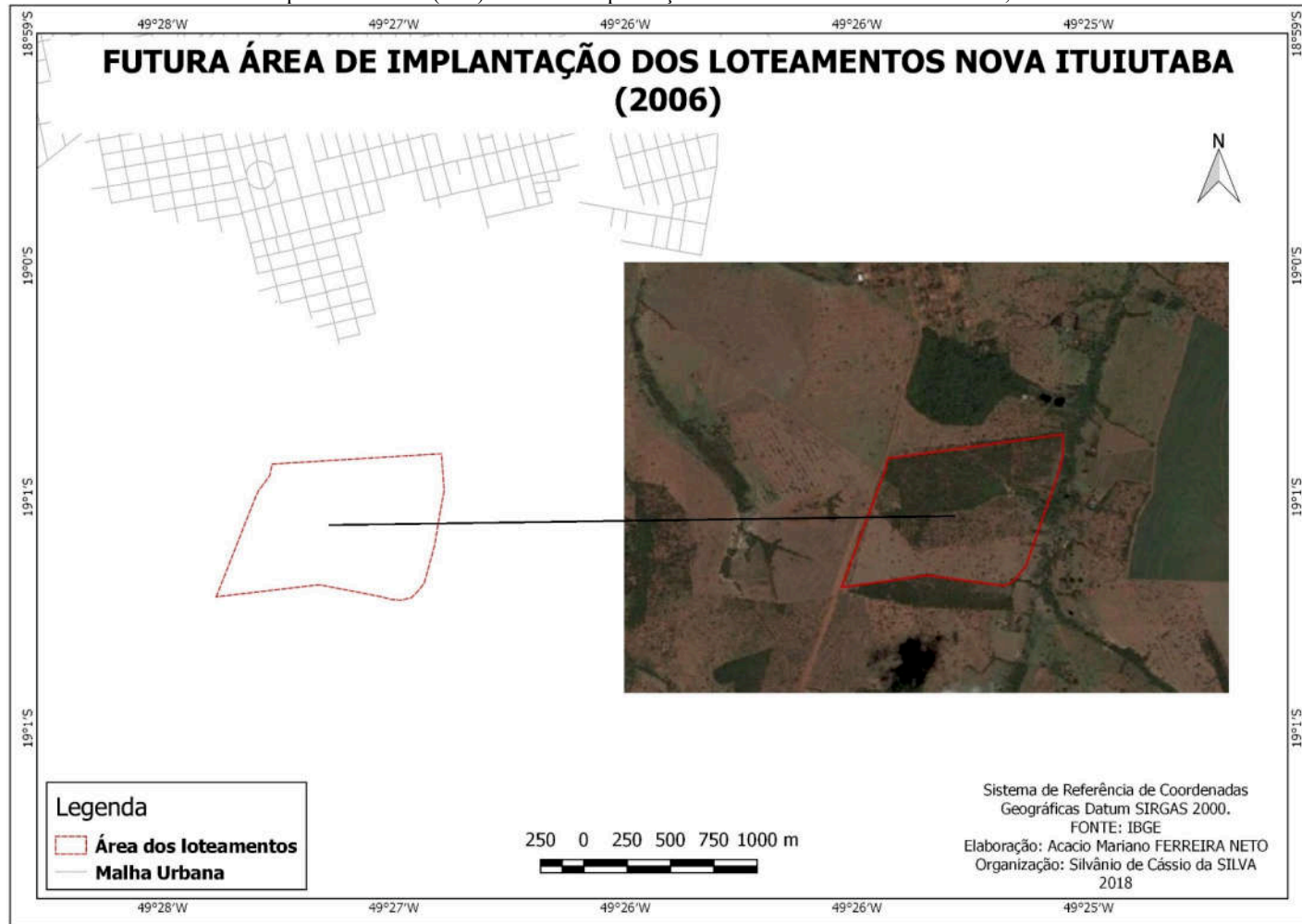
De acordo com Chaves (2016, p.28):

Nesse movimento, Ituiutaba (MG) destacou-se no cenário regional como uma das cidades de sua Microrregião que mais conseguiu investimentos no setor da habitação, no âmbito do Programa do Governo Federal "Minha Casa Minha Vida". Entre 2001 e 2010, foram construídos dez conjuntos habitacionais, totalizando 2.895 habitações, condicionando a expansão horizontal da cidade, bem como, desencadeou um processo de valorização as áreas circunvizinhas. Empreendimentos residenciais, para moradia de médio e alto padrão, também se destacaram neste período.

A área onde estão localizados os bairros Nova Ituiutaba I e III, foram incluídas à área de expansão urbana do município, com vista para parcelamento do solo, em conformidade com a Lei n°. 2916, de 29 de dezembro de 1992, e pela Lei n°. 1362, de 10 de dezembro de 1970, que instituiu o plano diretor do município, assinada pelo então prefeito Luiz Pedro Correia do Carmo, em 13 de dezembro de 2011.

Anteriormente esta gleba era denominada Fazenda Califórnia I, situada nas fazendas Córrego Sujo e Burrinho, sendo utilizada como pastagem pelos proprietários (Mapa 2).

Mapa 02: Ituiutaba(MG): Local de implantação dos Loteamentos Nova Ituiutaba, 2006



Fonte: IBGE. Org.: Silva, S. C.2019; Ferreira Neto, A. M, 2019.

Os loteamentos Nova Ituiutaba I e III foram autorizados pelos decretos municipais de número 7099 e 7101, e assinados pelo então prefeito municipal, Luiz Pedro Correa do Carmo, no dia 15 de março de 2012.

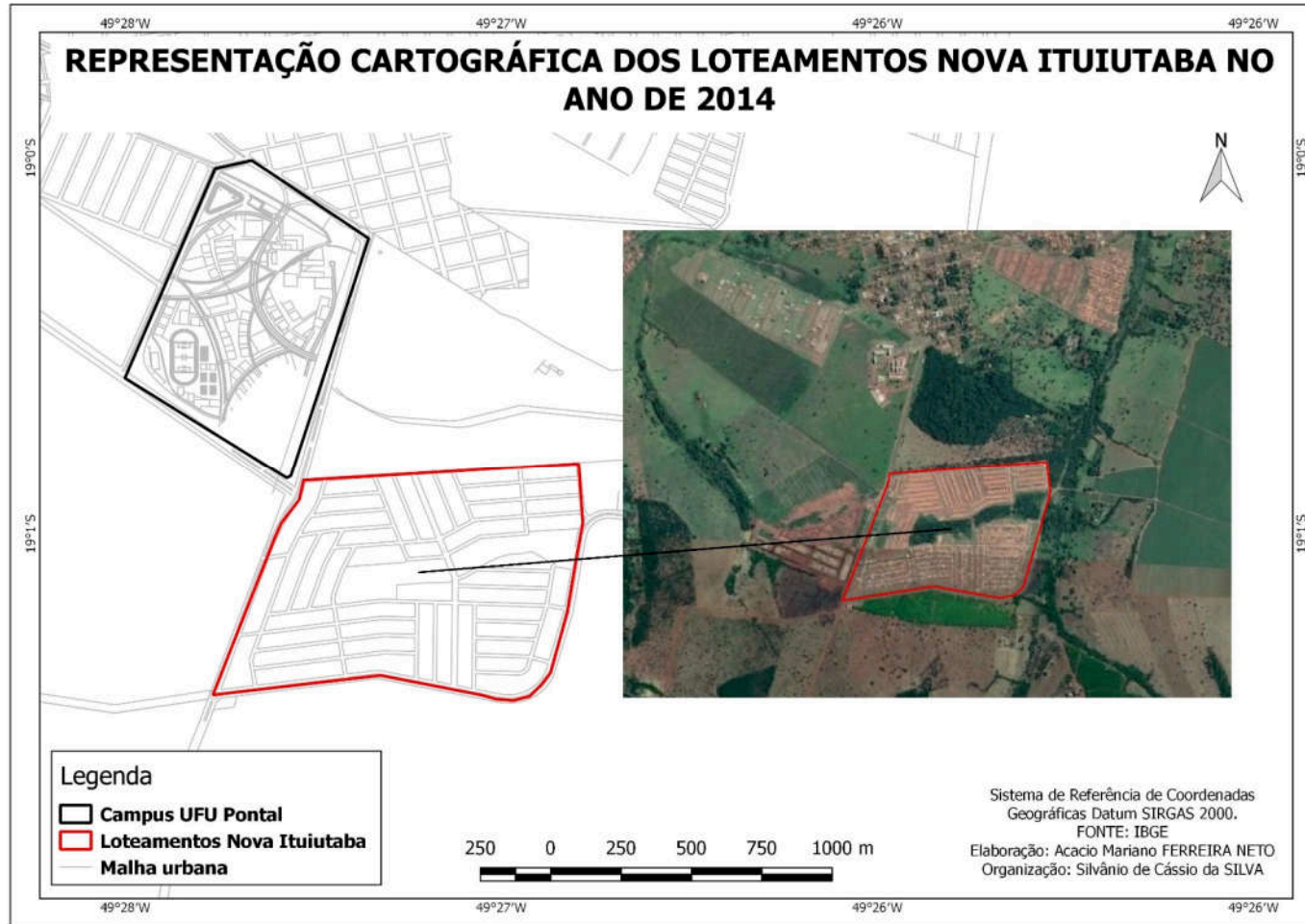
Estes decretos estão em conformidade com a Lei Federal n°. 6777, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo Urbano:

Art. 1º – O parcelamento do solo para fins urbanos será regido por esta Lei. Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para adequar o previsto nesta Lei às peculiaridades regionais e locais.

De acordo com estudos de Silva (2017, p. 61), a Lei Municipal n°. 1362, de 10 de dezembro de 1970, que instituiu o Plano Diretor físico do município de Ituiutaba (MG) e Processo Administrativo n°. 2659, de 07 de março de 2012, que considera o plano de urbanização dos loteamentos Nova Ituiutaba I, II, III e IV (mapa 03), atende às exigências legais do parcelamento do solo urbano, conforme aprovação da Secretaria Municipal de Planejamento, afirmando que as áreas parceladas para a implantação dos loteamentos não se encontram dentro de uma unidade de conservação, que a aprovação dos loteamentos respeitará as normas ambientais e que foram cumpridas as diretrizes urbanísticas elaboradas pela Secretaria Municipal de Planejamntos.

Os bairros Nova Ituiutaba estão localizados em uma área descontínua da malha urbana do município, este processo de transformação urbana do município é notado em diversos empreendimentos do programa Minha Casa Minha vida, onde as casas são construídas em áreas periféricas.

Mapa 03: Ituiutaba (MG): Vista aérea loteamento Nova Ituiutaba, 2014



Fonte: IBGE Silva, S.C., 2019; Ferreira Neto, A.M., 2019.

Para o entendimento conceito de área periférica utilizada neste texto podemos trazer a ideia de Sierra (2003, p. 21), como sendo vazios acomodados nos ambientes da cidade, as periferias urbanas foram constituídas por essas estruturas, externalidades não assimiladas às áreas urbanas consolidadas que acompanharam a construção da cidade por razões muito diferentes.

O conceito de periferia urbana é cada vez ampliado devido à complexidade das relações do espaço urbano, podendo até ser classificado de outra forma, caso mude o nível social dos moradores. Maia (2010) discorre sobre a produção da periferia urbana, fragmentada, a, princípio, em duas áreas: uma periferia construída com condomínios residenciais para a população de alta renda, que normalmente não é conhecida ou denominada de periferia, mas sim pelo nome do bairro que passa a constituir e uma outra periferia produzida para a população trabalhadora, com habitações precárias e insuficiência dos equipamentos urbanos. Ainda segundo a autora, o termo periferia se destina à classe trabalhadora em um espaço constituído por conjuntos habitacionais populares, loteamentos irregulares ou favelas.

CAPÍTULO 3 - Percepção ambiental dos moradores do loteamento Nova Ituiutaba I e III

A expansão de uma cidade envolve fatores econômicos, sociais e políticos. Desta forma, o fator ambiental no planejamento urbano acaba ficando em segundo plano, não apenas no caso do Bairro Nova Ituiutaba., esta é uma realidade de outros bairros no município de Ituiutaba-MG.

O fator mais importante a ser observado no momento de uma aprovação para implantação de loteamentos populares, além do ambiental, seria a melhoria da qualidade de vida das pessoas que irão residir nestes locais.

Os bairros Nova Ituiutaba I e III estão localizados em uma área periférica e descontínua da malha urbano do município de Ituiutaba-MG, sendo que no centro urbano do município que se encontram diversos serviços necessários para a população. A infraestrutura do loteamento foi construída próxima a uma voçoroca e também a um curso d'água que, para sua instalação, foi necessária uma grande modificação na dinâmica natural da área, o que causou alguns impactos negativos, como assoreamento, surgimento de sulcos, ravinas e voçorocas.

O ambiente em que os bairros se localizam faz parte de uma área de expansão induzida pelo poder público municipal, o qual foi implantado para atender uma população específica de classe baixa, beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida. É possível perceber que esses bairros passaram por um processo de apropriação/ocupação diferenciados, seguindo a lógica dos agentes de produção do espaço urbano, que, de acordo com estudos de Pedro (2008), são implantados sem infraestrutura adequada e suficiente, em áreas irregulares ou de risco, apresentando impactos ambientais significativos, afetando assim a qualidade de vida dessa população

O layout do loteamento é composto por terrenos com mesmo tamanho e modelo de moradia, seguindo padrões de outros loteamentos do programa federal Minha Casa Minha Vida, conforme visto na imagem 01.

Imagem 01: Ituiutaba (MG): Layout do Loteamento Nova Ituiutaba, 2018



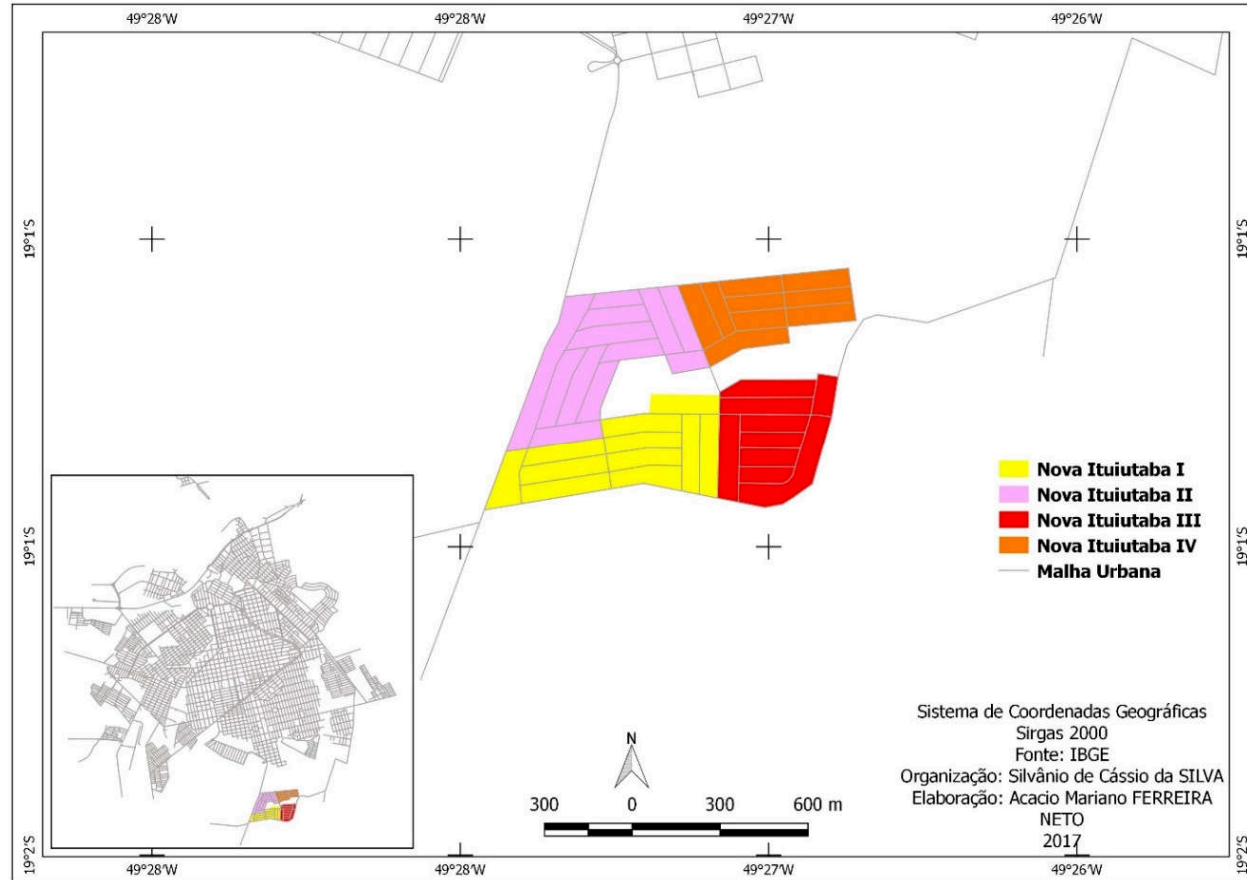
Fonte: Construtora PDCA Org: Silva,S,C, 2018.

Definir a forma de apropriação do espaço urbano da cidade de Ituiutaba perpassa por períodos e interesses políticos. Logo, a expansão da cidade não segue uma lógica de planejamento definida, não integrando uma área específica para desenvolvimento urbano da cidade e nem a questão ambiental.

De acordo com estudos de 2009, estudos e observações sobre a moradia em Ituiutaba-MG foram realizados em todo o espaço urbano, podendo perceber a heterogeneidade presente na cidade. A presença dos conjuntos habitacionais da década de 1950 e 1970 (alguns exemplos: Bairro Natal, Alvorada e Setor Sul) são os representantes do período áureo de Ituiutaba, possuindo uma das maiores áreas de construção de bairros e de população presentes ainda hoje. Porém, esta análise não livra o desenvolvimento da especulação.

Os loteamentos Nova Ituiutaba também sofreram este tipo de especulação, sendo localizados ao extremo sul do município de Ituiutaba-MG, em uma região que anteriormente era utilizada para o uso rural. Neste caso, longe da área central da cidade, onde estão localizados todos os serviços prestados à população, além de ser descontínua da malha urbana do município, conforme observado no mapa 04.

Mapa 04: Ituiutaba (MG): Localização Loteamentos Nova Ituiutaba, 2018



Fonte: Silva,S,C; Ferreira Neto,A,M,2017

O modelo de estrutura das casas que compõem o loteamento Nova Ituiutaba é de estrutura pré-fabricadas, sendo constituídas por dois quartos, cozinha, banheiro e área de serviço, em terrenos de área mínima de 200,00 m², conforme imagem 02, a seguir.

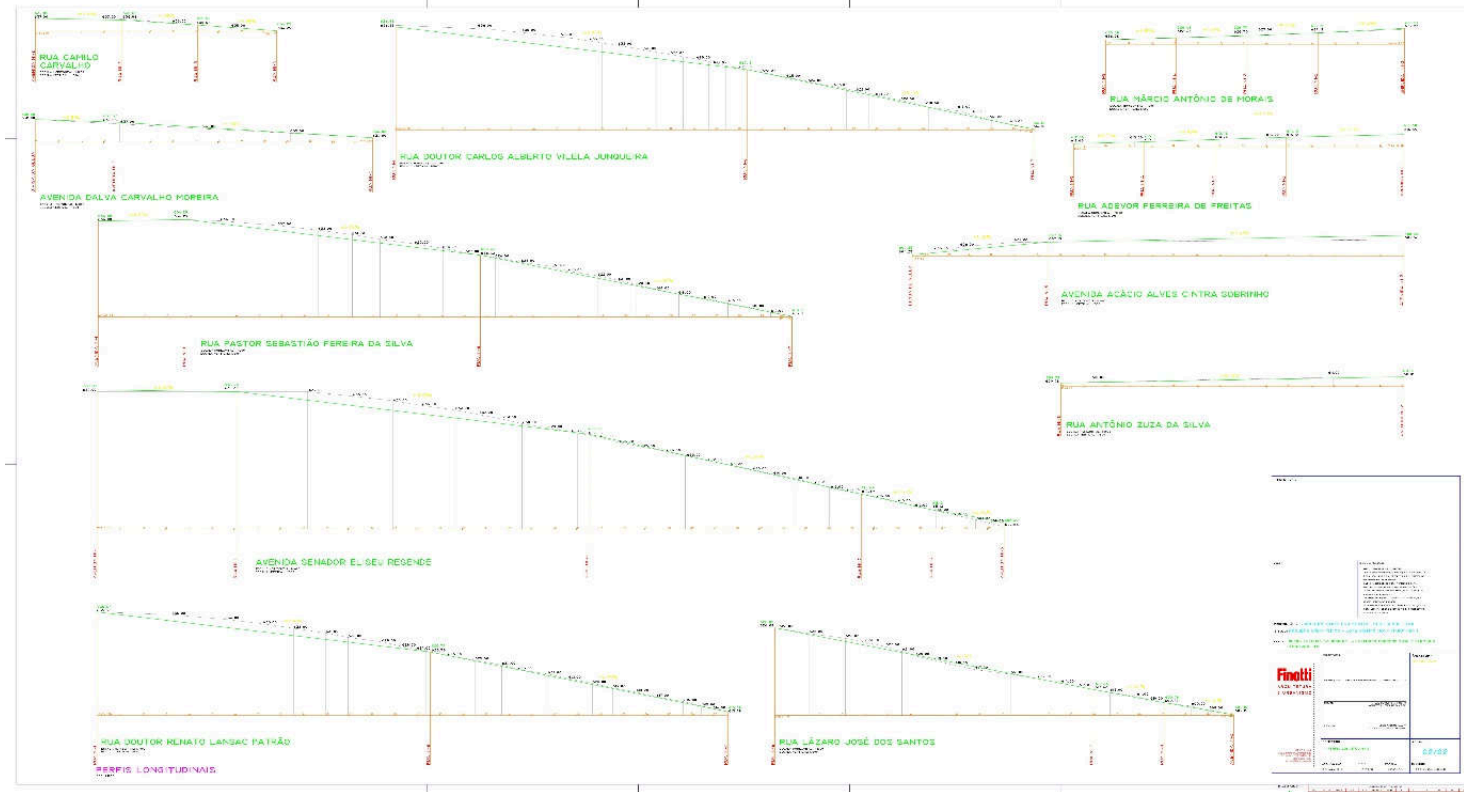
Imagem 02: Ituiutaba (MG) - Estrutura das casas do Loteamentos Nova Ituiutaba, 2018.



Fonte: Construtora PDCA, 2013.

Na imagem 03 verifica-se que a área onde foram instalados os bairros Nova Ituiutaba I e III está em uma área de declive bastante acentuado, tendo a necessidade de um trabalho de terraplanagem.

Imagem 03: Ituiutaba (MG) - Perfil Longitudinal do Loteamento Nova Ituiutaba, 2018



Fonte: Construtora PDCA. Org: Silva, S, C, 2018.

Por se tratar de uma área com declividade bastante acentuada, o trabalho de terraplanagem deixou áreas na mesma quadra com uma diferença de nível muito grande. Na imagem 4 pode-se observar uma grande área de solo exposto e, ao final, um muro com alguns pontos de drenagem que liberam a água que ao ser absorvida pelo solo são direcionadas para dentro das residências que estão abaixo:

Imagem 04: Ituiutaba (MG) - Muro de arrimo no Loteamentos Nova Ituiutaba, 2018



Fonte: Silva, S, C; 2016.

Os usos e funções da terra urbana, para servir as necessidades dinâmicas da acumulação de capital, precisam ser constantemente readaptados (CARLOS,2007). Isso implica, naturalmente, na modificação do espaço urbano, que também serve a absorção do capital excedente resultante do processo de acumulação capitalista. As reestruturações do espaço urbano acabam por afetar seletivamente a vida dos habitantes da cidade, a partir de um recorte de classe. As camadas mais pobres da população, via de regra marginalizadas e sem capacidade de influência política nas instâncias institucionais que atuam na política urbana, são as primeiras a sofrer por esse processo (HARVEY, 2012).

A imagem 05 apresenta o memorial descritivo cedido pela construtora PDCA, responsável pela construção desta etapa do loteamento, especificando como deveriam ser feitos os muros de arrimo para estabilizar o terreno para a construção das casas.

Imagem 05: Ituiutaba (MG) - Perfil Memorial Descritivo muro de arrimo do loteamento Nova Ituiutaba, 2018

	MEMORIAL DESCRITIVO de HABITAÇÃO e EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS	
---	---	---

Empreendimento

Cidade

RESIDENCIAL NOVA ITUIUTABA I - GLEBA I

ITUIUTABA / MG

Item 1

MOVIMENTO DE TERRA

Serviço	Especificação
Locação (serviços de topografia, gabaritos, etc.)	executada com gabarito de madeira nas dimensões de projeto.
Escavação, aterro, apiloamento	as cavas de fundações deverão ser executadas nas dimensões mínimas do radier, niveladas e ter os fundos apiloados com maço de 30kg. O reaterro consistirá na reposição do material escavado, complementando os vazios deixados pelo radier. O material de reposição será isento de detritos e ser apiloado em camadas de 20cm de altura, em umidade ótima.
Contenções	a estrutura foi dimensionada considerando a construção em solo de boa qualidade. Para execução sobre aterros ou outros tipos de solos e situação de implantação, deverá ser revisto o sistema estrutural a ser utilizado e as partes complementares necessárias, como muros arrimo.
Será executada contenção com muro de arrimo sempre que o desnível ultrapassar o limite estabelecido no MTE BB.	

Item 2

FUNDAÇÕES

Serviço	Especificação	
Tipo de fundação	será do tipo radier de espessura 7 cm. Após compactação do solo, sobre esta será colocada a lona preta que serve como impermeabilização do mesmo. Será utilizado tela eletrosoldada Q92.	
Concreto	fck	concreto classe C20 (fck = 20 mpa), slump 80+/-10mm - fator água/cimento em massa < = 0,65. Cabendo à fiscalização da obra, sempre que ocorrer dúvidas, solicitar provas de carga.
	Tipo de forma	serão executadas em chapas de madeira e contraventada com sarrafos, a fim de que sejam evitados a flambagem e outros imprevistos que possam ser identificados.
	Tipo de armação	tela eletrosoldada Q92. A execução das armaduras obedecerá rigorosamente ao especificado no projeto estrutural referente a posição, diâmetro, dobramento, amarração e recobrimento.
Radier	Espessura do lastro de brita	não será utilizado.
	Espessura do concreto	7 cm.
	Espessura da calçada externa	4 cm, engrossamento do concreto nas bordas passando para 9 cm.
	Tipo de armação	tela eletrosoldada Q92. A execução das armaduras obedecerá rigorosamente ao especificado no projeto estrutural referente a posição, diâmetro, dobramento, amarração e recobrimento.
	Impermeabilização	lona plástica.

Observação / Justificativa (indicar o tipo de solo):

--

Fonte: Construtora PDCA Org: Silva,S,C, 2018.

O terreno onde estão implantados os loteamentos Nova Ituiutaba eram anteriormente de uso rural. Segundo Mota (2003):

a transformação de um ambiente rural em um meio urbano por certo sempre resultará em alterações ambientais. Compete ao ser humano procurar adequar o processo de urbanização às características do ambiente existente, de modo que os efeitos negativos sejam os mínimos possíveis. Um planejamento urbano que considere os aspectos ambientais pode minimizar os impactos. Este planejamento deve visar à ordenação do espaço físico e à provisão dos elementos relativos às necessidades humanas, de modo a garantir um meio ambiente que proporcione qualidade de vida indispensável a seus habitantes, atuais e futuros.

Dessa forma, a demanda de projetos para que a área que foi transformada deveria ter seguido critérios mais refinados, pois demandam uma totalidade de equipamentos mais completas para atender a população.

Esse quadro de Ituiutaba não foge à regra das cidades brasileiras que passaram por significativo crescimento nas últimas décadas, cujas consequências do aumento da densidade populacional, além das questões moradia, ampliam as necessidades de investimento social para garantir o bem-estar das pessoas.

Nas últimas décadas, o perfil demográfico no Brasil sofreu transformações de acordo com dados do IBGE, sendo os mais notados a diminuição do crescimento populacional, a redução da taxa de natalidade e o envelhecimento da população, com o aumento da expectativa de vida.

Também de acordo com o IBGE, a população feminina é maior que a masculina, desde 2010. De acordo com esta pesquisa existia uma superioridade em número de cerca de 4 milhões de mulheres no país, representando 51% da população.

Segundo o IBGE (2010), a participação social das mulheres aumentou nas últimas décadas, tendo elas conquistando mais autonomia, chefiando família e ingresso no mercado de trabalho, sendo notado também que esta participação maior da mulher colaborou para a redução na fecundidade e natalidade no país, sendo comum no cenário atual menos gestações e mulheres tendo filhos mais tarde, para participar do mercado de trabalho, dados observados na tabela 1.

Tabela 01: Brasil – Participação social por gênero, 1980 e 2014.

Comparação entre a participação social da mulher e a do homem, em 1980 e 2014, de acordo com o IBGE.				
Atividades	Mulheres em 1980	Homens em 1980	Mulheres em 2014	Homens em 2014
Proporção de famílias chefiadas por:	15,60%	84,40%	39,84%	60,14%
Ocupação no mercado de trabalho:	27,00%	73,00%	45,40%	62,60%
Analfabetismo:	27,15%	23,62%	7,90%	8,60%

Fonte: IBGE:2014

Segundo Alvarez (1998), a década de 1990 foi marcada pelo alargamento das discussões sobre a questão de gênero e o Estado passou a promover e monitorar políticas públicas com a perspectiva de gênero, podendo, assim, oferecer um melhor entendimento às necessidades de homens e mulheres.

Apesar dos avanços, Marques (1996) ressalta que há uma percepção de que a cidade ainda não é pensada para as mulheres e as crianças; que as políticas públicas pouco contemplam as diferenças de gênero; e que a cidadania é algo ainda a ser conquistado, principalmente entre as classes mais pobres.

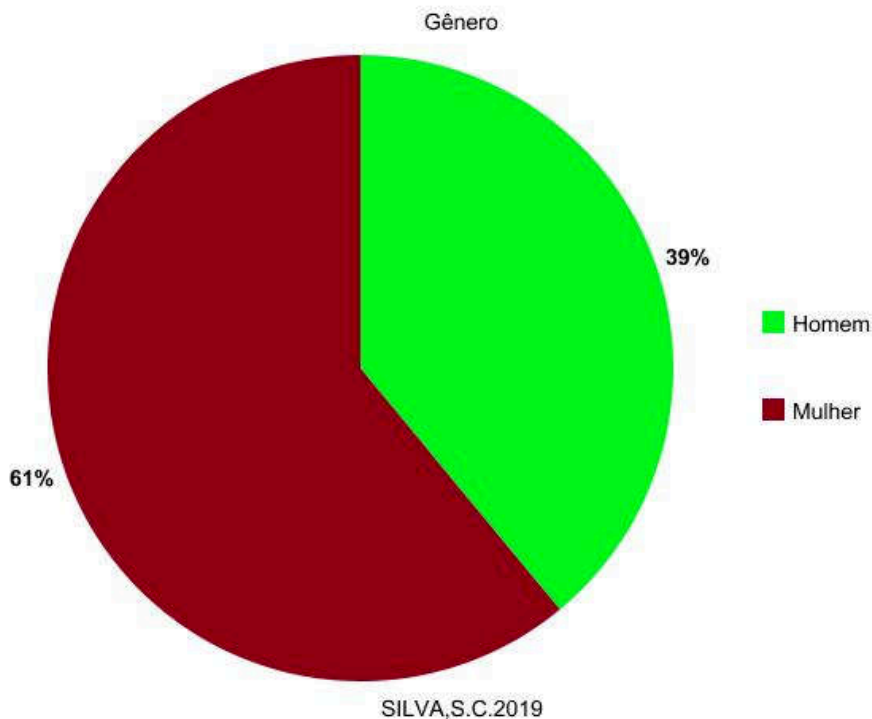
A moradia é tratada nas políticas públicas como uma condição básica, sendo o abrigo sua função social e psicossocial. Desta forma, também passa ser um direito básico de cidadania, de acordo com a IPPUR/UFRJ (2001).

A estimativa para população em Ituiutaba-MG em 2018 é de 104.067 pessoas, segundo dados do IBGE. Segundo informações do mesmo órgão, em 2010 a população feminina na cidade era de 50,74%, seguindo, assim, a tendência nacional.

De acordo com estudos Cintra (2015), a área de habitação da cidade foi contemplada com o programa Minha Casa Minha Vida cujo relatório de caracterização familiar mostra que as mulheres são maioria neste cadastro e são responsáveis pela unidade familiar, representando em 2015, 81,7% do total de famílias cadastradas.

Observando esta informação, de acordo com levantamento feito para esta pesquisa, o loteamento Nova Ituiutaba apresentou, segundo o gráfico 01, o seguinte resultado sobre a questão de gênero.

Gráfico 01: Ituiutaba (MG) – Gênero dos entrevistados no loteamento Nova Ituiutaba I e III 2018



O conceito de gênero é entendido por Saffioti (2011) como uma categoria histórica e uma categoria de análise. Enquanto categoria histórica, o gênero já foi concebido de diversas maneiras na literatura.

(...) como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretações de significados, organizações e instituições sociais, identidades subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas as relações homem-mulher, mas também as relações homem-homem e relações mulher-mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997b, SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995), etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino. O conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2011, p. 45).

Outras teorias explicam o gênero para sugerir que as informações a respeito das mulheres são necessariamente informações sobre os homens, que um implica o estudo do outro, sendo que este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. O gênero seria uma forma de indicar *construções sociais*. Assim, gênero seria, "segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado" (GATES, *apud* SCOTT, 1995, p. 75).

Utilizando a definição de Gates, de acordo com trabalho de campo elaborado para levantamento de dados para esta pesquisa, os dados de gênero nos bairros Nova Ituiutaba I e III, na cidade de Ituiutaba-MG seguem os índices nacionais, porém, com uma presença feminina ainda maior no local.

Este resultado pode estar ligado a alguns fatores, porém, o principal é o de que a partir de 2012, os MCMV, prevê que as mulheres separadas podem adquirir um imóvel sem a assinatura do cônjuge, mesmo que não tenha ocorrido a separação judicial, sendo esta modalidade é limitada às famílias com renda mensal de até três salários mínimos, em caso de separação, legalmente, o imóvel fica de posse da mulher, com a exceção de que o marido ficará com o imóvel caso fique com a guarda dos filhos.

Desde a origem do PMCMV, com a MP 459/2009, já se estabeleceu a preferência de titularidade do imóvel à mulher como forma de se buscar garantir o direito à moradia da mulher, conforme previsto no art. 35 da Lei 11.977/2009.

Na segunda fase do programa, novas medidas nesse sentido foram implementadas. A Medida Provisória 514/2010, convertida na Lei 12.424/2011, alterou a redação do art. 3º da que regulamenta o programa, definindo, em seu inciso IV, a prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis penalidade familiar. Essa prioridade se consubstancia na sua definição como critério nacional de priorização para empreendimentos financiados pelo FAR voltados a famílias da faixa 1

.A Lei 12.693, de 24 de julho de 2012, ainda incluiu na Lei do PMCMV o art.35-A, que estabelece a manutenção ou transferência do título de propriedade de imóvel adquirido no âmbito do programa durante a constância de casamento ou união estável à mulher, quando da dissolução da união estável, separação ou divórcio, independentemente do regime de bens aplicável. A previsão é válida para imóveis subsidiados com recursos do Orçamento Geral da União, do FAR e do FDS, sendo excluídos imóveis financiados com recursos do FGTS. Concretamente, isso implica em que a previsão seja válida quase que exclusivamente para imóveis faixa1, posto que, em regra, empreendimentos faixa 2 e 3 são financiados via FGTS.

Em seu artigo único, o dispositivo traz a previsão de transferência ou manutenção da titularidade do imóvel ao marido ou companheiro nos casos em que haja filhos do casal e a guarda seja atribuída exclusivamente a ele. A mesma lei incluiu o art. 73-A na Lei do PMCMV estabeleceu que os contratos cuja beneficiária final seja mulher chefe de família, tanto no âmbito do PMCMV excetuando os casos que envolvam recursos do FGTS quando em programas de regularização fundiária de interesse social promovidos por União, Estados, Distrito Federal ou municípios, poderão ser firmados independentemente da outorga do cônjuge, sendo afastado o disposto nos art. 1647 a 1649 do Código Civil. Por fim, cabe a referência a Portaria nº 412 do Ministério das Cidades, de 6 de agosto de 2015, que redefiniu os critérios de seleção dos beneficiários do PMCMV no âmbito do PNHU, por meio da aprovação do “Manual de Instruções para Seleção de Beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida PMCMV”. O Manual reitera a prioridade de famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, definindo esta como “aquela que se reconhece e é reconhecida pela família como a pessoa de referência dessa, podendo ou não ser provedora econômica

O MCMV do Governo Federal é reconhecido internacionalmente como referência em atendimento ao direito à moradia da mulher. Índices indicam que atualmente 89% das escrituras do programa estão em nome de mulheres.

O direito à moradia, ainda que deva ser garantido a todos e todas, tem uma importância qualitativamente distinta na vida das mulheres. Para elas, a garantia da moradia adequada se relaciona intimamente a sua segurança, saúde, condições de subsistência e bem-estar (ONU, 2011).

A Declaração dos Direitos Humanos da ONU, de 1948, traz a primeira referência normativa ao direito à moradia no âmbito do direito internacional ao listar a habitação como requisito necessário para um padrão de vida adequado. Note-se que nesse momento ainda não se falava propriamente de direito à moradia, mas meramente de habitação.

A questão da moradia para a mulher de acordo com a ONU (2011) se relaciona ainda com a condição de opressão e desigualdade:

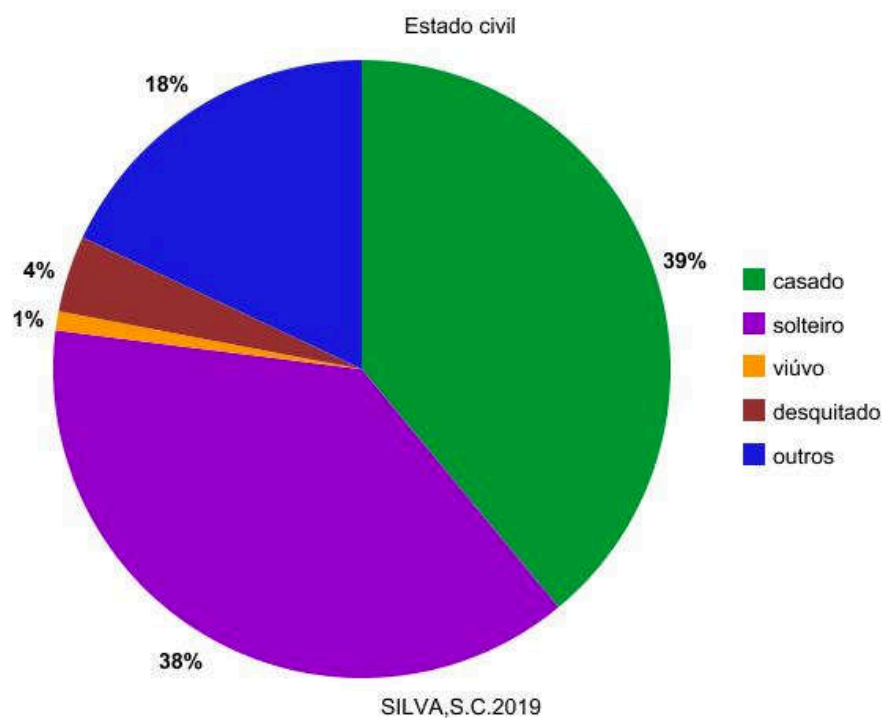
Quando uma mulher tem seu acesso à moradia e à terra limitados, isso não afeta só a garantia de suas necessidades materiais imediatas, como reitera sua posição de subordinação e dependência sociais em função de seu gênero. Nesse sentido, o direito à moradia da mulher não deve ser visualizado enquanto uma reiteração de seu papel de gênero, que a coloca como pertencente ao espaço doméstico, responsável pela manutenção do lar e criação dos filhos e filhas. Pelo contrário, implica em garantir condições materiais que permitam às mulheres estarem em posição de maior autonomia. Se defendemos a necessidade do recorte

de gênero quando falamos em direito à moradia é por reconhecer que ser mulher implica tanto em uma relação distinta com a moradia quanto em uma limitação em seu acesso

Definir os efeitos do PMCMV para as mulheres foi tarefa difícil devido a não existência de dados sistematizados sobre o tema. Mesmo assim, o PMCMV, reconhecido internacionalmente como modelo de programa habitacional capaz de atender e garantir o direito à moradia das mulheres, bem como de outros grupos em situação de vulnerabilidade, a partir de uma perspectiva sem fragmentação.

No que se trata ao estado civil dos moradores do loteamento pesquisado, de acordo com o gráfico 02, existe uma grande proximidade na quantidade daqueles moradores que se consideram casados e aos que se consideram solteiros, sendo que estes dois grupos totalizam juntos 77% dos moradores entrevistados.

Gráfico 02: Ituiutaba (MG) Estado civil dos moradores entrevistados do loteamento Nova Ituiutaba, 2018



Porém, quando se considera os moradores que declaram ter algum tipo de união (casados e outros) este índice chega a 57% da população entrevistada, que coincide com os dados divulgados pelo IBGE, obtidos pelo PNAD 2011, em que 57,1% da população brasileira informou que viviam algum tipo de união.

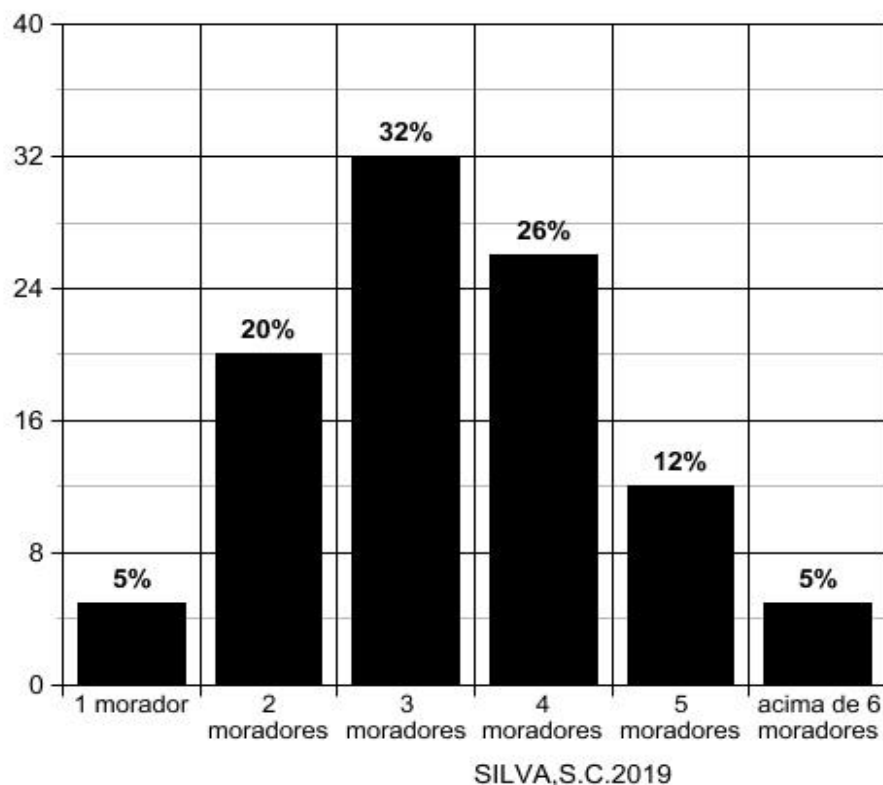
Estes dados levantados através de pesquisa de campo nos bairros Nova Ituiutaba I e III, conforme podem ser observados no gráfico 03, vão de encontro com uma tendência mundial

também identificada no Brasil através do PNDA de 2011, que é a diminuição de número de casais com qualquer tipo de união estável que residem ou não na mesma residência.

Outro dado expressivo que identifica uma nova forma de composição familiar, diz respeito à quantidade de pessoas vivendo nas residências, sendo identificado que 25% dos lares visitados pela pesquisa tem entre uma ou duas pessoas.

Estudos de Ferreira (2018) indicam que apesar do crescimento de domicílios permanecer superior à de população, este ritmo vem diminuindo, apontando a mesma tendência para o processo de transição demográfica, que nas décadas de 1940 representava um índice de 5,2 habitantes por domicílio, e atualmente 3,2 habitantes por domicílio, conforme visto também na realidade vista no loteamento Nova Ituiutaba, apresentada no gráfico abaixo.

Gráfico 03: Ituiutaba (MG): Número de moradores por residência do loteamento Nova Ituiutaba, 2018



Ainda de acordo com Ferreira (2018, p.67):

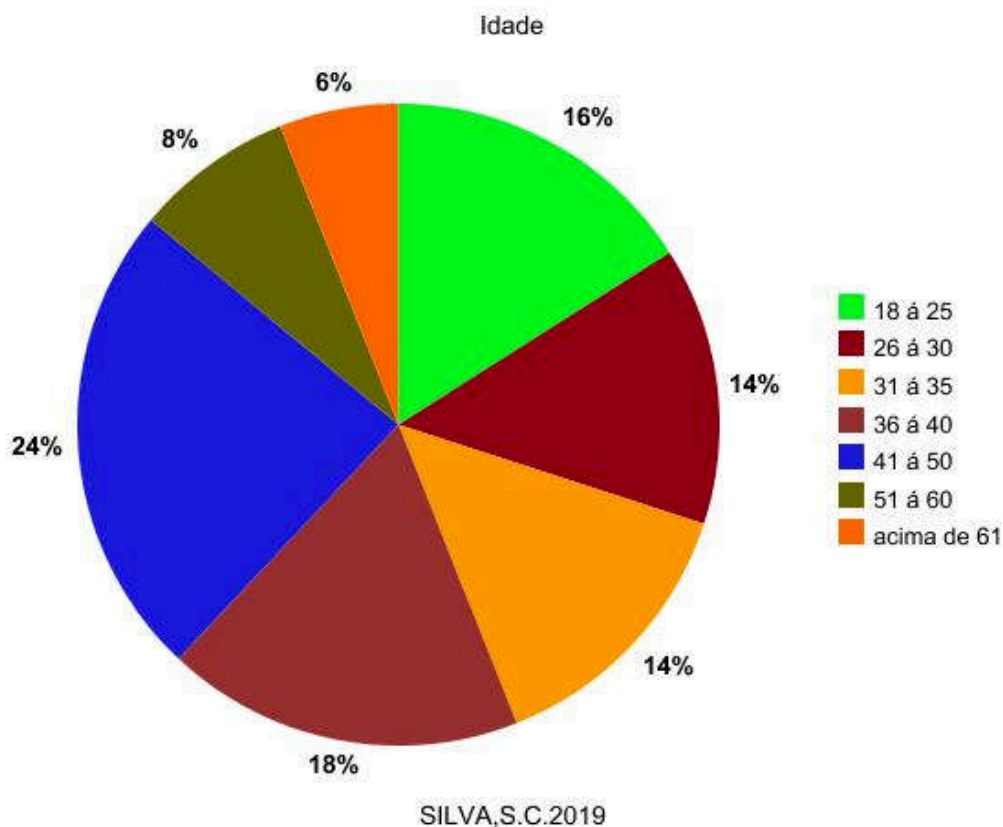
Há relação estreita entre demanda por moradias e crescimento demográfico. Esse relacionamento, entretanto, é mediado pela dinâmica da formação de novos arranjos familiares/domiciliares, a qual representa o componente principal da necessidade por novas moradias. Dessa forma existem, por um lado, a influência da evolução da população e de sua estrutura etária e, por outro, a tendência maior ou

menor de os indivíduos formarem arranjos domiciliares sob a influência conjuntural do mercado imobiliário e das tendências socioeconômicas.

Por outro lado, analisando o gráfico 03, percebe-se que o número de famílias com seis integrantes ou mais fica abaixo de a de famílias menores, confirmando que a tendência também é observada nos bairros Nova Ituiutaba I e III.

Um detalhe que pode ser comparado juntamente com o índice de moradores por residência é em relação à idade média dos moradores, gráfico 04, em síntese, é de se esperar de acordo com o que foi observado que o envelhecimento da população contribua para que no futuro aumente a concentração de domicílios com duas ou uma pessoa, já que o grupo de pessoas com 36 anos ou mais corresponde a 56% dos moradores. De acordo com Ferreira (2018), seus estudos apontam que quanto maior a idade menor será a densidade de moradores por domicílio nos próximos anos.

Gráfico 04: Ituiutaba (MG) - Idade dos moradores entrevistados do loteamento Nova Ituiutaba, 2018



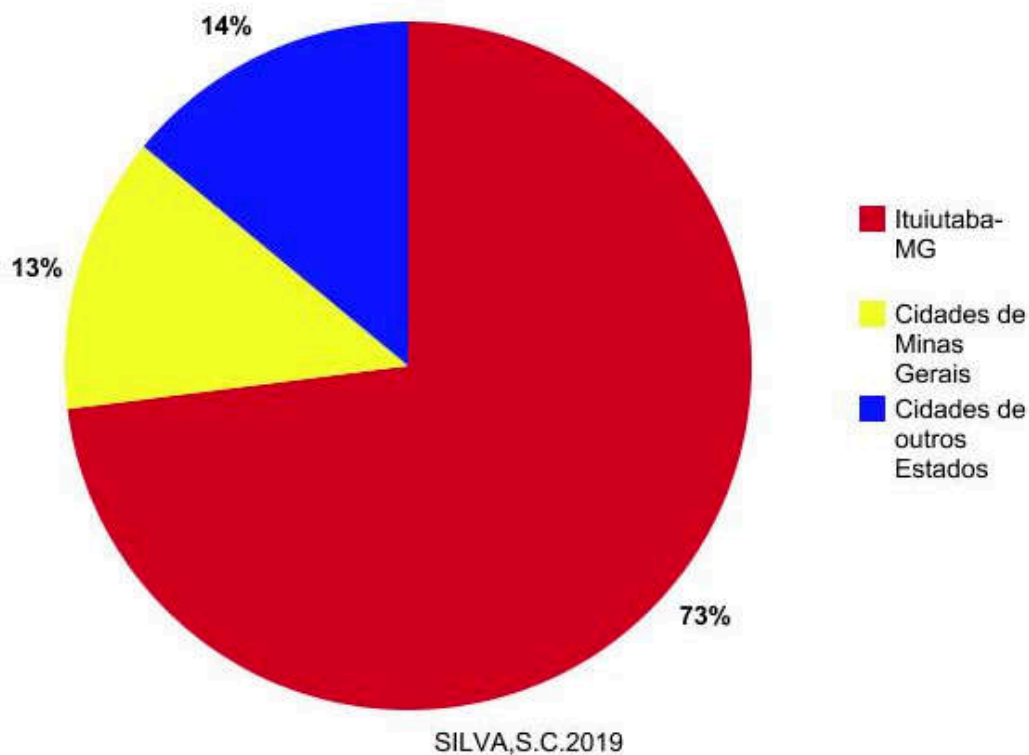
Ainda de acordo com Ferreira (2018, p.89):

Os responsáveis pelos domicílios são protagonistas da formação dos arranjos familiares/domiciliares e, nesse sentido, a relação das pessoas de referência do domicílio com o total de pessoas da mesma faixa etária da população representa um bom indicador da potencialidade de formação de novos domicílios e da necessidade por moradia da população em geral. Essas relações por faixas etárias assim elaboradas, em geral, apresentam-se relativamente estáveis ao longo do tempo e constituem um parâmetro consistente para a previsão da demanda por domicílios no futuro.

Apesar dos bairros Nova Ituiutaba I e III, serem um empreendimento novo, pois recebeu os primeiros moradores no ano de 2014, existe a possibilidade de, no futuro, ser um local de pessoas mais velhas, se analisarmos a expectativa de vida atual dos brasileiros.

Esta realidade observada nos bairros Nova Ituiutaba I e III, conforme gráfico 05, se dá devido ao mesmo ter recebido moradores de diversas partes da cidade, de acordo com trabalho de campo realizado para esta pesquisa, que aponta que os bairros Sol Nascente, Junqueira, Novo Tempo, Centro e Pirapitinga são responsáveis por 40% pela origem da população residente.

Gráfico 05: Ituiutaba (MG) - Cidade Estado de origem dos moradores entrevistados do loteamento Nova Ituiutaba, 2018



Porém, um dado relevante levantado é que 27% dos moradores dos bairros Nova Ituiutaba I e III, se identificaram como sendo de outras cidades e até mesmo de outros estados, dado este que foge às regras para que pessoas possam se cadastrar para obterem casas no programa MCMV.

Este dado pode ser explicado pelo próprio processo de desenvolvimento da cidade de Ituiutaba-MG, que nos últimos anos de acordo com Silva (2015, p.26):

O município mineiro de Ituiutaba inseriu-se no processo de mobilidade populacional, a partir da instalação de agroindústrias do setor canavieiro, que necessitavam de mão de obra barata, especialmente para o corte da cana. Assim, trabalhadores de várias regiões do Brasil, principalmente da região Nordeste viam o município como uma possibilidade de conquistar uma melhor qualidade de vida, diferente da realidade que viviam em seus locais de origem.

O processo migratório é um fenômeno antigo que com o processo de produção capitalista acentuou esta ação, que para os muitos que migram é a única forma de garantir o sustento da família. Ainda de acordo com Silva, (2015, p.26):

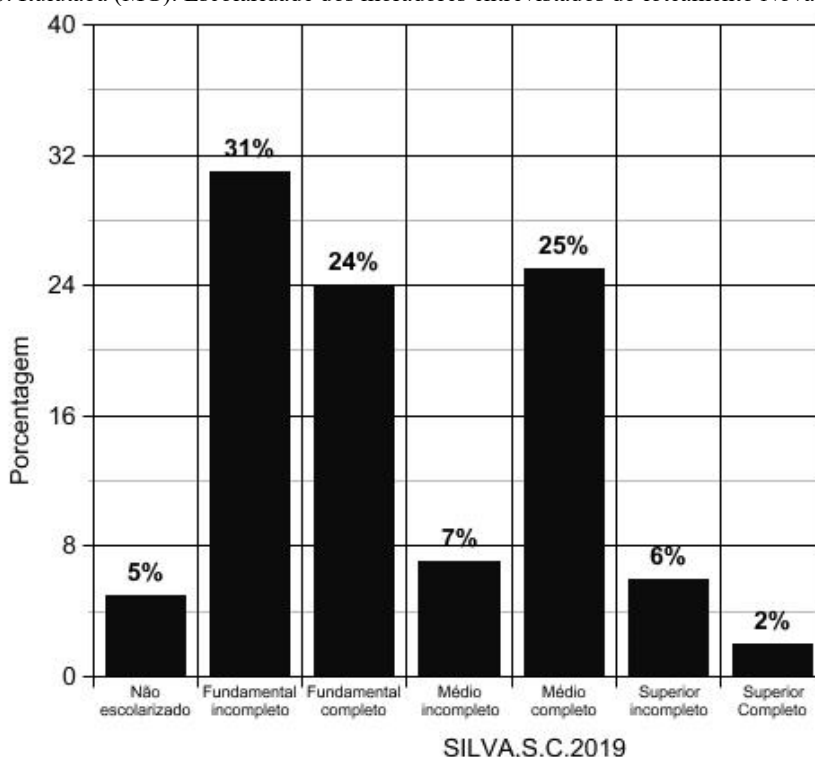
O município de Ituiutaba - MG teve uma evolução muito grande devido aos altos investimentos de capital no campo, que contribuíram até o ano de 2012 para o surgimento de milhares de postos de trabalhos, sendo que as agroindústrias canavieiras da região empregavam grande quantidade de mão de obra, desde a parte industrial e, principalmente no corte da cana, porém com a falência de usinas Triálcool e Vale do Paranaíba na região, ocorridas no ano de 2012, contribuiu para demissões de trabalhadores e, conseqüentemente desemprego em massa, segundo informações dos sindicatos rurais das cidades de Ituiutaba e Capinópolis - MG.

Com o fechamento de várias usinas na região de Ituiutaba-MG, a maioria dos trabalhadores retornaram para sua cidade ou estado de origem ou procuraram outra região. Porém, muitos destes trabalhadores permaneceram na cidade, formaram famílias, sendo alguns destes os observados contemplados pelo programa habitacional federal identificados nesta pesquisa.

Com este processo de expansão que aconteceu na cidade de Ituiutaba-MG, diversos serviços tiveram uma melhoria considerável, entre eles o da prestação de serviços educacionais, sendo que na cidade estão instaladas instituições federais, estaduais e particulares.

Analisando esta informação, de acordo com o gráfico 06, constatou-se que no loteamento Nova Ituiutaba o índice de pessoas que se consideram não alfabetizadas é de 5%, menor que a média nacional, que é de 8%, de acordo com o PNDA de 2017.

Gráfico 06: Ituiutaba (MG): Escolaridade dos moradores entrevistados do loteamento Nova Ituiutaba, 2018



Um dado importante a ser apresentado é a quantidade de moradores que chegaram ao ensino superior. A pesquisa aponta que 8% dos moradores do Loteamento Nova Ituiutaba chegaram ao ensino superior, índice bem abaixo do nacional, que, segundo dados do último censo feito pelo IBGE), seria de 14%. Este dado fica ainda mais agravante quando se observa que apenas 2% da população entrevistada já concluiu o ensino superior.

De acordo com dados do PNUD, Ipea e FJP, no município de Ituiutaba-MG, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo, entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 38,23% para 51,25%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 29,80%, no município, e 30,09%, no Estado. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 10,34% eram analfabetos, 46,66% tinham o ensino fundamental completo, 30,04% possuíam o ensino médio completo e 10,30%, o superior completo.

O índice de escolaridade de uma população está diretamente relacionado ao índice de desenvolvimento econômico de uma sociedade. A qualificação não ajuda apenas o crescimento econômico, mas também no desenvolvimento sustentável de comunidades e no entendimento sobre questões ambientais.

Sobre este tema, Lermen e Fisher (2010, p.256):

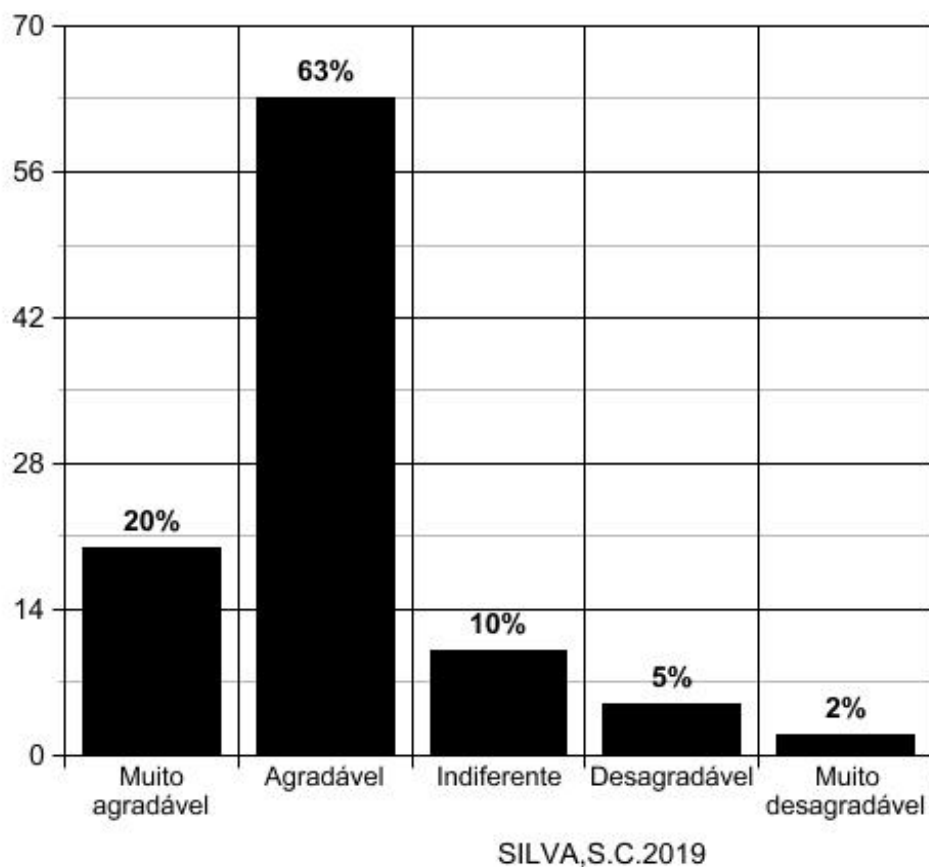
O nível de escolaridade é determinante para uma maior percepção dos problemas relacionados ao meio ambiente, mas que mesmo assim, não significa obrigatoriamente em uma maior consciência ambiental. A escola é dita como a maior fonte de informação sobre meio ambiente em qualquer grau de instrução ou ocupação, seguindo-se das mídias divulgadoras.

A percepção ambiental é a tomada de consciência do ambiente pelo homem, o ato de perceber o ambiente ao seu redor, protegendo e cuidando do mesmo (FERNANDES *et al*, 2004).

A percepção ambiental é importante para auxiliar no entendimento em relação às sensações da população de determinado local e de que forma ela se enxerga naquele ambiente. Cavalcante e Elali (2011) comentam que a percepção ambiental está relacionada à maneira como as pessoas experienciam os aspectos ambientais que estão presentes ao seu redor, não somente os aspectos físicos, mas também os sociais, culturais e históricos. Sendo a percepção ambiental, o conhecimento ou a tomada de consciência do ser humano no ambiente em que está inserido e isto não relaciona somente a parte biológica, mas também a psicologia, a geografia, a antropologia e outras ciências que interagem umas às outras (FAGGIONATO, 2016).

Utilizar das características históricas do sujeito, sobre o endereço antigo de residência, observando seus sentidos, estímulos e conhecimentos foi necessário para conhecer as sensações dos moradores dos bairros Nova Ituiutaba I e III ,de acordo com o gráfico 07.

Gráfico 07: Ituiutaba (MG) - Sensação em relação ao bairro de origem dos moradores entrevistados do loteamento Nova Ituiutaba, 2018



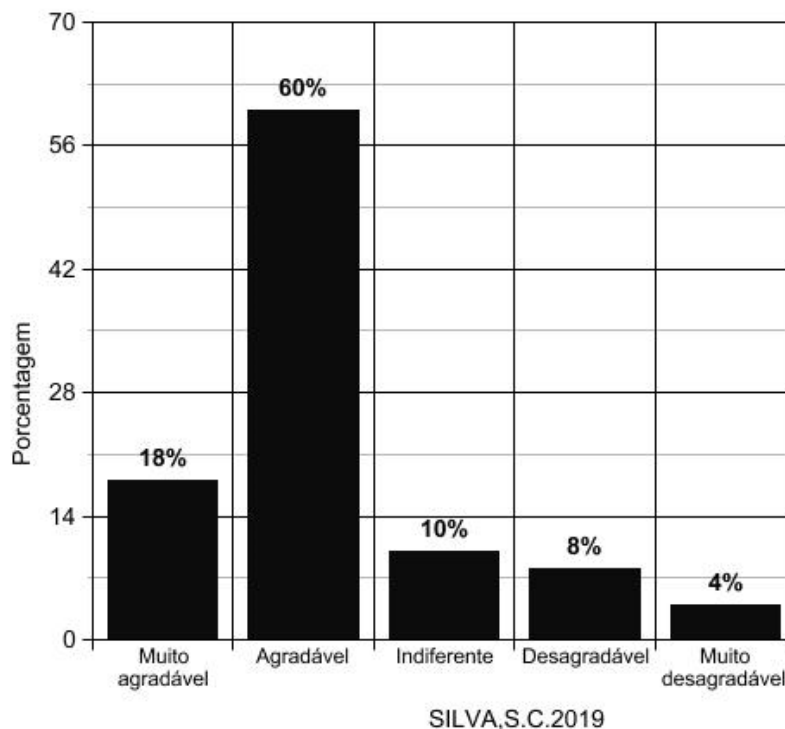
A percepção ambiental ocorre através dos sentidos associados a atividades cerebrais. De acordo com Ferreira (2018), estando relacionado a diferentes personalidades, idade, experiência de vida aspectos sociais, entre outros.

De acordo com Fernandes *et al*(2004), a percepção ambiental define-se como a tomada de consciência do ambiente pelo homem, o ato de perceber o ambiente ao seu redor, protegendo e cuidando do mesmo.

No gráfico 07 podemos observar que a grande maioria das pessoas, 83% dos entrevistados consideram o antigo bairro como, agradável ou muito agradável. Este resultado se apresenta devido ao tempo que estes moradores viveram nos antigos endereços. Muitos dos entrevistados disseram que moravam há mais de dez anos no mesmo endereço, sendo assim se identificavam com o local, passando a ter afetividade, criando desta forma o conceito de lugar para estas pessoas.

Uma porcentagem bem próxima é observada entre as pessoas que consideram o Loteamento Nova Ituiutaba como agradável ou muito agradável, de acordo com o gráfico número 08, onde 78% dos entrevistados tem esta sensação do loteamento.

Gráfico 08: Ituiutaba (MG) - Sensação em relação ao loteamento Nova Ituiutaba, 2018

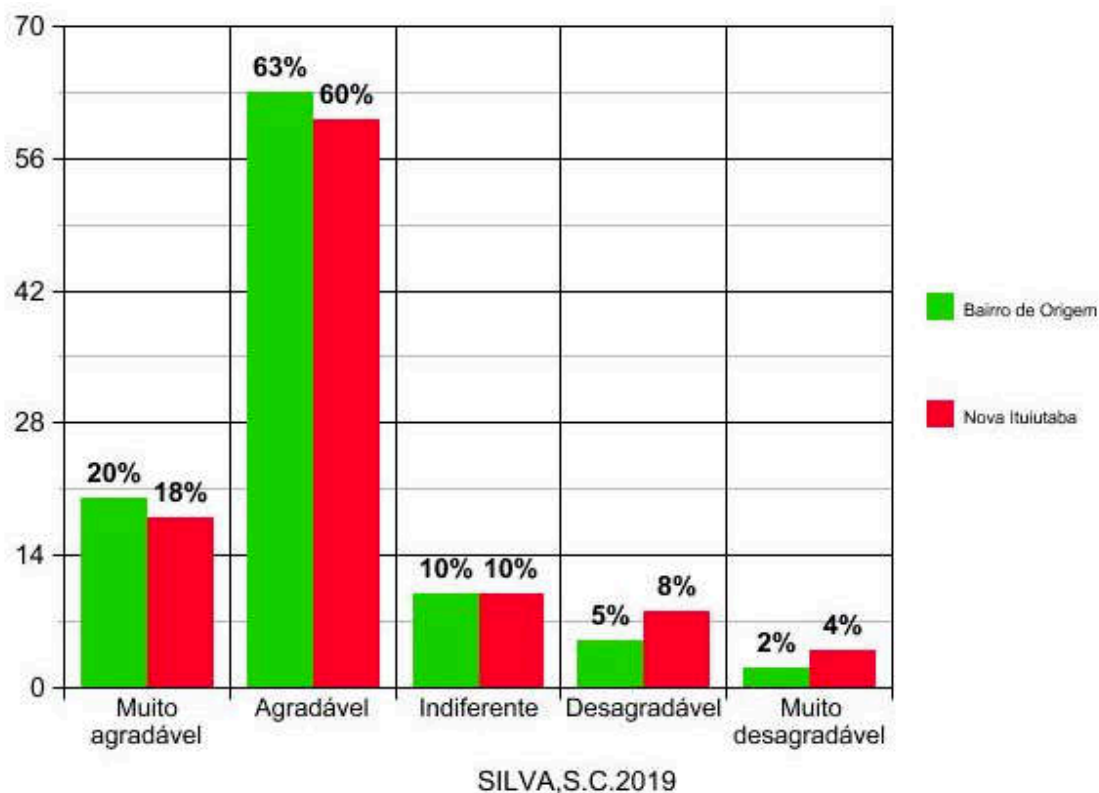


Porém, um fato importante a ser observado na comparação destes gráficos é o aumento das pessoas que consideram os bairros Nova Ituiutaba I e III, como desagradável ou muito desagradável, chegando ao nível de 12% dos entrevistados.

A percepção do morador sobre o ambiente que vive geralmente está relacionada à relação social que se tem no local, índices de insatisfação podem ser resultados de políticas públicas ou de engenharia que não contemplam esta população, afetando o modo de se enxergar, transformando este lugar em um não lugar.

Observando o gráfico 09, quando se compara a sensação dos moradores dos bairros Nova Ituiutaba I e III, com o antigo bairro, os índices positivos, apontam um grau de satisfação maior para o endereço antigo, enquanto o grau de insatisfação sobre os bairros Nova Ituiutaba I e III é maior em todos os indicadores:

Gráfico 09: Ituiutaba (MG) - Sensação do morador sobre o loteamento Nova Ituiutaba, 2018



Apesar de o grau de insatisfação do morador ser pequeno, ela existe e pode estar relacionada à qualidade ambiental dos bairros Nova Ituiutaba I e III, já que de acordo com Gomes e Soares (2004), a sensação advém da percepção humana, por intermédio daqueles que vivenciam determinado ambiente.

Machado (1990, p. 50) esclarece que é importante a “avaliação do nível de satisfação que cada grupo tem junto ao espaço que lhe é reservado [...] uma vez que a percepção é sempre acompanhada pela atribuição de valor”.

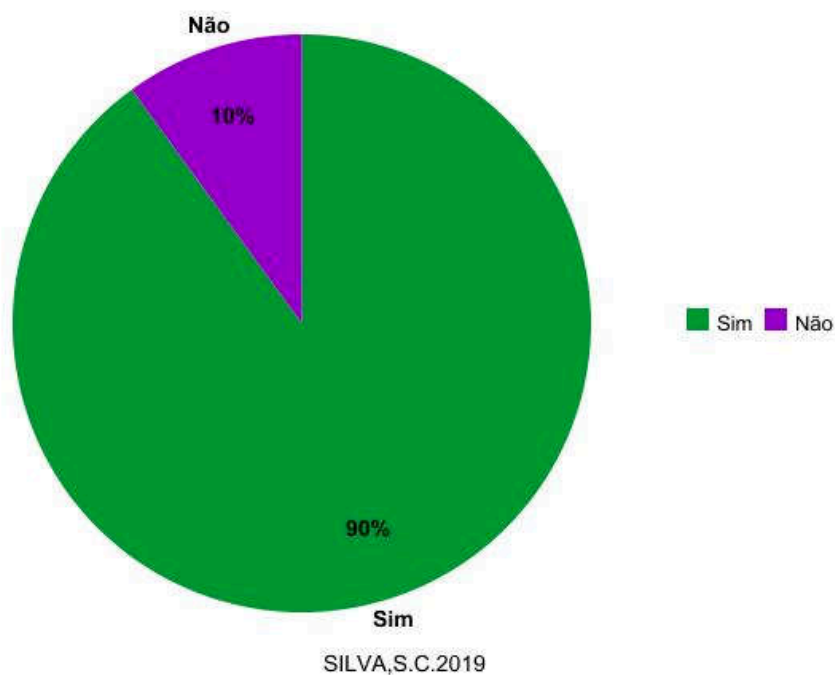
Tuan (1983) atesta que é preciso conhecer a qualidade e a intensidade da experiência do homem com o ambiente para se conhecer a identidade do lugar. De modo especial, torna-se fundamental a identificação da qualidade ambiental dos bairros Nova Ituiutaba I e III, através da percepção dos moradores, haja vista que parte dos problemas ambientais observados está associada aos impactos dos processos de transformação da área e falta de investimentos do setor público.

O entendimento do ambiente é de acordo com a percepção ambiental é individual, de acordo com Ferreira (2005), para os estudos ambientais de caráter subjetivo, não é apenas a

vivência da percepção o que interessa, mas todo o conjunto de outras vivências relacionadas ao meio ambiente.

Desta forma, quando analisada a felicidade dos moradores do Nova Ituiutaba, conforme gráfico 10, 90% da população se considera feliz, apesar de apontar problemas, geralmente relacionados à estrutura física do loteamento.

Gráfico 10: Ituiutaba (MG) - Felicidade do morador do loteamento Nova Ituiutaba, 2018



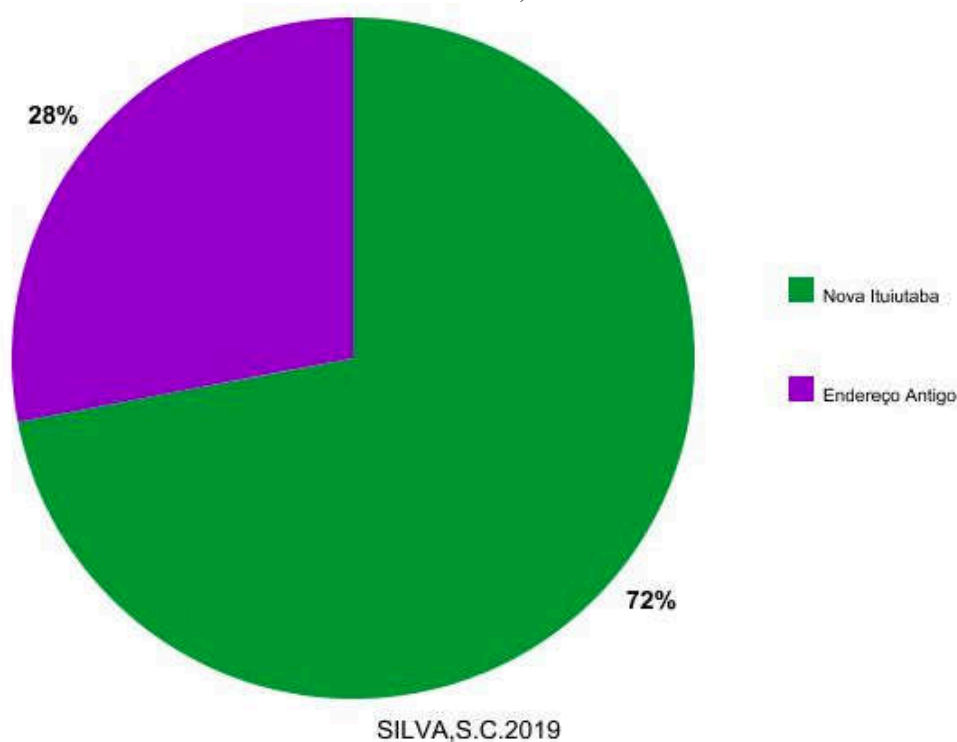
Esta felicidade apontada pela maioria dos entrevistados está relacionada conforme observado nas respostas apontadas no questionário realização do sonho da casa própria, a calma do bairro e pelo convívio com as pessoas, porém as pessoas que não se consideram felizes no bairro apontam a falta de estrutura e planejamento como o fator principal da insatisfação, outro dado observado é o fato destas pessoas considerarem o bairro distante do centro comercial.

Miranda (2010) deixa claro que a percepção está relacionada a outros tipos de vivências de ordem concreta (a reflexão, a lembrança, a imaginação etc.), o que justifica o seu estudo no campo ambiental, pois ela influencia o sujeito, em última instância, a adotar determinadas atitudes e valores em relação aos espaços, paisagens, lugares e conseqüentemente, ao meio ambiente. Por conseguinte, numa perspectiva fenomenológica, os julgamentos, as expectativas, as ações e as condutas do homem em relação ao seu ambiente estão relacionados às experiências

e vivências dos sujeitos, o que não pode ser explicado somente à luz do método científico tradicional.

Lynch (1999, p. 179) explica que “algumas pessoas imaginam a cidade ideal como sendo um grande centro onde cada pessoa tem fácil acesso a uma enorme variedade de bens, de serviços e a outras pessoas”, sendo esta realidade inexistente no Loteamento Nova Ituiutaba, apesar de a pesquisa apontar um grande grau de satisfação entre os moradores, também foi constatado que uma grande parte dos moradores, 28% deles, prefere morar no endereço antigo, conforme visto no gráfico 11.

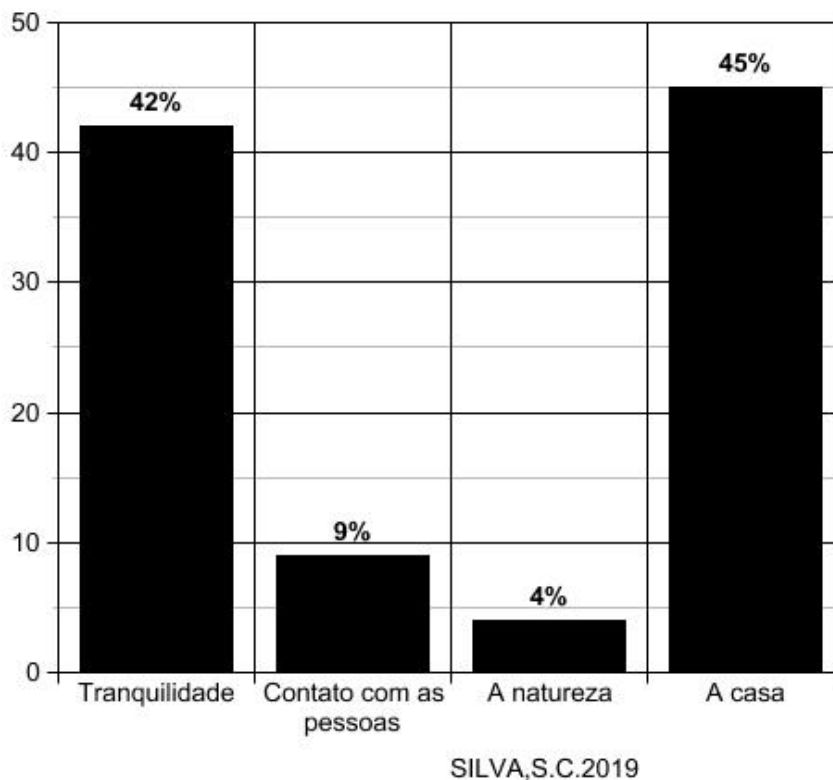
Gráfico 11: Ituiutaba (MG) – Preferência do entrevistado em morar no loteamento Nova Ituiutaba ou no anterior local de moradia, 2018



A relação do morador com o loteamento se torna complexa. Por um lado, o contentamento de possuir o imóvel próprio, por outro lado, o mesmo ser em uma área em que o morador não se identifica, causando então uma dualidade de sensações que, por diversas vezes, se apresenta contraditória quando se analisam algumas respostas obtidas pelo questionário aplicado.

A percepção do morador se torna menos diversificada e, diante disto, as respostas vão se tornando mais homogêneas, como pode ser visto no gráfico 12.

Gráfico 12: Ituiutaba (MG) - O que o morador gosta no loteamento Nova Ituiutaba, 2018



De acordo com estudos de Del Rio (1996), a percepção é um processo mental de interação do indivíduo com o meio e que se dá por meio de mecanismos perceptivos, que são capitados através dos cinco sentidos e cognitivos que são aqueles que compreendem a contribuição da inteligência.

O fato de o morador apontar a casa como sendo o que ele mais gosta no loteamento Nova Ituiutaba, mostra que o mesmo se sente pertencente a apenas este espaço do loteamento, se identificando apenas com a casa e excluindo pelo menos momentaneamente o restante da sua estrutura.

Na percepção ambiental, podem aparecer elementos agradáveis ou desagradáveis contidos no espaço percebido por meio do desenvolvimento de um elo afetivo ou não na relação com o espaço vivido. De acordo com Oliveira (2004), esta percepção pode se modificar através das relações que o sujeito venha no futuro a ter com outros moradores e até mesmo quando o morador passar e ter novas experiências.

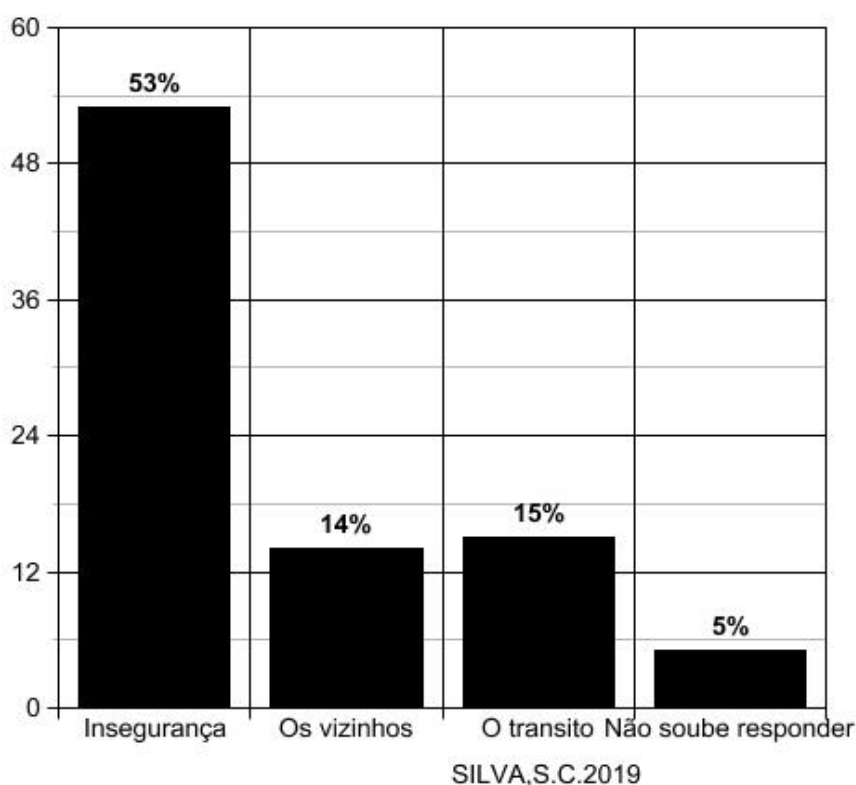
Matos (2010, p.18) cita que:

O espaço vivido é de fundamental importância no campo analítico da percepção, pois, a presença de elementos contextuais do meio que o circundam, a natureza e as relações que estabelecem socialmente,

podem contribuir para o entendimento de quais crenças, motivações e conhecimentos são “extensões” desse espaço vivido, fazendo emergir a necessidade de se considerar, como meio ativo e influente de um mundo onde os sujeitos perceptores estão inseridos e são constantemente influenciados por ele.

Dessa forma, o processo perceptivo para o filósofo Merleau-Ponty se inicia no olhar, e através desta ação o sujeito traça as suas considerações sobre o lugar, objeto ou pessoa, conforme pode ser observado no gráfico 13.

Gráfico 13: Ituiutaba (MG) - O que o morador não gosta nos bairros Nova Ituiutaba I e III 2018



O mecanismo cognitivo do indivíduo é dotado de motivações, humores necessidades, conhecimentos, valores, expectativas e julgamentos sendo esta ação. Além disto, não se pode desconsiderar o fato de que o espaço vivido possui conceitos e valores pré-estabelecidos que acompanham a formação das sensações.

Fazendo uma análise sobre os gráficos 12 e 13, onde diversos moradores apontam a tranquilidade como sendo um dos fatores que mais gostam no bairro apontam uma opinião contraditória quando citam a insegurança como o que menos gostam no bairro, mostrando assim a dificuldade dos moradores em entender o local onde estão inseridos, sendo assim, o morador

dos bairros Nova Ituiutaba pode ser que esteja atribuído sensações negativas em vivências e comentários de terceiros.

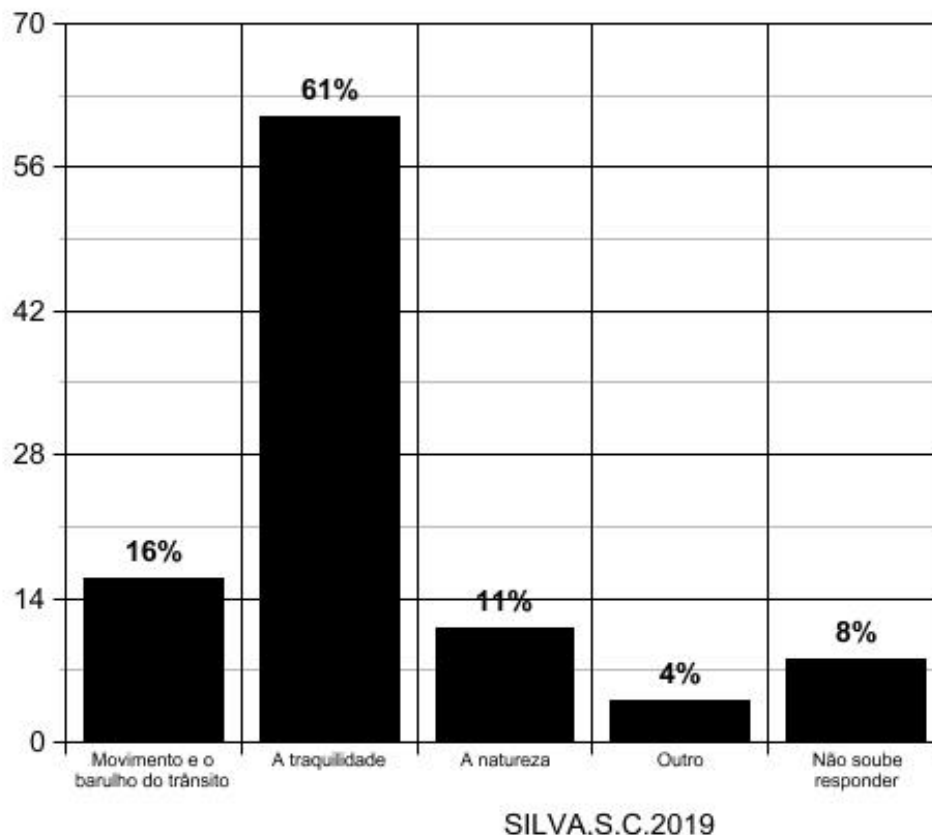
Os indivíduos assumem diferentes comportamentos no espaço: distinguem, selecionam, organizam, qualificam e atribuem significados e ressignificados àquilo que veem. Essa atribuição de significado se inicia no momento em que o observador não só consegue perceber, mas também interpretar aquilo que vê.

Barros (2013, p. 35):

Os processos de percepção e interpretação ambiental levam o indivíduo, necessariamente, a adotar um determinado comportamento junto ao ambiente. Este comportamento pode ser ativo ou passivo, mas nunca deixa de existir, nem individualmente nem coletivamente. Quando ocorrem políticas de revitalização de um determinado lugar, tornam-se notórias as mudanças comportamentais da comunidade que habita aquele lugar, que passam a atribuir novos significados para aquilo que vê. Essa ressignificação faz refletir nas atitudes do indivíduo os territórios abstratos que povoam a sua mente, e que são plenos de significados, pois possuem dimensões fortes de enraizamento. Afinal, o espaço vivido do indivíduo é formado por espaços internos, externos e da mente.

Ao se criar uma imagem mental do espaço vivido, sendo ele por influência de outros ou por própria concepção, este passa a receber valores próprios que por muitas vezes são replicados e repetidos, criando, assim, uma cultura local. Este dado é observado quando os moradores dos bairros Nova Ituiutaba I e III, são perguntados sobre as sensações acerca do bairro durante o dia e no período noturno, resultados que podem ser observados a partir do gráfico 14.

Gráfico 14: Ituiutaba (MG) - Percepção do morador do loteamento Nova Ituiutaba durante o dia, 2018

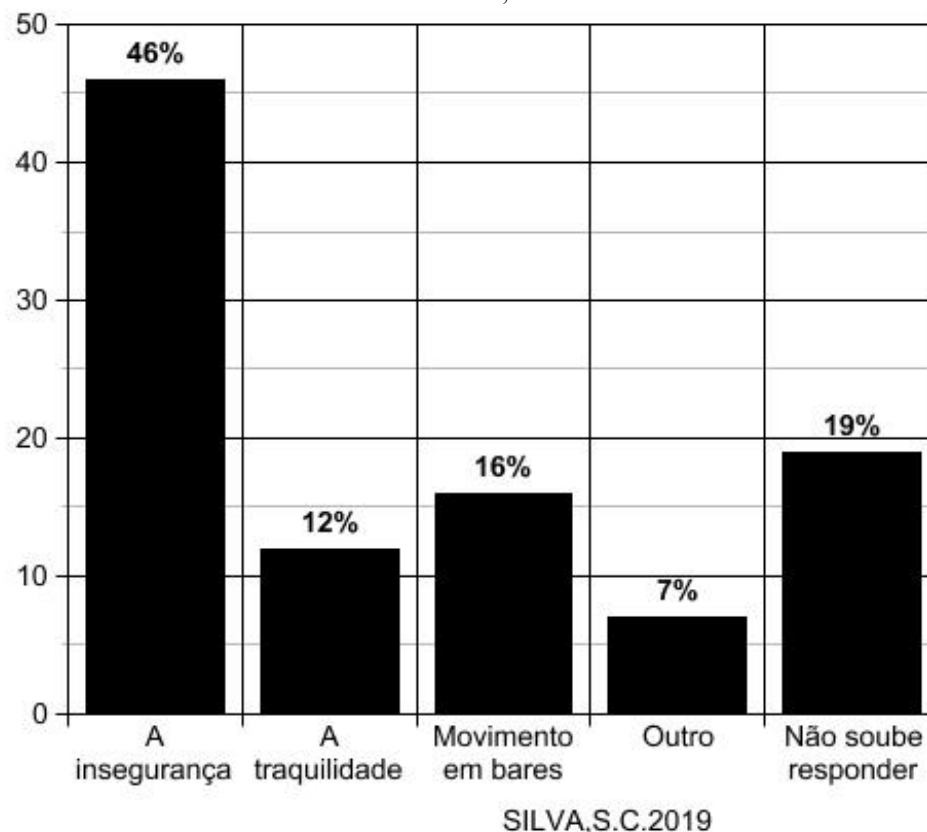


A comparação do gráfico 14 com o gráfico 15 apresenta a forma que a concepção do espaço pode mudar de agradável-topofílicos para desagradável – topofóbico em poucas horas. Isto pode ser explicado pelo loteamento ser relativamente novo e as pessoas ainda não terem uma relação de amizade, fazendo com que o sentimento de pertencimento ao local não seja tão profundo.

A forma que o ambiente é observado pelo usuário a partir da percepção individual ou coletiva faz com que se aumente a complexidade das análises a serem feitas neste local.

Conjuntos habitacionais construídos em locais distantes, ermos, oferecendo péssimas condições de vida a seus moradores, igualmente exigindo a implantação de serviços básicos, a um custo muitas vezes maior do que o desembolso necessário para a recuperação de moradias em áreas deterioradas, como as regiões centrais das capitais. A alegada falta de recursos para a questão da moradia e a correlata deterioração da qualidade de vida nas cidades para a população como um todo é apenas a outra face do desperdício e má aplicação do dinheiro público das Prefeituras, Estados e União, por falta de uma política habitacional e urbana no País. Obviamente, nenhuma das distorções é acidental. Elas refletem a predominância de interesses econômicos, desconsiderando-se os interesses de toda a população coletivamente e das famílias sem acesso à habitação, especificamente. (PROJETO MORADIA, 2001, p. 47).

Gráfico 15: Ituiutaba (MG) – O que chama a atenção do morador dos bairros Nova Ituiutaba I e III durante a noite,



Desde a era Collor, os conjuntos habitacionais foram organizados em áreas separados do tecido urbano, cortados por cursos d'água, rodovias ou vazios urbanos. Desta maneira, a moradia representava apenas um bem de consumo aos empregados dos promotores habitacionais, atualmente conhecidos como agentes produtores do espaço. A estratégia da localização destes conjuntos vislumbrava a exclusão territorial da população, realidade observada até nos dias de hoje.

Esta forma de se produzir o espaço urbano faz com que seja dificultada a acessibilidade do morador. Esta ação aumenta o isolamento e prejudica a vida urbana. De acordo com Jacobs (2000, p. 288), esta ação gera:

Nos limites do terreno escuro e deserto dos enormes conjuntos habitacionais de baixa renda, as ruas são escuras e também vazias de pessoas. Os estabelecimentos comerciais, à exceção daqueles mantidos pelos próprios moradores dos conjuntos, fecharam suas portas e muitos imóveis estão sem uso, vazios, rua após rua, à medida que nos afastamos das adjacências do conjunto, encontramos um pouco mais de luz, mas é preciso percorrer muitas ruas até que esse aumento paulatino

de atividades econômicas e de movimento das pessoas se intensifique. E, a cada ano que passa, o vazio parece abocanhar um pouco mais.

Dessa forma, de acordo com Pinheiro e Elali (2011), os usos dos espaços acontecem de forma consciente ou inconsciente, onde são estabelecidas especificamente sujeitas a influência biológica e cultural. Sendo assim, as relações humanas com o espaço interferem no comportamento e no humor.

Nessa direção, o entendimento do comportamento humano é função das dimensões espaciais e de suas relações com seus usuários. Portanto, constitui-se de importância ímpar para a compreensão do sistema pessoa-ambiente identificar de que maneira o usuário percebe o seu ambiente, e de que modo o usuário se relaciona com seu espaço, considerando suas expectativas e o nível oferecido de privacidade (PAIVA, SOBRAL & VILLAROUÇO, 2015).

A afetividade e a identificação pessoal do sujeito com o lugar estão diretamente conectadas a pesquisas da percepção ambiental, compreendendo, assim, o meio ambiente, e o espaço vivido, frisando que a percepção não é estática e varia de acordo com os sujeitos da pesquisa e sua vivência com o meio.

Desde a década de 90, os estudos sobre percepção têm adquirido significado e relevância nas Políticas públicas e na implantação de suas ações, principalmente quando se trata dos problemas relacionados ao meio ambiente, transformações e mudanças de atitudes e condutas das comunidades (GUIMARÃES, 2003).

Nesse sentido, é necessário compreender as dificuldades relacionadas à implantação de loteamentos populares, se tratando dos bairros Nova Ituiutaba I e III, na cidade de Ituiutaba-MG, dando foco para alguns problemas que são estruturais, negligenciados pelo poder público municipal, causando transtornos enormes para a população residente, gerando, assim, o sentimento de não pertencimento nestes moradores.

4-CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas desenvolvidas em Percepção Ambiental vêm contribuindo em diversas ciências, por meio dos estudos nas áreas do conhecimento da Psicologia, Geografia, Biologia, Antropologia e Meio Ambiente. Nesses estudos, busca-se entender os fatores, mecanismos e processos que levam as pessoas a terem opiniões e atitudes em relação ao meio em que vivem numa ordem cognitiva, afetiva e ética. O estudo de como sente, pensa e age uma comunidade, no âmbito do meio vivido, pode se dar ao significado originário do termo percepção expressando à apreensão de um determinado objeto real (BERGMAM, 2007).

Esta investigação teve como objetivo identificar a percepção ambiental dos moradores do loteamento Nova Ituiutaba na cidade de Ituiutaba-MG. Para elucidação desta realidade, foram observados aspectos sociais, culturais e econômicos da população do loteamento, coletados através de questionários aplicados nos moradores seguindo alguns padrões e as respostas foram analisadas e tabuladas para que os resultados pudessem ser entendidos.

Nesse sentido, cabe destacar que trabalhos pautados em percepção ambiental não objetivam traçar uma realidade fixa, podendo em diversos momentos ou recortes temporais ocorrer mudanças.

De acordo com a relação do sujeito com o meio ambiente, o morador do loteamento Nova Ituiutaba, em sua maioria, não reconhece o espaço natural do bairro como sendo algo importante para a vida cotidiana. A maioria dos moradores entrevistados tem somente a casa como algo que os façam estar ligados ao bairro, desta forma, muitos não consideram o bairro como seu lar, devido ao fato de ainda não terem criados laços afetivos, não terem referências pessoais e pouca interação social.

O fato de 10% dos moradores entrevistados responderem não serem felizes no loteamento e quase 30% dos entrevistados que se consideram felizes, preferirem morar no endereço antigo, mostra que ainda identificação dos moradores com o loteamento precisa ser estreitada.

A experiência de lugar abrange ainda diferentes escalas. Para Santos (2006, p. 212), “os lugares são vistos como intermédio entre o mundo e o indivíduo”. Nas palavras de Buttimer (1985, p. 178), “cada pessoa está rodeada por camadas concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação”. Então, os indivíduos são capazes de desenvolver as referências de vários lugares afetivos à medida que adquirem experiências em localidades espaciais diferentes em viagens ou atividades desenvolvidas diretamente.

Assim, o lugar também pode ser concebido enquanto memória, pois com a mobilidade, o lugar se torna como quadros de vida (SANTOS, 2006).

Em relação aos processos de interação dos moradores com o meio ambiente natural, poucos souberam responder sobre a questão se havia pessoas no loteamento que faziam algo que prejudicasse ou beneficiasse. No tocante, nem mesmo os próprios moradores entrevistados se identificavam como pessoas que agissem de forma positiva para a melhoria ou manutenção das áreas verdes do loteamento.

A pesquisa tem a ideia de que a vegetação em espaços livres, sendo eles públicos ou privados da cidade, tem relação com o bem-estar da população inserida naquele local, porém, a mesma ideia não é compartilhada pelos moradores dos bairros.

Para se ter intervenções sustentáveis na paisagem urbana, é necessário entender a relação da comunidade com o ambiente, com a finalidade de aproximar as pessoas com as soluções que serão adotadas. Para Menegat (2004, p. 297), para o povo poder decidir o que é melhor para si, é imprescindível que se tenha o conhecimento sobre o lugar que se habita. A partir disto, pode-se iniciar uma construção ou fortalecimento da identidade cultural em que se vive.

A identificação do lixo e da queimada como maior ameaça ao meio ambiente do loteamento foi o ponto mais observado tanto pelo pesquisador, quanto pela comunidade entrevistada. Porém, poucos dos moradores afirmaram denunciar pessoas que cometem tais ações, mostrando que apesar de incomodados não se sentiam responsáveis pela solução deste problema.

Quando solicitado a moradores pontos que pudessem melhorar a qualidade de vida dos moradores do loteamento, somente utensílios públicos foram citados como PSFs, escolas, creches, supermercados e farmácias, mostrando pouco interesses em arborização, acessibilidade e áreas verdes.

Para Chaves (2016.p,92):

Pode-se concluir que as mudanças ocorridas no espaço urbano de Ituiutaba (MG), por intermédio da atuação do capital imobiliário, propiciaram significativas transformações na paisagem urbana, sobretudo, por meio do lançamento de novos empreendimentos imobiliários representativos na reestruturação da cidade, os quais redesenharam as fronteiras urbanas, adquirindo mais intensidade e destacando determinadas áreas no que condiz à potencial valorização imobiliária,

Os loteamentos populares historicamente surgiram como forma de suprir a falta de moradia para população de baixa renda, apesar de estarem diretamente atrelados ao processo de especulação imobiliária e do poder político de determinados grupos, que muitas vezes, instalam estas moradias em locais sem a infraestrutura básica necessária, em locais distantes das áreas centrais, muitas das vezes descontínuas do restante da malha urbana, sendo esta a realidade do Loteamento Nova Ituiutaba.

A forma de se organizar o espaço urbano é debatida por pesquisadores que, através de estudos, que visam adequar a ação antrópica ao meio disponível, tendo como único consenso de que o espaço geográfico é produzido pela população de acordo com as suas necessidades e que o grau de interferência dependerá do grau cultural e tecnológico da sociedade inserida.

O modo capitalista de ocupação do meio ambiente natural, com o intuito de favorecer a classe de especuladores que investem no mercado, que somente visam a acumulação de capital, o mercado da terra que faz do meio ambiente uma moeda e por fim a segregação social, cria uma sociedade refém.

Rodrigues (1991) fala do valor da terra atribuído ao quanto se pode especular com ela e não ao quanto ela pode produzir, direcionando a uma linha de raciocínio lógica e frio, de que o espaço que se vive é percebido como mercadoria.

Os loteamentos populares têm o papel de sanar a necessidade das pessoas no direito de morar, apesar de serem, em alguns casos, oriundos de especulação imobiliária, desprovidos de planejamento, com pouca infraestrutura básica, e em muitos casos se tornaram propagandas e manobras eleitoreiras.

São notórios alguns destes problemas no Loteamento Nova Ituiutaba e isto faz com que tantos moradores não se identifiquem com o mesmo. A área afastada onde ele foi construído faz com que muitos moradores se sintam esquecidos pelo poder público, gerando grande insatisfação e não identificação dos residentes.

Para Faggionato (2009), cada indivíduo percebe, reage e responde, distintamente, frente às ações sobre o meio. As respostas ou manifestações são, portanto, resultado das percepções, dos processos cognitivos, da subjetividade, dos julgamentos e expectativas de cada indivíduo. O planejamento urbano pode contribuir ou intervir no sentimento de auto segregação e estimular a manutenção e o incremento da vitalidade de logradouros públicos (SOUZA, 2005, p. 273).

As manifestações psicológicas dos moradores do Loteamento Nova Ituiutaba afetam a conduta dos mesmos quando se observa as respostas dadas sobre as questões ambientais do

loteamento. A falta de conhecimento ou até mesmo desinteresse aponta a necessidade de ações direcionadas a educação ambiental desta população, para que ela possa enxergar com maior clareza o local onde estão inseridos e a real situação ambiental do loteamento.

Todavia, não cabe à presente pesquisa tecer opiniões nem qualquer julgamento em relação a questões que saem do campo da percepção, como dos objetivos propostos nesta pesquisa. Apenas apontamos um breve relato, frente às manifestações dos entrevistados, após analisar questionários coletados em campo.

A Educação Ambiental, para cumprir a sua finalidade, conforme definido na Constituição Federal, na Lei nº. 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e em seu Decreto regulamentador (4.281/02), deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, exerçam o controle social da gestão ambiental pública. Isto posto, é necessário elucidar o caráter de uma educação ambiental com este propósito e seus pressupostos (MMA, 2004, p. 127).

Um ponto importante observado durante a execução desta pesquisa foi a existência de uma divergência entre a percepção dos planejadores do loteamento com a visão que os moradores tem do local, sendo que os planejadores em seus projetos evidenciam os aspectos quantitativos do projeto, principalmente quando se trata da estrutura física destacada nos memórias descritivos do loteamento, apontado os itens que constarão na execução enquanto os residentes apontam dados qualitativos, principalmente as deficiências dos equipamentos urbanos do loteamento.

Diante do que foi exposto e analisando o resultado desta pesquisa, sob um olhar geográfico, pode se afirmar que o conceito de lugar ainda não faz parte da vida destes moradores, devido a muitos ainda não se identificarem com o local onde estão inseridos, porém o fato de a quando maioria se identificar com a casa observa o conceito de território presente na vida destas pessoas.

Através da análise dos resultados e do contato com os moradores foi possível identificar o contexto social dos moradores e fatores que interferem na qualidade de vida e identificação de cada um com o meio ambiente e o próprio loteamento.

Podemos considerar que os moradores pouco identificam os impactos ambientais provocados pela vida cotidiana no loteamento, devido ao fato de os mesmos não se identificarem com o local. Nesse sentido, os moradores, em sua maioria, não se sentem responsáveis pelo meio ambiente natural do loteamento, se considerando esquecidos pelo poder

público e pela sociedade, sendo este um dos fatores responsáveis pela falta de motivação para cuidar do espaço onde estão inseridos.

Levantar o tema percepção ambiental não é, portanto, uma questão de dizer quais das representações parecem corresponder melhor à realidade, mas elucidar as perspectivas científicas, sociais ou políticas veiculadas através da utilização desse conceito.

A proposta desta pesquisa em fazer um estudo com um público heterogêneo permitiu ao pesquisador uma série de relatos e indagações, dando voz a diferentes sujeitos, apresentando a realidade social de um determinado grupo em determinado local

Por fim, este estudo não termina aqui, além da perspectiva de futuras pesquisas nessa frente do saber, considera-se que seus resultados, mesmo que exploratórios, abrem espaço para novas observações sobre essa temática, pois a percepção ambiental é uma linha do saber única, que consegue por meio da subjetividade dos indivíduos, acompanhar a mudança da sociedade, do ambiente e do espaço geográfico.

5-REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. A. Um conceito de geomorfologia a serviço das pesquisas sobre o quaternário. In: Geomorfologia. São Paulo: IGEOG-USP, 1969.
- ADDISON, Ester Eloisa. A percepção ambiental da população do município de Florianópolis em relação à cidade. 2003. 151f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- ALMEIDA, F. F. M.; BARBOSA, O. Geologia das quadrículas Piracicaba e Rio Claro, Estado de São Paulo. Boletim DGM/DNPM, Rio de Janeiro, n. 143, 1953, p. 1-96.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A formação do conceito de paisagem geográfica: os fundamentos clássicos. In: Encontro Interdisciplinar sobre o estudo da paisagem. Rio Claro, 11- 13 maio 1998. Cadernos paisagem, paisagens 3. Rio Claro: UNESP, 1998. p. 123-138.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Topofilia, topofobia e topocídio em Minas Gerais. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). Percepção ambiental: a experiência brasileira. 2.ed. São Carlos, SP: Studio Nobel, Editora da UFSCar, 1999a, p.139-152.
- BACCARO, C. A. D. Estudo dos processos geomorfológicos de escoamento pluvial em área de Cerrado - Uberlândia-MG. EDUSP, São Paulo, Tese de Doutorado, 1990.
- BARCELOS, J. H. 1984. Reconstrução paleogeográfica da sedimentação do Grupo Bauru baseada na sua redefinição estratigráfica parcial em território paulista e no estudo preliminar fora do Estado de São Paulo. Tese de Livre Docência. IGCEUNESP/ Campus de Rio Claro, 1984, 190 p. 4.
- BERGMANN, M. Análise da percepção ambiental da população ribeirinha do Rio Santo Cristo e de estudantes e professores de duas escolas públicas, município de Giruá, RS. 2007. 103f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. Disponível em: . Acesso em: 13 dez. 2018.
- BUTTIMER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1982. p. 165-193.
- _____, A. Campo de Movimiento y sentido del lugar. In: RAMÓN, M. D. G. (org.) Teoría y Método em la Geografía Anglosajona. Barcelona, Ariel, 1985.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar do no mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____, Ana Fani Alessandri. A Geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. Terra Livre, São Paulo, ano 18, v. 1,n. 18, jan./ jun. 2002, p. 161-178.
- CANDEIRO, C. R. A. Cretaceous biota of the Triângulo Mineiro region: A review of recent finds. Estudios Geologicos. 63, 2007, p. 65-73.
<https://doi.org/10.3989/egeol.07631190>
- CAVALCANTE, S; ELALI. G. A. (Organizadoras) - Temas básicos em Psicologia Ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CHAUÍ, Marilena. Experiência do Pensamento: ensaios sobre a obra de Merleau-Ponty. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ed. Ática, 2000.
- CEDETEG. In.: SOUZA, O.A., WILKER, C., LOPES, M.C., WEIDE, D.F. Universidade; uma rede de conhecimento. Guarapuava: Unicentro, 2004.

- CHAVES, L. D. Produção e mercado imobiliário: A oferta de terrenos não edificados e imóveis residenciais urbanos em Ituiutaba (MG)/Luciana Domingues Chagas, 2016. <https://doi.org/10.5151/9788580391596-10>
- CINTRA, S. V.; FABIANO, M. D.; CARVALHO, P. Políticas públicas para mulheres: Uma análise do município de Ituiutaba (mg). Revista Conexão Geraes do CRESS-MG, Belo Horizonte- MG v. 4, n. 6, p. 49-61, jan./dez. 2015.
- CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (Org.). Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. p. 11-43.
- _____, Paul. As abordagens da Geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 89-118.
- CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- _____, J. W.; PLANO-CLARK, V. L. Pesquisa de métodos mistos. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- CRUZ, M. A origem do conhecimento de Descartes. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/filosofia/0022_01.html>. Acesso em: 01 jul. 2018.
- CUNHA, A. S.; LEITE, E. B. Percepção ambiental: implicações para educação ambiental. Sinapse ambiental, Betim, v. 2, n.11, p. 66-79, set. 2009.
- DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, 2008.
- DESCARTES, R. Discurso do método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- DIEGUES, A. C. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: Serrano, C. M. T. I, BRUHNS, M. T. Viagens á natureza (turismo, cultura e ambiente). Campinas: Papirus, 1997. p. 85 - 102.
- DUFFY, M. E. Methodological triangulation: a vehicle for merging quantitative and qualitative research methods. Journal of Nursing Scholarship, v. 19, n. 3, p. 130-133, 1987. <https://doi.org/10.1111/j.1547-5069.1987.tb00609.x>
- ENTRIKIN, J. Nicholas. O Humanismo Contemporâneo em Geografia. Boletim Geografia Teorética, Rio Claro, v. 10, n. 19 p. 5-30, 1980.
- FAGGIONATO, S. Percepção Ambiental. Disponível em: <<http://educar.sc.usp.br>>. Acesso em: 04 jan. de 2019.
- FERREIRA, C. E. C; CASTIÑEIRAS, L.L. Transição demográfica e demanda por moradias: projeção de domicílios do estado de São Paulo até 2050. Sp demográfico, São Paulo-SP, v. 18, n. 1, jan. 2018
- PEREIRA, L. A. G.; CORREIA, I. S.; OLIVEIRA, A. P. Geografia fenomenológica: espaço e percepção. Caminhos de geografia, Uberlândia-MG, v. 11, n. 35, p. 173-178, set. 2010.
- FERNANDES, L. A.; COIMBRA, A. M. A. Bacia Bauru (Cretáceo Superior, Brasil). Anais. Academia Brasileira de Ciências, Rio de Janeiro, 1996, p. 195-205.

- FERNANDES, R. S.; SOUZA, V. J.; PELISSARI, V. B.; FERNANDES, S. T. Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental. In: II Encontro da ANPPAS, 2004, Campinas, São Paulo. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT10/roosevelt_fernandes.pdf>. Acesso em: 05 jan. de 2019.
- FERRARA, Lucrecia D'Alessio. (1993). Olhar periférico: informação, linguagem e percepção ambiental. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- FERREIRA, C. P. Percepção ambiental na Estação Ecológica de Juréia-Itatins. 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- FLICK, U. Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000200008>
- GOMES, M. A. S.; SOARES, B. R. Reflexões sobre a qualidade ambiental urbana. Estudos Geográficos, Rio Claro, v. 2, n. 2, p. 21-30, jul-dez 2004
- GROULX, L. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GUIMARAES, S. T DE L. Percepção, interpretação e educação ambiental: um olhar geográfico. São Paulo/SP: Território & Cidadania. vol. III, n.1, 2003. Disponível em: Acesso em: 22 abr. 2018.
- HOUAISS, Antonio. Dicionário da língua portuguesa. Disponível em: Acesso em 03 mai. 2018.
- HOLZER, W. O lugar na Geografia Humanista. Revista Território. Rio de Janeiro. Ano IV, n°. 7. p.67-78, 1999. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_6_holzer.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.
- HOLZER, W. A. Geografia Humanista - sua trajetória de 1950 - 1990. 1992. 550 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Instituto de Geociências, UFRJ/ Rio de Janeiro, 1992.
- _____, W. A. A Geografia Humanista: uma revisão. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, UERJ/NEPEC, n. 3, p. 8-19, 1996.
- HOLZER, W. A. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico In:ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. p. 149-168.
- HOLZER, W. A. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. Revista Território, v. 2, n. 3, p. 77-85, jul./ dez. 1997.
- INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Moradia. São Paulo: IC, 2000.
- JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KASHIWAGI, H.M. A contribuição da fenomenologia nos processos de intervenção urbana irregulares em ocupações- v.14, n°. 2, jul./dez.2005. Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. p. 201.
- KIRK, J.; MILLER, M. L. Reliability and validity in qualitative research. London: Sage, 1986. <https://doi.org/10.4135/9781412985659>

- LYNCH, K. A boa forma da cidade. Lisboa: Edições 70, 1999.
- MACEDO, R. L. G. Percepção e Conscientização Ambiental. Lavras/MG: Editora UFLA/FAEPE. 2000.132p.
- MACHADO, L. M. C. P. Percepção de paisagem e conflitos sociais na serra do Cubatão, SP. Boletim de Geografia - UEM, v. 8, n. 1, set. 1990.
- MAIA, D. S. A periferização e fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos na cidade de Campina Grande-PB. Revista Geocritica, Barcelona, jan. 2010.
- MARIN, Andréia Aparecida. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. Pesquisa em Educação Ambiental, São Carlos; Sorocaba-SP: UFSCar; Rio Claro-SP: UNESP/IBRC; Ribeirão Preto-SP: USP/FFCLRP, v.3, n.1, p.203-222, jan/jun. 2008.
- MALVEZZI, C.M ; MIYAZAKI, L.C.P. O estudo da caracterização dos aspectos naturais e impactos ambientais na bacia hidrográfica do córrego São José /Ituiutaba/MG. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, a Construção do Brasil, geografia, ação política e democracia, São Luís do Maranhão, jul. 2016.
<https://doi.org/10.20396/sbgfa.v1i2017.2136>
- MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre, Bookman, 2012.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. Tradução Carlos Roberto Ribeiro Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1994. 662p.
- _____, Maurice. Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MENEGAT, R e ALMEIDA, G. Sustentabilidade, Democracia e Gestão Ambiental Urbana. Brasil - Porto Alegre, RS. 2004. p. 174-196. In: MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson (org.) Desenvolvimento Sustentável e gestão Ambiental nas cidades: Estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2004.
- MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M.; SALDAÑA, J. Qualitative Data Analysis: A Methods Sourcebook. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.
- MIRANDA, N. M. Percepção ambiental dos proprietários rurais do município de Palmas (TO): subsídios para o licenciamento ambiental. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO.
- MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.
- MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2000.
- MOLINA, S. M. G.; LUI, G.H.; PIVA-SILVA, M. Ecologia Humana como referencial teórico e metodológico para Gestão Ambiental. OLAM Ciência & Tecnologia. (Rio Claro). v. 7, n.2 p. 19-40, 2007.
- MOUTINHO, Luiz Damon Santos. Razão e experiência: ensaio sobre MerleauPonty. São Paulo: Unesp, 2006.
- MUNDO ESCOLA. Empirismo. Disponível em:
<<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/filosofia/empirismo.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2018.
- NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa - Características, Usos e Possibilidades. Caderno de Pesquisas em Administração, v. 1, n. 3, 1996.

- NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Percepção e Representação gráfica: A "Geograficidade" nos Mapas Mentais dos Comandantes no Amazonas. Tese de doutorado. Departamento de Geografia da USP. São Paulo, 2001.
- OLIVEIRA, Livia. (1978). Estudo Metodológico e Cognitivo do Mapa. Tese (Livre docência) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP.
- OLIVEIRA, Bianca Simoneli de. Ituiutaba (MG) na rede urbana tijuicana: (re) configurações sócio-espaciais no período de 1950 a 2003. 2003. 204f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.
- OLIVEIRA, L. A., Percepção da qualidade ambiental. Cadernos de Geografia. Belo Horizonte: PUC Minas, v. 12, n. 18, 2002, p. 29-42.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. Informe de la Relatora Especial sobre una vivienda adecuada como elemento integrante del derecho a um nível de vida adecuado y sobre el derecho de no discriminación a este respecto, Raquel Rolnik. 2011. Disponível em . Acesso em: 10 jan. 2019.
- OKAMOTO, J. (1999). Percepção ambiental e comportamento: visão holística da percepção ambiental na Arquitetura e na Comunicação. 2. Ed. São Paulo: Plêiade.
- LOUREIRO, C.F.B. Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- PACHECO, Éser; SILVA, Hilton P. Compromissos Epistemológicos do Conceito de Percepção Ambiental. Rio de Janeiro: Departamento de Antropologia, Museu Nacional e Programa EICOS/UFRJ, 2007.
- PÁDUA, L. C. T. A geografia de Yi Fu Tuan: Essências e Persistências. 2013, 208f. Tese (Doutorado em Geografia). 2013. Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- PAIVA, Marie; SOBRAL, Elzani R.; VILLAROUÇO, Vilma. The elderly and environmental perception in collective housing. In: Proceeding AHFE 2015: 6th International Conference on Applied Human Factors and Ergonomics 2015 and the Affiliated Conferences, 2015.
- PALMA, Rosa Maria De Souza. Estudo da percepção ambiental dos moradores do conjunto habitacional vale azul, na cidade de Sarandi-PR, por alunos do 3º ano do ensino médio. Curitiba-PR. Disponível em: <www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/.../artigo_rosa_maria_souza_palma.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- PASCHOARELLI, L, C; MEDOLA, F, O; BONFIM, G, H, C. Características qualitativas, quantitativas e qualiquantitativas de abordagens científicas: estudos de caso na subárea do design ergonômico. Revista de design, tecnologia e sociedade, Brasília-DF, v. 1, n. 2, p. 1-14, jan. 2015.
- PAULILO, M. A. S. (1999) A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida. Serviço social em revista, v. 1, n.1, 135 - 148. Londrina.
- PIAGET, J.A. Equilíbrio das estruturas cognitivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- PINHEIRO, José Q.; ELALI, Gleice A. Comportamento socioespacial humano. In: Temas básicos em Psicologia Ambiental. CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (Orgs). Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização. Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Freevale, 2013.

RELPH, Edward. (1976): Place and Placelessness. London: Pion, p.156.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social - Métodos e Técnicas. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2008. 334 p.

ROCHA, S. A. Geografia humanista: história, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo. Ra'e ga, Curitiba-PR, n. 13 Editora UFPR, p. 19-27, jan. 2007.

<https://doi.org/10.5380/raega.v13i0.7670>

RODRIGUES, M. L. et al. A Percepção Ambiental Como Instrumento de Apoio na Gestão e na Formulação de Políticas Públicas Ambientais. Saúde Soc. São Paulo, v. 21, supl. 3, p. 96-110, 2012.

<https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000700009>

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

_____, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. Metodologia de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Penso, 2013

SANCHES, S. M. et al. Vigilância e controle da qualidade da água do córrego pirapitinga no município de Ituiutaba (MG) . Revista Agrogeoambiental - v.6, n. 3 - dezembro 2014, Pouso Alegre -MG, v. 6, n. 3, p. 71-82, dez. 2014.

<https://doi.org/10.18406/2316-1817v6n32014677>

SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1996.

_____, M. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. Ed. 2. reimp. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, S. R. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa biomédica. Jornal de Pediatria Sociedade Brasileira de Pediatria, Rio de Janeiro-RJ, v. 75, n. 6, p. 401-406, jan. 1999.

<https://doi.org/10.2223/JPED.335>

SAUER, Carl Ortwin. (1983): The morphology of landscape. In: LEIGHLY, J. (org.), Land and Life - A Selection from the Writings of Carl Ortwin Sauer. Berkeley : University of California Press, p. 315-350.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade, v. 16, n. 2, p. 19, 1989.

SERAPIONI, Mauro. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. Ciênc. saúde ACH3826 - Métodos de Pesquisa Quantitativas e Qualitativa 10 em saúde: algumas estratégias para a integração. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2000.

<https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100016>

SIERRA, Pablo. Periferias y nuevas ciudades. Sevilla - ES: Universidad de Sevilla, 2003.

SILVA, G.; LOPES, C S. Topofilia e topofobia: um estudo da percepção ambiental de alunos do ensino médio em paçandu - PR . Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE, Curitiba-PR, v. 1, n. 1, p. 1-24, jan. 2014.

SILVA, S. C.; SANTOS, J. C. A mão de obra temporária migrante empregada nas agroindústrias canavieiras no município de Ituiutaba-MG e seus impactos no comércio local. Horizonte Científico, Uberlândia-MG, v. 9, n. 2, jan. 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. Educação e Realidade. 20 (2), p.71-99, 1995.

SOARES P. C.; LANDIM, P. M. B.; FÚLFARO, V. J.; SOBREIRO-NETO, A. F. Ensaio de caracterização do Cretáceo no Estado de São Paulo: Grupo Bauru. Revista Brasileira de Geociências, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 1980, p. 177-185.

<https://doi.org/10.25249/0375-7536.1980177185>

SOUZA, M, D. Geografia e Percepção - Uma interpretação introdutória a partir da fenomenologia de MerleauPonty. Monografia (Graduação) - UNIESP - Faculdades Integradas Tereza Martin de São Paulo.

SUERTEGARAY, D. M. A. Notas sobre epistemologia da geografia. Cadernos geográficos, nº. 12, maio, 2005. Universidade Federal de Santa Catarina, SC.

TUAN, Yi Fu. Space and place: humanistic perspective. In: GALE, S. OLSSON, G. (orgs.). Philosophy in Geography. Dordrecht : Reidel, 1979, pp. 387-427. (Publicado originalmente em: Progress in Geography, (6), pp. 211-252, 1974).

https://doi.org/10.1007/978-94-009-9394-5_19

_____, Yi Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

_____, Yi Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1982. p. 143-164.

_____, Yi Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

ULLRICH, D. R. et al. Reflexões teóricas sobre confiabilidade e validade em pesquisas qualitativas: em direção à reflexividade analítica. Análise, Revista de Administração da PUC-RS, Porto alegre- RS, v. v. 23, n. 1, p. 19-30, jan./abr. 2012.

VESTENA, L.R.; VESTENA, C.L.B., FREITAS, A.R. Percepção ambiental dos acadêmicos de Geografia do centro de desenvolvimento tecnológico de Guarapuava. -

CEDETEG. In.: SOUZA, O.A., WILKER, C., LOPES, M.C., WEIDE, D.F. Universidade; uma rede de conhecimento. Guarapuava: Unicentro, 2004.

ANEXOS

Alguns documentos adquiridos na pesquisa do trabalho são de grande importância para a compreensão de algumas informações. Sejam imagens, pesquisas, tabelas ou qualquer outro tipo de documento que por algum motivo não foi inserido no corpo do texto, eles precisam ser colocados em um espaço para serem consultados no próprio trabalho. Os anexos não são obrigatórios, porém são a solução ideal quando o trabalho possui muitos documentos adicionais, já que não é bom colocá-los no corpo do texto, pois atrapalharia bastante a leitura.

Definição

Os anexos são a parte dos elementos pós-textuais onde o autor anexa ao trabalho documentos que não são de sua autoria. É recomendável que sejam anexados todos ou os documentos mais importantes que foram usados ou citados no trabalho. Os anexos não são obrigatórios, mas podem ajudar bastante a organizar o corpo do texto evitando imagens, tabelas ou gráficos quebrando o ritmo de leitura. Além disso, tendo os documentos adicionais ao seu alcance, é mais provável que os leitores os consultem, e talvez isso faça uma grande diferença para que seu trabalho seja entendido com mais facilidade.

O autor

Para o desta produção acadêmica anexar os documentos obtidos durante a pesquisa se faz necessário pela importância destas informações para esta pesquisa e pela possibilidade de os mesmos serem necessários para produção de outros matérias acadêmicos no futuro.

Estes documentos foram obtidos depois de incansável batalha junto aos órgãos públicos da Prefeitura Municipal de Ituiutaba-MG, quase chegando a necessidade de um processo judicial para obtenção dos mesmos.

Também se encontra anexado neste documento, o modelo de questionário utilizado para obter as informações juntos a população do Loteamento Nova Ituiutaba, necessárias para produção desta pesquisa.

DECRETO N. 7.033, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a inclusão de glebas na área de expansão urbana do Município.

O Prefeito de Ituiutaba, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.916, de 29 de dezembro de 1992 e Lei nº 1.362, de 10 de dezembro de 1970, que instituiu o Plano Diretor Físico no Município de Ituiutaba,

CONSIDERANDO que a Lei nº 2.916, de 29 de dezembro de 1992, em seu art. 3º, regula as zonas urbana e de expansão urbana;

CONSIDERANDO que, através do Processo Administrativo nº 12093/2011, de 28 de novembro de 2011, os proprietários Carlos Muniz Marques e Carlos Roberto de Almeida, postulam a inclusão de glebas na área de expansão urbana do Município, com vistas ao parcelamento do solo para fins urbanos,

DECRETA:

Art. 1º Ficam incluídas na área de expansão urbana do Município os imóveis rurais com a seguinte identificação:

I – GLEBA com denominação especial de **Fazenda Califórnia I**, situada nas **FAZENDAS CÓRREGO SUJO** e **BURRINHO**, neste distrito, município e comarca de Ituiutaba, contendo a área de 22-81-43has., iguais a 4 alqueires, 57 litros e 58,00m², em terras de cerrados e campos, dividida, demarcada, compreendida dentro do seguinte perímetro: “Inicia-se no vértice denominado V38, este situado na divisa com a propriedade pertencente a Cristina Lúcia Miranda e Carlos Roberto de Almeida; daí, segue confrontando com este último, limitando por cerca de arame ao azimute e distância de: 15°28’43” – 296,24m, até o vértice V48; deste, segue dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia II, de propriedade de Carlos Muniz Marques, aos azimutes e distâncias de: 90°56’59” – 335,89m, até o vértice V47, 0°00’00” – 142,83m, até o vértice V46, este situado junto a uma cabeceira de uma nascente; daí, segue pelo leito da referida nascente, à jusante, aos azimutes e distâncias entre os pontos extremos de: 81°43’29” – 270,09m, até o vértice V45; deste, ainda pelo leito da nascente, segue confrontando com a Gleba denominada Fazenda Califórnia III, de propriedade de Carlos Muniz Marques, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: 76°47’51” – 68,69m, até o vértice V49, este situado junto à margem direita da nascente; daí, segue dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia IV, de propriedade de Carlos Muniz Marques, ao azimute e distância de: 180°00’59” – 458,96m, até o vértice V50; finalmente, segue confrontando com a propriedade pertencente a Cristina Lúcia Miranda, limitando por cerca de arame, esta margeando o anel

viário, aos azimutes e distâncias de: $280^{\circ}56'16''$ – 277,91m, até o vértice V37 e $261^{\circ}30'23''$ – 481,35m até o início desta descrição, no vértice V38, onde fechou-se este perímetro”, havido conforme matrícula nº 43.605, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba-MG., proprietários **Carlos Muniz Marques**, brasileiro, agropecuarista, portador da CI RG nº M-1.263.999-SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 150.890.106-68, casado sob o regime de comunhão universal de bens, antes da Lei 6.515/77, com **Isabel Borges Santos Marques**, brasileira, do lar, portadora da CI RG nº M-4.081.367 – SSP/MG, inscrita no CPF/MF nº 073.662.926-21, residentes e domiciliados na Rua José Martins Ferreira, nº 617, Bairro Platina, nesta cidade de Ituiutaba-MG.

II - GLEBA com denominação especial de **Fazenda Califórnia II**, situada nas **FAZENDAS CÓRREGO SUJO e BURRINHO**, neste distrito, município e comarca de Ituiutaba, contendo a área de 20-30-53has., iguais a 4 alqueires, 15 litros e 378,00m², em terras de cerrados e campos, dividida, demarcada, compreendida dentro do seguinte perímetro: “Inicia-se no vértice denominado V1, este situado junto a faixa da estrada municipal que liga Prata-Ituiutaba e na divisa com a propriedade pertencente a Antonio Baduy Filho e Mauro Baduy; daí, segue confrontando com estes últimos, limitando por cerca de arame ao azimute e distância de: $84^{\circ}33'34''$ – 460,87m, até o vértice V44; deste, segue dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia III, de propriedade de Carlos Muniz Marques, ao azimute e distância de: $179^{\circ}59'20''$ – 367,08m, até o vértice V45, este situado junto à margem esquerda de uma nascente; daí, segue pelo leito da referida nascente, à montante, dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia I, de propriedade de Carlos Muniz Marques, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: $261^{\circ}43'29''$ – 270,09m, até o vértice V46, este situado junto a cabeceira da nascente; daí, segue dividindo ainda com a Gleba denominada Fazenda Califórnia I, de propriedade de Carlos Muniz Marques, limitando por divisa de uso, aos azimutes e distâncias de: $180^{\circ}00'00''$ – 142,83m, até o vértice V47 e $270^{\circ}56'59''$ – 335,89m, até o vértice V48; daí, segue confrontando com a propriedade pertencente a Carlos Roberto de Almeida, limitando por cerca de arame aos azimutes e distâncias de $15^{\circ}28'43''$ – 112,45m, até o vértice V39, $67^{\circ}46'27''$ – 87,19m, até o vértice V40, este situado junto à cabeceira de uma voçoroca; daí, segue pelo leito da referida voçoroca, à jusante, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: $81^{\circ}36'16''$ – 119,59m, até o vértice V41, este situado junto à margem esquerda da voçoroca; daí, segue limitando por cerca de arame aos azimutes e distâncias de $352^{\circ}04'50''$ – 141,76m, até o vértice V42 e $307^{\circ}38'09''$ – 128,21m, até o vértice V43, este situado junto à faixa da estrada municipal; finalmente, segue confrontando com a estrada municipal, sentido Prata-Ituiutaba, limitando pela cerca de arame do Corredor ao azimute e distância de: $16^{\circ}33'40''$ – 127,31m, até o início desta descrição, no vértice V1, onde fechou-se este perímetro”, havido conforme matrícula nº 43.606, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba-MG., proprietários **Carlos Muniz Marques**, brasileiro, agropecuarista, portador da CI RG nº M-1.263.999-SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 150.890.106-68, casado sob o regime de comunhão universal de bens, antes da Lei 6.515/77, com **Isabel Borges Santos Marques**, brasileira, do lar, portadora da CI RG nº M-4.081.367 – SSP/MG, inscrita no CPF/MF nº 073.662.926-21, residentes e domiciliados na Rua José Martins Ferreira, nº 617, Bairro Platina, nesta cidade de Ituiutaba-MG.

III - GLEBA com denominação especial de **Fazenda Califórnia III**, situada nas **FAZENDAS CÓRREGO SUJO e BURRINHO**, neste distrito, município e comarca de Ituiutaba, contendo a área de 22-18-71has., iguais a 4 alqueires, 46 litros e 441,00m², em terras de cerrados e campos, dividida, demarcada, compreendida dentro do seguinte perímetro: “Inicia-se no vértice denominado V2, este situado junto à margem esquerda do Córrego Sujo, na divisa com as propriedades pertencentes a Antônio Baduy Filho e Mauro Baduy e João Washington Rodrigues; daí, segue confrontando com este último, pelo leito do referido Córrego, à montante, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: 207°33’44” – 155,93m, até o vértice V3, este situado junto à margem direita do Córrego Sujo; daí, segue limitando por cerca de arame, com o mesmo confrontante anterior, aos azimutes e distâncias de: 92°03’20” – 47,50m, até o vértice V4. 185°46’20” – 111,79m, até o vértice V5 e 275°46’20” – 37,00m, até o vértice V6, este novamente junto à margem direita do Córrego Sujo; daí, segue pelo leito do Córrego Sujo, à montante, aos azimutes e distâncias entre os pontos extremos de: 194°25’40” – 136,35m, até o vértice V7; deste, segue dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia V, de propriedade de Carlos Muniz Marques, ainda pelo leito do Córrego Sujo, à montante, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: 198°16’57” – 30,92m, até o vértice V51, este situado junto à confluência do Córrego Sujo e uma Nascente; daí, segue pela referida Nascente, dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia IV, de propriedade de Carlos Muniz Marques, à montante, aos azimutes e distâncias entre os pontos extremos de 267°57’09” – 529,83m, até o vértice V49; deste, segue dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia I, de propriedade de Carlos Muniz Marques, ainda pelo leito da Nascente à montante, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: 256°47’51” – 68,69m, até o vértice V45; daí, segue dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia II, de propriedade de Carlos Muniz Marques, limitando por divisa de uso, ao azimute e distância de: 359°59’20” – 367,08m, até o vértice V44; finalmente, segue confrontando com a propriedade pertencente a Antônio Baduy Filho e Mauro Baduy, limitando por cerca de arame aos azimutes e distâncias de: 84°33’34” – 653,02m, até o vértice R15 e 77°01’06” – 64,42m, até o início desta descrição no vértice V2, onde fechou-se este perímetro”, havido conforme matrícula nº 43.607, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba-MG., proprietários **Carlos Muniz Marques**, brasileiro, agropecuarista, portador da CI RG nº M-1.263.999-SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 150.890.106-68, casado sob o regime de comunhão universal de bens, antes da Lei 6.515/77, com **Isabel Borges Santos Marques**, brasileira, do lar, portadora da CI RG nº M-4.081.367 – SSP/MG, inscrita no CPF/MF nº 073.662.926-21, residentes e domiciliados na Rua José Martins Ferreira, nº 617, Bairro Platina, nesta cidade de Ituiutaba-MG.

IV - GLEBA com denominação especial de **Fazenda Califórnia IV**, situada nas **FAZENDAS CÓRREGO SUJO e BURRINHO**, neste distrito, município e comarca de Ituiutaba, contendo a área de 26-37-83has., iguais a 5 alqueires, 36 litros e 3,00m², em terras de cerrados e campos, dividida, demarcada, compreendida dentro do seguinte perímetro: “Inicia-se no vértice denominado V31A, este situado junto à margem esquerda do Córrego Sujo, na divisa com as propriedades pertencente a Cristina Lúcia Miranda; daí, segue confrontando com esta última, limitando por cerca de arame aos

azimutes e distâncias de: 272°06'35" – 33,05m, até o vértice V32, 9°35'24" – 104,04m, até o vértice V33 e 343°56'04" – 68,56m, até o vértice V34, este situado junto à margem direita de uma Voçoroca; daí, segue pelo leito da referida Voçoroca, à montante, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: 259°48'17" – 95,79m, até o vértice V35, este situado junto à cabeceira da Voçoroca; daí, segue limitando por cerca de arame, confrontando ainda com Cristina Lúcia Miranda, aos azimutes e distâncias de: 236°34'49" – 12,00m, até o vértice V36 e 280°56'16" – 230,84m, até o vértice V50; daí, segue dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia I, de propriedade de Carlos Muniz Marques, limitando por divisa de uso, ao azimute e distância de: 0°00'59" – 458,96m até o vértice V49, este situado junto à margem esquerda de uma Vertente; daí, segue pelo leito da referida Vertente, à jusante, dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia III, de propriedade de Carlos Muniz Marques, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: 87°57'09" – 529,83m, até o vértice V51, este situado junto à confluência da referida Vertente e o Córrego Sujo; finalmente, segue limitando pelo leito do Córrego Sujo, à montante, dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia V, de propriedade de Carlos Muniz Marques, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: 193°47'54" – 687,67m, até o início desta descrição, no vértice V31A, onde fechou-se este perímetro", havido conforme matrícula nº 43.608, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba-MG., proprietários **Carlos Muniz Marques**, brasileiro, agropecuarista, portador da CI RG nº M-1.263.999-SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 150.890.106-68, casado sob o regime de comunhão universal de bens, antes da Lei 6.515/77, com **Isabel Borges Santos Marques**, brasileira, do lar, portadora da CI RG nº M-4.081.367 – SSP/MG, inscrita no CPF/MF nº 073.662.926-21, residentes e domiciliados na Rua José Martins Ferreira, nº 617, Bairro Platina, nesta cidade de Ituiutaba-MG.

V – Imóvel Rural denominado "**SÍTIO DO MARUPIARA**", situado no lugar conhecido por **SANTA MARTA**, na região da antiga **FAZENDA DO PATRIMÔNIO**, neste distrito, município e comarca, contendo a área de 06-90-20 ha., iguais a 01 alqueire, 34 litros e fração, em terras de cerrados, dividido, demarcado e circunscrito pela seguinte linha divisória: "COMEÇA em um esticador de cerca de arame, na confrontação com terras de Dimas André Ribeiro, junto a uma porteira, daí, segue com o azimute de 125°31'57" atravessando uma estrada de automóvel, até um ponto a 14,0 metros; daí, por cerca de arame, confrontando com Melik Jacob Andraus, com azimute de 142°55'33", até um ponto a 143,40 metros; daí, por cerca, com azimute de 189°28'04", até um canto a 127,06 metros, daí, seguindo com azimute de 271°18'49", atravessando a cabeça de um desbarrancado, segue até alcançar uma cerca de aramem a 116,54 metros; daí, seguindo por cerca de arame, ainda confrontando com Melik Jacob Andraus, com azimute de 263°09'05", até um canto a 86,99 metros; daí, por cerca de arame, confrontando com Melik Jacob Andraus e depois com Agrícola Bandeirante, com azimute de 212°18'50", até um canto a 448,97 metros; daí, a direita, confrontando com José Arantes de Oliveira, por cerca de arame, com azimute de 277°22'42", atravessando a estrada de automóvel, até um canto a 88,12 metros; daí, a direita, por cerca de arame, confrontando com Dimas André Ribeiro, com o azimute de 36°00'49", até o ponto inicial, a 771,06 metros, havido conforme matrícula nº 29.399, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba-MG., proprietário **Carlos Roberto de Almeida**, brasileiro, solteiro, maior,

engenheiro civil, portador da CI RG nº M-6.926.766-SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 257.863.856-04, residente e domiciliado na Rua 1º de Março, nº 391, Bairro Novo Mundo, nesta cidade.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Ituiutaba, em 13 de dezembro de 2011.

Luiz Pedro Correa do Carmo

- Prefeito de Ituiutaba -

LEI N. 4.330, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a ampliação do Perímetro Urbano no Município de Ituiutaba.

O Prefeito de Ituiutaba, no uso de suas atribuições, conforme Lei Municipal nº 2.916, de 29 de dezembro de 1992 e Lei Municipal nº 1.362, de 10 de dezembro de 1970 — Plano Diretor Físico do Município e Lei Federal nº 10.257, de 10 de Julho de 2001- Estatuto da Cidade;

CONSIDERANDO que o Art. 3º da Lei Municipal nº 2.916, de 29 de dezembro de 1992, delimita o perímetro urbano do Município de Ituiutaba;

CONSIDERANDO que o art. 26, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, altera a Lei Federal nº 10.257, de 10 de Julho de 2001 — Estatuto da Cidade, incluindo o art. 42-B, que estabelece que os municípios que pretendam ampliar o seu perímetro urbano, deverão elaborar projeto específico;

CONSIDERANDO que a malha urbana deve ser ampliada de forma ordenada.

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido que o Perímetro Urbano do Município de Ituiutaba para fins urbanísticos e de uso e ocupação do solo, com área de 8.558,1426 ha e perímetro de 51.314,90m, identificado pelas coordenadas planas UTM, azimutes (expressos em graus, minutos e segundos), distâncias (expressas em metros) e confrontações, passa a ter a seguinte descrição:

"Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice denominado AEI-M-3750 (N=7.907.083,000; E=663.246,350), situado na divisa da Fazenda

Cachoeirinha pertencente a J. Mendonça Agropecuária Ltda., e com a divisa da Fazenda Cachoeirinha, comum a João Demétrio Jorge e outros. Daí segue com esta última confrontação limitando por cerca de arame, com os azimutes e distâncias de: 165º21'33" - 1.548,79m, até o vértice AEI-M-3751 deste com

203030'58" - 181,1 Om, até o vértice AEI-M-3752 deste com 153º37'38" - 52,00m, até o vértice AEI-M-3753 E=663.588,660) e 116º15'21" - 19,06m, até o vértice AEI-M-3754

E=663.605,750), situado na Faixa de Domínio da MGC-154, deste atravessando a referida rodovia ao azimute de 65º14'39" e distância de 89,61m, até o vértice PMI-I

(N=7.905.400,946; E=663.687,129). Deste confrontando com o imóvel comum a Jorge

Miguel Júnior e Douglas Faria Miguel, segue com o azimute de 72º30'06" e distância d

240;56m, até o vértice PM1-2 (N=7.905.473,278;E=663.916,557), este situado na margem direita do córrego da Fortuna. Daí segue limitando pelo referido córrego, à jusante, acompanhando todas as suas sinuosidades, ao azimute e distância entre os pontos extremos deste percurso de: 193°43'14" por 821,67m, até o vértice PMI-3 (N=7.904.675,053; E=663.721,669), este situado na margem direita do rio Tijuco. Deste, atravessando o referido rio ao azimute de 214°26'09" e distância de 122,20m, até o vértice PMI-0004 (N=7.904.574,264; E=663.652,565), situado na margem esquerda do Rio Tijuco. Deste, segue limitando pela margem esquerda do referido rio, à montante, acompanhando todas as sinuosidades que definem este percurso, com o azimute e distância entre os pontos extremos deste percurso de 110°23'17" por 1.118,24m, até o vértice PM1-5 (N=7.904.184,691; E=664.700,755), este situado na confluência do Rio Tijuco com o Ribeirão São Lourenço. Daí segue limitando pelo Ribeirão São Lourenço, à montante, acompanhando a orla que define sua margem esquerda, ao azimute e distância entre os pontos extremos deste percurso de 158°31'21" por 5.298,20m, até o vértice PM1-6 (N=7.899.254,394; E=666.640,624), situado na confluência do Ribeirão São Lourenço com o Córrego do Burrinho. Daí segue limitando pelo Córrego do Burrinho, à montante, acompanhando todas as suas sinuosidades, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: 210°18'31" por 0,29 até o vértice PM1-7 (N=7.896.534,687; E=665.050,805), este situado na Cabeceira do Córrego do Burrinho. Deste segue confrontando com a Fazenda Santa Vitória, pertencente a João Batista de Melo, ao azimute de 263°45'24" e distância de 485,74m, até o vértice PM1-8 (N=7.896.481,863; E=664.567,944). Em seguida limitando por cerca de arame, pelos azimutes e distâncias de: 271°21'33" - 517,29m, até 273°27'50" - 127,06m, até o 178°53'55" - 97,61m, até o vértice 27002'16" - 174,10m, até o vértice PMI266°15'59" 84,26m, até o vértice PMI-13 E=663.667,662), 155°12'03" 196,17m, até o vértice PMI-14 264°18'53" 30,73m, até o vértice PMI-15 201°34'19" 46,89m, até o vértice PMI-16 (N=7.896.174,116; E=663.702,120), este situado na margem direita de uma vertente sem denominação. Daí segue limitando pela referida vertente, à jusante, acompanhando todas as suas sinuosidades, ao azimute e distância entre os pontos extremos deste percurso de 312°26'47" por 423,49m, até o vértice PMI-17 (N=7.896.459,931; E=663.389,620), situado na barra da referida vertente com o córrego Ribeirão São José. Deste, segue limitando com o córrego Ribeirão São José, à montante, acompanhando todas as suas sinuosidades, pela margem esquerda, ao azimute e distância entre os pontos extremos deste percurso de 231°12'01" por 1.891,37m, até o vértice PMI-18 (N=7.895.274,794; E=661.915,597), alcançando neste marco o corredor que define a estrada municipal 035. Em seguida limitando pelo corredor da referida estrada sentido Prata, aos azimutes e distâncias de: 187°02'41" - 44,05m, até o vértice PMI-19 (N=7.895.231,073; E=661.910,194), E=661.910,194), 172°21'12" - 28,88m, até o vértice PMI-20 (N=7.895.202,451; E=661.914,037), 20 160°14'47" - 86,95m, até o vértice PMI-21 (N=7.895.120,621; E=661.943,423), 166°13'08" - 313,16m, até o vértice PMI-22 (N=7.894.816,480; E=662.018,021). Daí segue limitando por cerca de arame, com azimute de 250°45'19" e distância de 569,56m, até o vértice PMI(N=7.894.628,751; E=661.480,286), este situado no aparado do morro São Vicente. Deste segue limitando pelo aparado do referido, acompanhando todas as suas sinuosidades, ao azimute e distância entre os pontos extremos deste percurso de 284°39'48" por 1.125,44m, até o vértice PM1-24 (N=7.894.913,643; E=660.391,501).

Deste segue pelo azimute de $263^{\circ}07'54''$ e distância de 784,15m, até o vértice PMI-25 (N=7.894.819,869; E=659.612,974), este situado no aparado do morro do Stand de Tiro. Daí segue limitando pelo aparado do referido morro, acompanhando todas as sinuosidades, ao azimute e distância entre os pontos extremos deste percurso de: $287^{\circ}58'55''$ por 741,41m, até o vértice PMI-26 (N=7.895.048,752; E=658.907,781). Em seguida pelo azimute de $282^{\circ}25'31''$ e distância de 1.706,64m, até o vértice PMI-27 (N=7.895.415,968; E=657.241,111), situado na cabeceira do Córrego Desbarrancado. Deste segue limitando pelo referido córrego, a jusante, pela margem direita, acompanhando todas as suas sinuosidades, pelo azimute e distância entre os pontos extremos deste percurso de: $353^{\circ}45'45''$ por 3.087,89m, até o vértice PMI-28 (N=7.898.485,581; E=656.905,612), este situado na barra do Córrego Desbarrancado com o Córrego do Carmo. Daí segue limitando pelo Córrego do Carmo, à montante, pela margem esquerda, acompanhando todas as suas sinuosidades que definem este percurso, ao azimute e distância entre os pontos extremos de $239^{\circ}39'37''$ por 1.104,20m, até o PMI-29 (N=7.897.927,822; E=655.952,637). Em seguida limitando por cerca de arame, aos sucessivos azimutes e distâncias de: $0^{\circ}08'06''$ - 108,56m, até o E-655.952,893), $0^{\circ}08'06''$ - 45,47m, até o vértice

vértice PMI-30 (N=7.898.036,383; E=655.902,26) - $0^{\circ}23'26''$ - 81,66m, até o vértice PMI-32
 PMI-31 (N=7.898.081,849; E=655.953,000), - 512,74m, até o vértice PMI-33
 (N=7.898.163,506; E=655.953,557), $0^{\circ}04'05''$ - 275,05m, até o PMI-34
 (N=7.898.676,243; E=655.954,166), $0^{\circ}03'37''$ - 359,54'11" - 151,41m, até o vértice PMI-35
 (N=7.898.951,294; E=655.954,455), $359^{\circ}05'$ - 359^o5743" - 195,98m, até o vértice PMI-36
 (N=7.899.102,700; E=655.954,199), $359^{\circ}05'$
 (N=7.899.298,682; E=655.954,069), $359^{\circ}05'$
 $359^{\circ}59'27''$ - 508,65m, até o vértice PMI-37
 (N=7.899.807,330; E=655.953,988). Deste atravessando a estrada municipal 070, ao azimute de $358^{\circ}14'29''$ e distância de 12,44m, até o vértice PMI-38 (N=7.899.819,762; E=655.953,607). Deste, segue limitando por cerca de arame, confrontando com a Fazenda da Divisa, pertencente a Espólio de Oswaldo Pádua Vilela, aos consecutivos azimutes e distâncias de: $57^{\circ}20'49''$ - 17,39m, até o vértice PMI-39 (N=7.899.829,143;

E=655.968,244), $66^{\circ}30'07''$ - 184,51m, até o vértice PMI-40 (N=7.899.902,711;
 E=656.137,456), $67^{\circ}54'45''$ - 275,06m, até o vértice PMI-41 (N=7.900.006,138;
 E=656.392,325), $49^{\circ}15'14''$ - 59,65m, até o vértice PMI-42 (N=7.900.045,071;
 E=656.437,515), $44^{\circ}57'33''$ - 131,86m, até o vértice PMI-43 (N=7.900.138,373;
 E=656.530,685), $42^{\circ}27'16''$ - 599,35m, até o vértice AEI-M1526 (N=7.900.580,583;

E=656.935,250). Deste segue confrontando com a Fazenda Rancho Pequeno, pertencente a José Evandro Pádua Vilela, limitando por cerca de arame, com os 0° - 266,44m, até o vértice AEI-M1525
 azimutes e distâncias de: $41^{\circ}20'57''$ - 51^o 1221" - 132,98m, até o vértice AEI-M1524
 (N=7.900.780,597; E=657.111,271), $43^{\circ}13'34''$ - 80,09m, até o vértice AEI-M1523
 (N=7.900.863,912; E=657.214,916), $334^{\circ}18'14''$ - 359,81m, até o vértice AEI-M1522
 (N=7.900.922,271; E=657.269,769), $334^{\circ}13'45''$ - 790,1 lm, até o vértice AEI-M1521
 (N=7.901.246,500; E=657.113,756),
 (N=7.901.958,027; E=656.770,238), este situado na margem esquerda do córrego do Café. Deste, atravessando da margem esquerda para margem direita, segue limitando pelo referido córrego, à jusante, pela margem direita, acompanhando todas as

sinuosidades, ao azimute e distância entre os pontos extremos deste percurso de 329°07'00" por 1.392,86m, até o vértice PMI-44 (N=7.903.153,402; E=656.055,293).

Deste segue limitando por cerca de arame, com os azimutes e distâncias de: 57°53'42" 58°06'06" - 264,34m, até o vértice PMI-45 (N=7.903.293,890; E=656.279,208) 556,83m, até o vértice PMI-46 (N=7.903.588,126; E=656.751,946), 59,92m, até o vértice PMI-47 (N=7.903.567,457; E=656.808,191), 181,42m, até o vértice PMI-48 (N=7.903.415,089; E=656.906,667) 95,62m, até o vértice PMI-49 (N=7.903.451,360; E=656.995,136), 48,36m, até o vértice PMI-50 (N=7.903.426,590; E=657.036,677), 179,72m, até o vértice PMI-51 (N=7.903.375,206; E=657.208,894), 52,17m, até o vértice PMI-52 (N=7.903.323,942; E=657.218,583), 84,27m, até o vértice PMI-53 (N=7.903.240,451; E=657.207,116), 23,52m, até o vértice PMI-54 (N=7.903.217,981; E=657.214,070), 14,69m, até o vértice PMI-55 (N=7.903.208,687; E=657.225,447), 94° até o vértice PMI-56 (N=7.903.201,855; E=657.319,653), 102°14'01" vértice PMI-57 (N=7.903.181,958; E=657.411,416), 12°44'51" - 138,76m, até o vértice

PMI-110° 1041"

147007'30"

67°42'27" -

120°48'24"

106036'49" -

169° 17'48"

187049'14" -

162°48'10" -

129° 14'48" -

9408'52" - 94,45m,

102° 14'01" - 93,90m, até o

59 (N=7.903.211,866; E=657.709,719). Deste segue confrontando com a Fazenda do Carmo, pertencente a Rachid Abdalla Neto, limitando por cerca de arame, com os azimutes e distâncias de: 111°29'50" 232,53m, até o vértice PMI-60

177°20'21" - 103,51m, até o vértice PMI-61

78° 18'31" - 749,56m, até o vértice PMI-62

47° 56'41" - 564, 14m, até o vértice PMI-63

320°50'40" - 27,38m, até o vértice PMI-64

344030'01" - 31,31m, até o vértice PMI-65

349°14'56" - 123,67m, até o vértice PMI-66

336°04'58" - 66,28m, até o vértice PMI-67

343°39'29" - 77,69m, até o vértice PMI-68

(N=7.903.126,656; E=657.926,069), 322 °49'35" - 50,59m, até o vértice PM1-69
(N=7.903.023,253; E=657.930,874), 319°38'04" - 53,36m, até o vértice PM1-70
(N=7.903.175,145; E=658.664,887), 299° 15'34" - 36,02m, até o vértice PM1-71
(N=7.903.553,036; E=659.083,764), 307°40'31" - 42,95m, até o vértice PM1-72
(N=7.903.574,268; E=659.066,475), 37° 17'07" - 66, 19m, até o vértice PM1-73
(N=7.903.604,439; E=659.058,108), 49 °52'46" - 42,51 m, até o vértice PM1-74
(N=7.903.725,935; E=659.035,039), 50°26'39" - 152,1 lm, até o vértice PM1-75
(N=7.903.786,524; E=659.008,168), 59°27'28" - 73 até o vértice PM1-76
(N=7.903.861,080; E=658.986,307), 15 ° 13'09" - 494,20m, até o vértice PM1-77
(N=7.903.901,393; E=658.955,737), 341 °53'54" - 781,83m, até o vértice PM1-
(N=7.903.942,047; E=658.921,180), 78 E=658.995,709), este situado na margem esquerda do
(N=7.903.959,651; E=658.889,758), rio Tijuco. Deste segue limitando pelo referido rio, á
(N=7.903.985,902; E=658.855,763), montante, pela margem esquerda, acompanhando, todas as
(N=7.904.038,565; E=658.895,860), suas sinuosidades, ao azimute e distância entre os pontos
(N=7.904.065,960; E=658.928,369), extremos deste trajeto de: 48 °55'51" por 839,20m, até o
(N=7.904.162,828; E=659.045,646), vértice PMI-79 (N=7.905.971,473; E=659.628,395). Deste
(N=7.904.200,148; E=659.108,896), atravessando o rio Tijuco de sua marge esquerda para a
(N=7.904.677,011; E=659.238,629), margem oposta, na foz do Córrego da Cachoeira, ao
(N=7.905.420,144; E=658.995,709), azimute de 22°56'00" e distância de 77,22m, até o vértice
Deste segue limitando pelo refer PM1-M-0080 =7.906.042,590;
acompanhando, todas as suas sinuc E=659.658,484). Daí, segue limitando pela margem esquerda do Córrego da Cachoeira, acompanhando
extremos deste trajeto de: 48°55'51" todas sinuosidades deste percurso, ao azimute e distância entre os pontos extremos de 24°48'36" por
E=659.658,484). Daí, segue limitando pela margem esquerda do Córrego da Cachoeira, acompanhando 367,80m, até o vértice PMI-81 (N=7.906.376,443; E=659.812,816). Deste segue limitando por cerca
de arame aos azimutes e distâncias de: 119°01 '02"- 6,24m, até o vértice PMI-82 103028'38" - 6,05m,
até o vértice PM1-83 90° 11 '03" - 65,91m, até o (N=7.906.373,417; E=659.818,272),
vértice PM1-84 88°45'53" - 73,02m, até o vértice (N=7.906.372,008; E=659.824,152),
PM1-85 (N=7.906.371,796; E=659.890,066),
93 °09'36" - 89,86m, até o vértice PM1-86 90°58'09" (N=7.906.373,370; E=659.963,071),
- 37,58m, até o vértice PM1-87 (N=7.906.368,417; E=660.052,794),
91 °23'20" - 58,45m, até o vértice PM1-88 (N=7.906.367,781; E=660.090,365),
97°48'46" - 37,18m, até o vértice PM1-89 (N=7.906.366,364; E=660.148,799),
118 ° 13'16" - 22,38m, até o vértice PM1-90 (N=7.906.361,310; E=660.185,632),
138°43'52" - 21,01m, até o vértice PM1-91 (N=7.906.350,728; E=660.205,352),
154°24'19" - 42,63m, até o vértice PM1-92 (N=7.906.334,933; E=660.219,212),
157040'40" - 52,66m, até o vértice PM1-93 (N=7.906.296,486; E=660.237,629),
138 °54'08" - 64,82m, até o vértice PM1-94 (N=7.906.247,777; E=660.257,628),
136°46'52" - 24,5 lm, até o vértice PM1-95 (N=7.906.198,931; E=660.300,235),
129°00'25" - 14,5 lm, até o vértice PM1-96 (N=7.906.181,067; E=660.317,022),
134°09'00" - 16,22m, até o vértice PM1-97 (N=7.906.171,933; E=660.328,298),
(N=7.906.160,639; E=660.339,933).

Finalmente segue confrontando com a Fazenda Cachoeirinha pertencente a J. Mendonça Agropecuária Ltda., limitando por cerca de arame, com os azimutes e distâncias de:

138 °32'32" - 849,79m, até 0 vértice AEI-M-3765	
'44" - 42,05m, até o vértice AEI-M-3766	(N=7.905.523,770; E=660.902,550),
135 °2202' '' - 41,92m, até 0 vértice AEI-M-3767	(N=7.905.545,000; E=660.938,850),
123 °31' 23" - 365,07m, até 0 vértice AEI-M-3768	(N=7.905.515,170; E=660.968,300),
111 °42' 13' '' - 94,73m, até 0 vértice AEI-M-3769	(N=7.905.313,550; E=661.272,650),
103 °14'35" - 80,06m, até 0 vértice AEI-M-3770	(N=7.905.278,520; E=661.360,660),
99 °0008' '' - 214,73m, até 0 vértice AEI-M-3771	(N=7.905.260,180; E=661.438,590),
83 °56" - 170,03m, até 0 vértice AEI-M-3772	(N=7.905.226,550; E=661.650,670),
81 °3237" - 85,41m, até 0 vértice AEI-M-3773	(N=7.905.246,980; E=661.819,470),
68 °4248' '' - 109,52m, até 0 vértice AEI-M-3774	(N=7.905.259,540; E=661.903,950),
28 °0909' '' - 115,1 lm, até 0 vértice AEI-M-3775	(N=7.905.299,300; E=662.006,000),
22 °2828' '' - 40,00m, até 0 vértice AEI-M-3776	(N=7.905.400,790; E=662.060,310),
18038'48" - 77,03m, até 0 vértice AEI-M-3777	(N=7.905.437,750; E=662.075,600),
20°4828" - 62,64m, até 0 vértice AEI-M-3778	(N=7.905.510,740; E=662.100,230),
39 °2935' '' - 220,02m, até 0 vértice AEI-M-3779	(N=7.905.569,290; E=662.122,480),
31 °3039' '' - 139,17m, até 0 vértice AEI-M-3780	(N=7.905.739,080; E=662.262,410),
26 °0930' '' - 174,48m, até 0 vértice AEI-M-3781	(N=7.905.857,730; E=662.335,150),
38 °2437' '' - 149,48m, até 0 vértice AEI-M-3782	(N=7.906.014,340; E=662.412,070),
36°41'30" - 86,12m, até 0 vértice AEI-M-3783	(N=7.906.131,470; E=662.504,940),
131 °1641' '' - 23,42m, até 0 vértice AEI-M-3784	(N=7.906.200,530; E=662.556,400),
36°49'31" - 1.121,75m, até o início desta descrição, no vértice AEI-M-3750". A área fo referenciada ao Sistema Geodésico Brasileiro, utilizando o sistema DATUM SIRGAS 2000,4, Meridiano Central - 51 °WGR.	(N=7.906.185,080; E=662.574,000),

Art. 2º Fica incorporada ao perímetro urbano uma área de 218,9025 ha e perímetro de 6.274,93m, identificado pelas coordenadas planas UTM, azimutes (expressos em graus, minutos e segundos), distâncias (expressas em metros) e confrontações, com a seguinte descrição:

"Inicia-se no vértice denominado PMI-98, definido pelas coordenadas planas UTM N=7.905.840,830 e E=670.293,500. Deste, segue com os sucessivos azimutes e distâncias de: 96°08'17" - 874,55m, até o vértice PMI-99 deste com 132°53'25" - 286,67m, até o vértice e 142°55'14" (N=7.905.747,320; E=671.163,041), deste cc - 918,01m, até o vértice PMI-IOI PMI-100 (N=7.905.552,215; E=671.373,070) (N=7.904.819,829; E=671.926,558) situado na margem direita do rio Tijuco. Deste segue limitando pela margem direita, á jusante, acompanhando todas as sinuosidades que definem este percurso, ao azimute e distância entre os pontos extremos de 232°18'31" por 1.890,83m, até 0 vértice PM1-102=7.903.663,761;

E=670.430,314), situado na margem direita do referido rio com o Alambrado que define a área de segurança da Usina Hidroelétrica Salto de Morais. Daí, segue confrontando com CEMIG — Centrais Elétrica de Minas Gerais, limitando pelo referido alambrado, aos azimutes e distâncias planas de $343^{\circ}50'33''$ - 50,06m, até o vértice PMI-103 com $345^{\circ}56'45''$ - 229,93m, até o vértice deste com $353^{\circ}00'00''$ (N=7.903.711,844; E=670.416,383), deste com $5042^{\circ}00'00''$ - 18,97m, até o E-670.358,512), deste PMI-104 (N=7.903.934,896;E=670.360,546), com $334^{\circ}22'39''$ - 22,64m, E-670.348,720) e vértice PMI-105 (N=7.903.953,759; E=670.332,741) - $327^{\circ}41'24''$ - 15,93m, até o vértice PMI-107 até o vértice ~~PMI-106~~ (N=7.903.974,176; E=670.340,204), situado na margem direita do Rio Tijuco. Deste segue limitando pela referida margem, à jusante, acompanhando as sinuosidades deste trajeto, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: $328^{\circ}03'09''$ por 153,95m, até o vértice PM1-108 (N=7.904.119,091; E=670.260,079).

Finalmente segue limitando por cerca de arame, aos sucessivos azimutes e distâncias planas de: $38^{\circ}14'48''$ 14,62m, até o vértice PM1-109 (N=7.904.130,575;

E=670.269,132), deste com $18^{\circ}11'19''$ - 7,99m (N=7.904.138,170; E=670.271,627), deste com $357^{\circ}11'11''$ (N=7.904.150,735;E=670.271,111), deste com PMI-112 (N=7.904.174,704; E=670.272,380), deste vértice PMI-113 (N=7.904.941,098; E=670.281,332)

7,99m, até o vértice PMI-110 deste com $357^{\circ}38'58''$ - 12,58m, até o vértice PMIdeste com $3^{\circ}01'48''$ - 24,00m, até o vértice deste com $0^{\circ}40'09''$ - 766,45m, até o e $0^{\circ}46'29''$ - 899,81m, até o início desta descrição, no vértice PMI-98", área devidamente referenciada aos sistema geodésico Brasileiro tendo como DATUM SIRGAS 2000,4, Meridiano Central 51° WGR.

Art. Y Nas áreas utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I — os novos loteamentos deverão se articular com o sistema viário existente;

II — os novos loteamentos não poderão se localizar a uma distância superior a 400,00m de qualquer via da malha urbana existente, exceto aqueles destinados a sítios de recreio;

111 os novos loteamentos deverão ter uma via de atravessamento, com pista dupla, canteiro central e largura mínima de 23,00 metros;

IV — os terrenos destinados a áreas verdes, de lazer e paisagismo, deverão corresponder a 8% da gleba a ser loteada, exceto os parcelamentos de Chácaras e Sítios de Recreio;

V — os terrenos destinados a área institucional deverão corresponder a 5% da gleba a ser loteada.

VI — as áreas verdes e áreas institucionais dos loteamentos poderão ser localizadas em outra gleba a critério da Secretaria Municipal de Planejamento;

VII - para os loteamentos fechados e condomínios, a área institucional deverá situar-se em área externa ao loteamento, ou pertencer à outra gleba, cuja localização deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Planejamento;

VIII - para Sítios de Recreio, não será exigida a área institucional.

Art. 4º Para o parcelamento e o uso e ocupação do solo deverão ser observados os seguintes parâmetros:



I — os lotes deverão ter área mínima de 160,00m² (cento e sessenta metros quadrados) e testada mínima de 8,00m (oito metros) e profundidade mínima de 10,00 metros;

II — os loteamentos, exceto aqueles fechados ou condomínios, deverão destinar lotes para atividades comerciais e de serviços que serão definidos numericamente a critério do órgão técnico da prefeitura;

III — não serão permitidas atividades comerciais poluidoras nos loteamentos residenciais.

Art. 5^o As Zonas de Uso na área delimitada por este perímetro, excetuando-se as áreas que anteriormente tiveram seu uso e ocupação estabelecidos pela Lei 1362/1970, Lei 4161/2012 e Lei 4221/2013, são as seguintes:

§ 1^o — ZRU — Zona de Restrição Urbanística:

I — é vedada na ZRU a implantação de parcelamento de solo e a construção de edificações, exceto quadras poliesportivas e academias ao ar livre;

II — são permitidos na ZRU planos de recuperação da área degradada, com a finalidade de implantação de parques, bosques, jardins, arborização, de estação de tratamento de esgoto, novos aterros sanitários e usinas de processamento de lixo hospitalar.

S 2^o - ZRS - Zona de Resíduos Sólidos:

I — é vedada na ZRS a implantação de usinas de processamento, incineração de lixo, resíduos hospitalares e tóxicos, atendendo a legislação vigente;

II — é permitido na ZRS a implantação de usinas de processamento e armazenamento de ferro velho, resíduos de metal, resíduos provenientes da limpeza pública, papel, plásticos, vidros, entulhos, restos de material da construção civil e outros recicláveis;

III - é permitido na ZRS o armazenamento para destinação final de lixo, resíduos tóxicos: baterias, pilhas, lâmpadas a vapor de mercúrio, lâmpadas mistas.

S 3^o — ZCSR — Zona de Chácaras e Sítios de Recreio:

I — é vedada na ZCSR a implantação de parcelamento e uso de lotes com área menor de 1.000,00m²;

II — é obrigatória a instalação de fossa séptica individualmente ou sistema localizado de tratamento de esgoto doméstico, obedecendo às normas vigentes;

III — é facultada a impermeabilização através de pavimentação asfáltica das vias de acesso e vias internas, sendo exigido somente o cascalhamento ou alternativa para evitar a erosão das vias internas, a ser aprovada pela prefeitura;

IV — é obrigatória a execução das obras de drenagem de águas pluviais, obedecendo às normas vigentes para dissipação e lagoas de contenção;

V — é obrigatória a execução das obras de água potável de acordo com as normas técnicas aplicáveis;

VI — é obrigatória a execução das obras de energia elétrica e iluminação pública obedecendo às normas e critérios técnicos exigidos pela concessionária de energia elétrica;

VII — as áreas verdes deverão corresponder a 20% (vinte por cento) da gleba loteada.

§ 4º ZR III — Zona Residencial de Baixa Densidade.

§ 5º ZEIS I — Zona Especial de Interesse Social.

6º ZI — Zona Industrial.

Art. 6º Os loteamentos deverão ser dotados de estrutura de amortecimento e retenção das águas pluviais, nos casos tecnicamente aplicáveis, conforme exigência da Prefeitura.

Art. 7º Os lagos, lagoas, represas artificiais e suas Areas de Preservação Permanente deverão ser transferidos ao patrimônio público municipal quando do parcelamento do solo, exceto os condomínios e loteamentos fechados.

Art. 8º O desmatamento e a limpeza do terreno somente serão autorizados mediante a prévia anuência do COMMAI — Conselho Municipal do Meio Ambiente de Ituiutaba, ressalvados os casos em que é exigido o licenciamento ambiental em órgãos estaduais ou federais.

Parágrafo único. Para o desmatamento e a limpeza citados no caput, a critério do COMMAI, poderá ser estabelecida a compensação ambiental, salvo nos casos em que é exigido o licenciamento ambiental em órgãos estaduais ou federais.

Art. 9º O perímetro urbano definido nesta lei compreende as zonas urbanas e de expansão urbana.

§ 1º A zona urbana se caracteriza pela existência de edificações e equipamentos públicos destinados a habitação, comércio, serviços e indústria.

§ 2º A zona de expansão urbana se define como área reservada para expansão da malha urbana;

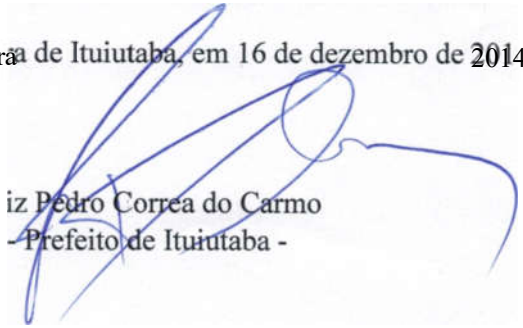
Art. 10. Faz parte integrante e inseparável desta lei o mapa anexo.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Ituiutaba, em 16 de dezembro de 2014.

Luiz Pedro Correa do Carmo
- Prefeito de Ituiutaba -



Luiz

MODELO DE QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE
MORADORES DOS LOTEAMENTOS NOVA ITUIUTABA DA CIDADE DE
ITUIUTABA-MG

O questionário composto por questões abertas onde cada entrevistado possa dar sua opinião, e questões fechadas, onde o entrevistado deverá escolher apenas uma alternativa.

Lembrando que não será realizada a identificação do entrevistado.

Identificação do usuário

() Masculino () Feminino

Faixa Etária

() 18 á 25 () 26 á 30 () 31 á 35 () 36 á 40 () 41 á 50 () 51 á 60 () 61 acima

Estado civil

R- Escolaridade

() não escolarizado () ensino fundamental incompleto () ensino fundamental completo

() ensino médio incompleto () ensino médio completo () ensino superior incompleto

() ensino superior completo () mestrado () doutorado

Estado e cidade de origem

R-

Qual bairro residia antes de mudar para o Loteamento Nova Ituiutaba

R-

Qual sensação em relação ao local que o entrevistado residia antes de se mudar para o Nova Ituiutaba

() muito agradável () agradável () indiferente () desagradável () muito desagradável Qual sensação do entrevistado sobre o Nova Ituiutaba.

() muito agradável () agradável () indiferente () desagradável () muito desagradável Quantas pessoas residem na residência e escolaridade das mesmas

R-

O entrevistado é feliz residindo no Nova Ituiutaba? Por que?

R-

O entrevistado prefere residir no Nova Ituiutaba ou no antigo endereço? Por que?

R-

Apresente 3 pontos positivos do loteamento.

-

-

-

Apresente 3 pontos negativos do loteamento

-

-

-

Apresente 3 pontos que se executados poderiam melhor a qualidade de vida dos moradores do loteamento

-

-

-

DECRETO N. 7.033, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a inclusão de glebas na área de expansão urbana do Município.

O Prefeito de Ituiutaba, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.916, de 29 de dezembro de 1992 e Lei nº 1.362, de 10 de dezembro de 1970, que instituiu o Plano Diretor Físico no Município de Ituiutaba,

CONSIDERANDO que a Lei nº 2.916, de 29 de dezembro de 1992, em seu art. 3º, regula as zonas urbana e de expansão urbana;

CONSIDERANDO que, através do Processo Administrativo nº 12093/2011, de 28 de novembro de 2011, os proprietários Carlos Muniz Marques e Carlos Roberto de Almeida, postulam a inclusão de glebas na área de expansão urbana do Município, com vistas ao parcelamento do solo para fins urbanos,

DECRETA:

Art. 1º Ficam incluídas na área de expansão urbana do Município

os imóveis rurais com a seguinte identificação:

I – GLEBA com denominação especial de Fazenda Califórnia I, situada nas FAZENDAS CÓRREGO SUJO e BURRINHO, neste distrito, município e comarca de Ituiutaba, contendo a área de 22-81-43has., iguais a 4 alqueires, 57 litros e 58,00m², em terras de cerrados e campos, dividida, demarcada, compreendida dentro do seguinte perímetro: “Inicia-se no vértice denominado V38, este situado na divisa com a propriedade pertencente a Cristina Lúcia Miranda e Carlos Roberto de Almeida; daí, segue confrontando com este último, limitando por cerca de arame ao azimute e distância de: 15º28’43” – 296,24m, até o vértice V48; deste, segue dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia II, de propriedade de Carlos Muniz Marques, aos azimutes e distâncias de: 90º56’59” – 335,89m, até o vértice V47, 0º00’00” – 142,83m, até o vértice V46, este situado junto a uma cabeceira de uma nascente; daí, segue pelo leito da referida nascente, à jusante, aos azimutes e distâncias entre os pontos extremos de: 81º43’29” – 270,09m, até o vértice V45; deste, ainda pelo leito da nascente, segue confrontando com a Gleba denominada Fazenda Califórnia III, de propriedade de Carlos Muniz Marques, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: 76º47’51” – 68,69m, até o vértice V49, este situado junto à margem direita da nascente; daí, segue dividindo com a Gleba denominada Fazenda

Califórnia IV, de propriedade de Carlos Muniz Marques, ao azimute e distância de: 180º00’59” – 458,96m, até o vértice V50; finalmente, segue confrontando com a propriedade pertencente a Cristina Lúcia Miranda, limitando por cerca de arame, esta margeando o anel viário, aos azimutes e distâncias de: 280º56’16” – 277,91m, até o vértice V37 e 261º30’23” – 481,35m até o início desta

descrição, no vértice V38, onde fechou-se este perímetro”, havido conforme matrícula nº 43.605, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba-MG., proprietários Carlos Muniz Marques, brasileiro, agropecuarista, portador da CI RG nº M-1.263.999-SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 150.890.106-68, casado sob o regime de comunhão universal de bens, antes da Lei 6.515/77, com Isabel Borges Santos Marques, brasileira, do lar, portadora da CI RG nº M-4.081.367 – SSP/MG, inscrita no CPF/MF nº 073.662.926-21, residentes e domiciliados na Rua José Martins Ferreira, nº 617, Bairro Platina, nesta cidade de Ituiutaba-MG.

II - GLEBA com denominação especial de Fazenda Califórnia II, situada nas FAZENDAS CÓRREGO SUJO e BURRINHO, neste distrito, município e comarca de Ituiutaba, contendo a área de 20-30-53has., iguais a 4 alqueires, 15 litros e 378,00m², em terras de cerrados e campos, dividida, demarcada, compreendida dentro do seguinte perímetro: “Inicia-se no vértice denominado V1, este situado junto a faixa da estrada municipal que liga Prata-Ituiutaba e na divisa com a propriedade pertencente a Antonio Baduy Filho e Mauro Baduy; daí, segue confrontando com estes últimos, limitando por cerca de arame ao azimute e distância de: 84º33’34” – 460,87m, até o vértice V44; deste, segue dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia III, de propriedade de Carlos Muniz Marques, ao azimute e distância de: 179º59’20” – 367,08m, até o vértice V45, este situado junto à margem esquerda de uma nascente; daí, segue pelo leito da referida nascente, à montante, dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia I, de propriedade de Carlos Muniz Marques, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: 261º43’29” – 270,09m, até o vértice V46, este situado junto a cabeceira da nascente; daí, segue dividindo ainda com a Gleba denominada Fazenda Califórnia I, de propriedade de Carlos Muniz Marques, limitando por divisa de uso, aos azimutes e distâncias de: 180º00’00” – 142,83m, até o vértice V47 e 270º56’59” – 335,89m, até o vértice V48; daí, segue confrontando com a propriedade pertencente a Carlos Roberto de Almeida, limitando por cerca de arame aos azimutes e distâncias de 15º28’43” – 112,45m, até o vértice V39, 67º46’27” – 87,19m, até o vértice V40, este situado junto à cabeceira de uma voçoroca; daí, segue pelo leito da referida voçoroca, à jusante, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: 81º36’16” – 119,59m, até o vértice V41, este situado junto à margem esquerda da voçoroca; daí, segue limitando por cerca de arame aos azimutes e distâncias de 352º04’50” – 141,76m, até o vértice V42 e 307º38’09” – 128,21m, até o vértice V43, este situado junto à faixa da estrada municipal; finalmente, segue confrontando com a estrada municipal, sentido Prata-Ituiutaba, limitando pela cerca de arame do Corredor ao azimute e distância de: 16º33’40” – 127,31m, até o início desta descrição, no vértice V1, onde fechou-se este perímetro”, havido conforme matrícula nº 43.606, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba-MG., proprietários Carlos Muniz Marques, brasileiro, agropecuarista, portador da CI RG nº M-1.263.999-SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 150.890.106-68, casado sob o regime de comunhão universal de bens, antes da Lei 6.515/77, com Isabel Borges Santos Marques, brasileira, do lar, portadora da CI RG nº M-4.081.367 – SSP/MG, inscrita no CPF/MF nº 073.662.926-21, residentes e domiciliados na Rua José Martins Ferreira, nº 617, Bairro Platina, nesta cidade de Ituiutaba-MG.

III - GLEBA com denominação especial de Fazenda Califórnia III, situada nas FAZENDAS CÓRREGO SUJO e BURRINHO, neste distrito, município e comarca de Ituiutaba, contendo a área de 22-18-71has., iguais a 4 alqueires, 46 litros e 441,00m², em terras de cerrados

e campos, dividida, demarcada, compreendida dentro do seguinte perímetro: “Inicia-se no vértice denominado V2, este situado junto à margem esquerda do Córrego Sujo, na divisa com as propriedades pertencentes a Antônio Baduy Filho e Mauro Baduy e João Washington Rodrigues; daí, segue confrontando com este último, pelo leito do referido Córrego, à montante, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: 207°33’44” – 155,93m, até o vértice V3, este situado junto à margem direita do Córrego Sujo; daí, segue limitando por cerca de arame, com o mesmo confrontante anterior, aos azimutes e distâncias de: 92°03’20” – 47,50m, até o vértice V4. 185°46’20” – 111,79m, até o vértice V5 e 275°46’20” – 37,00m, até o vértice V6, este novamente junto à margem direita do Córrego Sujo; daí, segue pelo leito do Córrego Sujo, à montante, aos azimutes e distâncias entre os pontos extremos de: 194°25’40” – 136,35m, até o vértice V7; deste, segue dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia V, de propriedade de Carlos Muniz Marques, ainda pelo leito do Córrego Sujo, à montante, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: 198°16’57” – 30,92m, até o vértice V51, este situado junto à confluência do Córrego Sujo e uma Nascente; daí, segue pela referida Nascente, dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia IV, de propriedade de Carlos Muniz Marques, à montante, aos azimutes e distâncias entre os pontos extremos de 267°57’09” – 529,83m, até o vértice V49; deste, segue dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia I, de propriedade de Carlos Muniz Marques, ainda pelo leito da Nascente à montante, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: 256°47’51” – 68,69m, até o vértice V45; daí, segue dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia II, de propriedade de Carlos Muniz Marques, limitando por divisa de uso, ao azimute e distância de: 359°59’20” – 367,08m, até o vértice V44; finalmente, segue confrontando com a propriedade pertencente a Antônio Baduy Filho e Mauro Baduy, limitando por cerca de arame aos azimutes e distâncias de: 84°33’34” – 653,02m, até o vértice R15 e 77°01’06” – 64,42m, até o início desta descrição no vértice V2, onde fechou-se este perímetro”, havido conforme matrícula nº 43.607, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba-MG., proprietários Carlos Muniz Marques, brasileiro, agropecuarista, portador da CI RG nº M-1.263.999SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 150.890.106-68, casado sob o regime de comunhão universal de bens, antes da Lei 6.515/77, com Isabel Borges Santos Marques, brasileira, do lar, portadora da CI RG nº M-4.081.367 – SSP/MG, inscrita no CPF/MF nº 073.662.92621, residentes e domiciliados na Rua José Martins Ferreira, nº 617, Bairro Platina, nesta cidade de Ituiutaba-MG.

IV - GLEBA com denominação especial de Fazenda Califórnia IV, situada nas FAZENDAS CÓRREGO SUJO e BURRINHO, neste distrito, município e comarca de Ituiutaba, contendo a área de 26-37-83has., iguais a 5 alqueires, 36 litros e 3,00m², em terras de cerrados e campos, dividida, demarcada, compreendida dentro do seguinte perímetro: “Inicia-se no vértice denominado V31A, este situado junto à margem esquerda do Córrego Sujo, na divisa com as propriedades pertencente a Cristina Lúcia Miranda; daí, segue confrontando com esta última, limitando por cerca de arame aos azimutes e distâncias de: 272°06’35” – 33,05m, até o vértice V32, 9°35’24” – 104,04m, até o vértice V33 e 343°56’04” – 68,56m, até o vértice V34, este situado junto à margem direita de uma Voçoroca; daí, segue pelo leito da referida Voçoroca, à montante, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: 259°48’17” – 95,79m, até o vértice V35, este situado junto à cabeceira da Voçoroca; daí, segue limitando por cerca de arame, confrontando ainda com Cristina Lúcia Miranda, aos azimutes e distâncias de: 236°34’49” – 12,00m, até o vértice V36 e 280°56’16” – 230,84m, até o vértice V50; daí, segue dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia I, de propriedade de Carlos Muniz Marques, limitando por divisa de uso, ao azimute e distância de: 0°00’59” – 458,96m até o vértice V49, este situado junto à margem esquerda de uma Vertente; daí, segue pelo leito da referida Vertente, à jusante, dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia III, de propriedade de Carlos Muniz Marques, ao azimute e

distância entre os pontos extremos de: 87°57'09" – 529,83m, até o vértice V51, este situado junto à confluência da referida Vertente e o Córrego Sujo; finalmente, segue limitando pelo leito do Córrego Sujo, à montante, dividindo com a Gleba denominada Fazenda Califórnia V, de propriedade de Carlos Muniz Marques, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: 193°47'54" – 687,67m, até o início desta descrição, no vértice V31A, onde fechou-se este perímetro", havido conforme matrícula nº 43.608, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba-MG., proprietários

Carlos Muniz Marques, brasileiro, agropecuarista, portador da CI RG nº M-1.263.999SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 150.890.106-68, casado sob o regime de comunhão universal de bens, antes da Lei 6.515/77, com Isabel Borges Santos Marques, brasileira, do lar, portadora da CI RG nº M-4.081.367 – SSP/MG, inscrita no CPF/MF nº 073.662.92621, residentes e domiciliados na Rua José Martins Ferreira, nº 617, Bairro Platina, nesta cidade de Ituiutaba-MG.

V – Imóvel Rural denominado "SÍTIO DO MARUPIARA", situado no lugar conhecido por SANTA MARTA, na região da antiga FAZENDA DO PATRIMÔNIO, neste distrito, município e comarca, contendo a área de 06-90-20 ha., iguais a 01 alqueire, 34 litros e fração, em terras de cerrados, dividido, demarcado e circunscrito pela seguinte linha divisória: "COMEÇA em um esticador de cerca de arame, na confrontação com terras de Dimas André Ribeiro, junto a uma porteira, daí, segue com o azimute de 125°31'57" atravessando uma estrada de automóvel, até um ponto a 14,0 metros; daí, por cerca de arame, confrontando com Melik Jacob Andraus, com azimute de 142°55'33", até um ponto a 143,40 metros; daí, por cerca, com azimute de 189°28'04", até um canto a 127,06 metros, daí, seguindo com azimute de 271°18'49", atravessando a cabeça de um desbarrancado, segue até alcançar uma cerca de arame a 116,54 metros; daí, seguindo por cerca de arame, ainda confrontando com Melik Jacob Andraus, com azimute de 263°09'05", até um canto a 86,99 metros; daí, por cerca de arame, confrontando com Melik Jacob Andraus e depois com Agrícola Bandeirante, com azimute de 212°18'50", até um canto a 448,97 metros; daí, a direita, confrontando com José Arantes de Oliveira, por cerca de arame, com azimute de 277°22'42", atravessando a estrada de automóvel, até um canto a 88,12 metros; daí, a direita, por cerca de arame, confrontando com Dimas André Ribeiro, com o azimute de 36°00'49", até o ponto inicial, a 771,06 metros, havido conforme matrícula nº 29.399, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba-MG., proprietário Carlos Roberto de Almeida, brasileiro, solteiro, maior, engenheiro civil, portador da CI RG nº M-6.926.766-SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 257.863.856-04, residente e domiciliado na Rua 1º de Março, nº 391, Bairro Novo Mundo, nesta cidade.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Ituiutaba, em 13 de dezembro de 2011.

Luiz Pedro Correa do Carmo

- Prefeito de Ituiutaba -



Câmara Municipal de Ituiutaba

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS E FISCALIZAÇÃO.

Relator: Reginaldo Luiz Silva Freitas

Parecer ao Projeto de Lei Executivo CM/35/2012, **que classifica Zonas Especiais de Interesse social em Área Urbana e dá outras providências.**

A matéria apreciada não contém imperfeição de maior monta que comprometa o seu aspecto técnico ou financeiro.

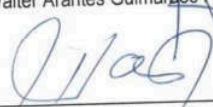
Quanto ao seu mérito, entretanto, que se manifeste o Plenário.

Câmara Municipal de Ituiutaba, 18 de junho de 2012.



Walter Arantes Guimarães Filho

Presidente



Reginaldo Luiz Silva Freitas

Secretário



Gilberto Aparecido Severino

Membro



Câmara Municipal de Ituiutaba

PARECER Nº 062/2012

DR. LUIZ PEDRO CORRÊA DO CARMO, digno Prefeito Municipal, envia ao Legislativo projeto de lei **CM/35/2012** que *classifica Zonas Especiais de Interesse Social em Área Urbana e dá outras providências*. Presidente da Câmara, aludido projeto é submetido a parecer jurídico.

A matéria comporta o seguinte **parecer**:

No que respeita à iniciativa do projeto de lei, guarda ele conformidade com o *art. 10, da Lei Orgânica do Município*, onde está consignado que é da competência do Prefeito a administração dos bens municipais, *ipsis*:

“Art. 10. A Administração dos bens municipais compete ao Prefeito Municipal, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles empregados nos serviços desta”.

Nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal, compete ao Município *legislar sobre assuntos de interesse local*.

Segundo a Lei Federal nº 6.766/79:

“Art. 2º. O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes.

§ 1º - Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

§ 2º - considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes”.

As Zeis (*Zonas Especiais de Interesse Social*) são uma espécie de zoneamento dentro do qual se admite a aplicação de regras especiais de uso e de ocupação do solo em áreas já ocupadas ou que venham a ser ocupadas por população de

CCG/ADV



Câmara Municipal de Ituiutaba

baixa renda, tendo em vista precipuamente a salvaguarda do direito à moradia previsto no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88).

As normas de zoneamento, por se enquadrarem na competência legislativa municipal, devem ser aplicadas pelos municípios tendo em vista a realização de dois objetivos da política habitacional. O primeiro é atender às diretrizes da política urbana, previstas nos incisos XIV e XV, art. 2º da Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), contemplando instrumentos de regularização fundiária e de urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, mediante a simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias. O segundo refere-se à ampliação da oferta de moradia para a população de baixa renda, em regiões da cidade dotadas de infra-estrutura e de equipamentos urbanos, ao destinar áreas urbanas não utilizadas, não edificadas ou subutilizadas à execução de projetos de habitação de interesse social.

“Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

(...)

XIV - regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

XV - simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;(...)”.

Segundo Saule Júnior¹

“As Zeis podem ser genericamente agrupadas em duas tipologias básicas: a Zeis de áreas ocupadas e a Zeis de áreas vazias. Na categoria de Zeis ocupadas estariam incluídas as favelas, os conjuntos habitacionais irregulares, os loteamentos irregulares e/ou clandestinos, as edificações deterioradas ocupadas pela população de baixa renda (cortiços), as ocupações irregulares em áreas remanescentes de quilombos ou em áreas de valor ambiental. Na categoria de Zeis não ocupadas estão os vazios construídos e os terrenos e glebas não utilizados ou subutilizados”

¹ SAULE JÚNIOR, N. et al. “As Zonas Especiais de Interesse Social como instrumento da política de regularização fundiária”. *Fórum de Direito Urbano e Ambiental*, nº 30, novembro de 2006, pp. 3762-73.




Câmara Municipal de Ituiutaba

Conforme a fundamentação trazida aos autos, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79 e Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), o projeto, no seu aspecto formal e quanto ao mérito, tem amparo no ordenamento constitucional vigente.

É o parecer.

Câmara Municipal de Ituiulaha, em 14 de junho de 2012.


Cristiano Campos Gonçalves
Assessor Jurídico
OAB/MG 83.840

PREFEITURA DE ITUIUTABA

MENSAGEM N. 29/2012

Ituiutaba, 04 de junho de 2012

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Por via desta mensagem está sendo submetido, a essa edilidade, projeto de lei que classifica Zonas Especiais de Interesse Social em Área Urbana e dá outras providências.

O projeto estabelece as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e contempla a regularização das áreas já ocupadas com empreendimentos habitacionais de interesse social – EHIS.

As ZEIS compreendem áreas parceladas com destinação específica, e objetivam a melhoria da qualidade de vida da população. Trazem três classificações: **ZEIS I** – abrangem terrenos não edificados, ou não utilizados, vocacionados para implantação de programas habitacionais de interesse social, alcançando aqueles situados na especificidade do programa “Minhas casa, minha vida”, do Governo Federal; **ZEIS II** – as de destinação similar às da anterior, com a diferença de que são direcionadas a população de baixa renda; **ZEIS III** – regem a regularização jurídica da posse e legalização do parcelamento do solo em áreas públicas ou privadas de ocupações irregulares ou clandestinas por população de baixa renda.

O parcelamento do solo para fins urbanos tem regência, no Município de Ituiutaba, na Lei nº 1.362, de 10 de dezembro de 1970, que institui o Plano Diretor Físico da cidade, e no plano federal, na Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, com modificações introduzidas pelas Leis nºs 9.785, de 1999, 10.932, de 2004, 12.340, de 2010 e 12.424, de 2011.

O projeto, portanto, estatui normas que, na aprovação de parcelamento do solo para fins urbanos – loteamento – já delineiam o interesse social, com a inclusão em modalidade específica, determinada pela localização, destinação e outras especificidades de ordem técnica e jurídica, obediente inclusive a disciplina contida no Estatuto da Cidade, instituído pela Lei nº 20.257, de 2001, e na Constituição da República.

Com essas informações de ordem técnica e legal, acha-se a matéria em condições de merecer o exame dessa Casa de Leis, pelo que

mtn/cmef

PREFEITURA DE ITUIUTABA

LEI N. , DE DE DE

Classifica Zonas Especiais de Interesse Social em Área Urbana e dá outras providências.

cm/35/12

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I**Zonas Especiais e Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social**

Art. 1º Fica estabelecido que as áreas descritas no Anexo I são ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, que tem por finalidade a construção de unidades habitacionais para população de baixa renda, bem como a regularização das áreas já ocupadas, com empreendimentos habitacionais de interesse Social – EHIS.

Art. 2º As ZEIS são determinadas áreas parceladas, com destinação específica à construção e manutenção de habitação de interesse social, visando à melhoria da qualidade de vida da população, obedecendo a seguinte classificação:

I - ZEIS I: Terrenos não edificados, ou não utilizados, que por sua localização e características sejam de interesse para implantação de programas habitacionais de interesse social, bem como o programa do Governo Federal "Minha casa minha vida".

II - ZEIS II: Áreas parceladas que, foram loteadas com a finalidade de implantar unidades habitacionais para população de baixa renda, bem como, programa do Governo Federal "Minha casa minha vida" e já se encontram ocupadas.

III - ZEIS III: Áreas públicas ou privadas que foram ocupadas por população de baixa renda, irregulares ou clandestinas onde existe interesse em se promover a regularização jurídica da posse e a legalização do parcelamento do solo.

§ 1º Considera-se população de baixa renda as famílias com renda familiar de até 03 (três) salários mínimos.

§ 2º As ZEIS I, ZEIS II e ZEIS III estão delimitadas no mapa do Município que compõe o Anexo I e que passa a fazer parte integrante desta lei.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

Art. 3º Os planos de urbanização das ZEIS, deverão ser elaborados com base em diretrizes estabelecidas pelo Executivo Municipal, respeitadas as exigências legais.

Art. 4º Os projetos destinados às ZEIS e EHIS não ficarão isentos de análise quanto aos impactos, que possam causar ao meio ambiente.

CAPÍTULO II

Zonas Especiais de Interesse Social I – ZEIS I

SEÇÃO I

Do Objetivo

Art. 5º A criação das zonas especiais de interesse social I, tem por objetivo a construção de unidades habitacionais destinadas a atender a população de baixa renda.

SEÇÃO II

Do parcelamento e Destinação dos Lotes

Art. 6º As características de dimensionamento, ocupação, aproveitamento e uso dos lotes serão estabelecidos conforme o disposto nos quadros I e II que integram esta lei.

Art. 7º O projeto de parcelamento do solo das ZEIS I será aprovado pela Secretaria Municipal de Planejamento a título de urbanização específica de interesse social, de conformidade com as leis federais nº 6766/79, 10257/01, e lei municipal nº 1.362 de 10/12/1970.

Art. 8º Nas ZEIS I, ZEIS II e ZEIS III, será destinada somente uma unidade de uso residencial a cada lote.

CAPÍTULO III

Zonas Especiais de Interesse Social II - ZEIS II

Art. 9º A Criação das ZEIS II tem por objetivo regularizar o zoneamento das áreas já parceladas e loteadas com unidades habitacionais para população carente.

CAPÍTULO IV

Zonas Especiais de Interesse Social III - ZEIS III

PREFEITURA DE ITUIUTABA

SEÇÃO I Objetivos

Art. 10. A criação das ZEIS III tem por objetivo:

I – regularizar jurídica e urbanisticamente áreas já ocupadas por população de baixa renda familiar.

II – viabilizar técnica e juridicamente a participação das comunidades nos processos de urbanização e regularização jurídica de seus assentamentos.

SEÇÃO II Do Plano de Urbanização

Art. 11. As ZEIS III deverão ser objeto de planos de urbanização que preservarão, sempre que possível, as características locais do assentamento e mantendo sempre que possível, as edificações existentes.

CAPITULO V Do Uso e Ocupação do Solo

Art. 12. Nas ZEIS I, ZEIS II e ZEIS III, serão permitidos unidade residencial e comércio varejista, que não causem qualquer tipo de poluição e que, sejam previamente aprovados pela Secretaria Municipal de Planejamento.

CAPITULO VI Disposições Finais

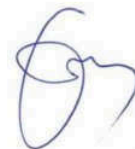
Art. 13. Integram a presente lei o Anexo I e Anexo II, quadros I e II.

Art. 14. Esta lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Ituiutaba, em de de .

- Prefeito de Ituiutaba -



PREFEITURA DE ITUIUTABA

jusante, acompanhando todas as suas sinuosidades ao azimute e distância entre os pontos extremos do percurso de $57^{\circ}10'55''$ por 104,16 metros até alcançar ponto denominado V16, inicial desta descrição, onde se fechou este perímetro com 1.181,52 metros, que constitui loteamento de terrenos urbanos composto de 06 quadras, destinando-se 7.894,64m², às vias públicas; 25.530,69m² à área verde; 4.149,78m² às áreas institucionais; 9.023,53m² às áreas de preservação permanente; e, 17.156,36m² a 84 lotes de terrenos disponíveis para alienação, perfazendo uma área total de 63.755,00m².

3 - Loteamento Nadime Derze Jorge – ZEIS I

"Inicia-se em um esticador de cerca de arame denominado V14, situado na divisa com a gleba de Algar S/A – Empreendimentos e Participações e a gleba de José Antônio Leal e Antônio Conceição Leal; daí segue dividindo com esta última confrontação, limitando por cerca de arame, nos azimutes e distâncias de $151^{\circ}29'43''$ por 437,78 m até alcançar o vértice V13; $90^{\circ}23'36''$ por 281,08m até alcançar o vértice V12; $119^{\circ}28'06''$ por 88,71m até alcançar o vértice V11; $75^{\circ}33'12''$ por 135,94m até alcançar o vértice V10; $51^{\circ}39'24''$ por 36,64m até alcançar o vértice V09 e $83^{\circ}35'48''$ por 25,90m até o vértice V8"; deste, segue confrontando com o imóvel de Estanislau Francisco Leal, por cerca de arame, em azimute de $178^{\circ}39'15''$ e distância de 156,70m, até o vértice V5; deste, segue confrontando com imóvel de José Sandoval Barbosa, por cerca de arame, em azimutes e distâncias de $259^{\circ}07'18''$ por 578,39m até o vértice V6 e $331^{\circ}58'08''$ por 568,45m até o vértice V7; finalmente, segue dividindo com a gleba de Algar S/A – Empreendimentos e Participações, por cerca de arame, em azimute de $30^{\circ}05'28''$ e distância de 155,80m, até o esticador de cerca de arame denominado V14, inicial desta descrição, onde fechou este perímetro", de propriedade de THALITA COSTA JORGE e ROMEL ANÍZIO JORGE FILHO, havido conforme R-5, referente à Matrícula nº 36.269, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba, Minas Gerais, perfazendo uma área total de 16,94ha.

4 - Bairro Nova Ituiutaba I, II, III, IV – ZEIS I

Bairro Nova Ituiutaba I

Imóvel com área total de 242.507,00m², com a seguinte descrição: Inicia-se no vértice denominado A01, este situado na divisa de propriedade de Cristina Lúcia Miranda e Dimas André Ribeiro; daí segue atravessando uma estrada municipal de acesso Ituiutaba ao Prata, ao azimute e distância de: $260^{\circ}21'39''$ - 88,12m, até o vértice A02; deste, segue confrontando com a propriedade pertencente a Dimas André Ribeiro, limitando por cerca de arame ao azimute e distância de: $18^{\circ}59'36''$ - 293,25m, até o vértice V48A; daí, segue dividindo com a Gleba denominada Califórnia II, de propriedade de Jarudore Empreendimentos Imobiliários Ltda., aos azimutes e

PREFEITURA DE ITUIUTABA

distâncias de: 81°30'23" - 336,42m, até o vértice V48; 351°30'23" - 62,00m, até o vértice V47; 46°10'42" - 127,71m, até o vértice V46 e, 81°44'35" - 316,25m, até o vértice V45, deste segue dividindo com a Gleba denominada Califórnia IV, de propriedade de Jarudore Empreendimentos Imobiliários Ltda., ao azimute e distância de: 160°02'37" - 30,66m, até o vértice V45A; daí, segue dividindo com a Gleba denominada Califórnia III, de propriedade de Jarudore Empreendimentos Imobiliários Ltda., ao azimute e distância de: 180°53'54" - 417,74m, até o vértice V50, este situado na divisa de Cristina Lúcia Miranda; finalmente, segue confrontando com esta última, limitando por cerca de arame aos azimutes e distâncias de: 280°56'16" - 260,46m, até o vértice V37; 261°30'23" - 481,35m, até o vértice V38 e, 193°26'54" - 40,30m, até o início desta descrição, no vértice A01; que constitui loteamento de terrenos urbanos composto de 13 quadras, destinando-se 68.744,41m² às vias públicas; 10.178,93m² à área verde; 11.555,67m² à área institucional; 11.433,46m² às áreas de preservação permanente; e, 140.594,53m² a 607 lotes de terrenos disponíveis para alienação.

Bairro Nova Ituiutaba II

Imóvel com área total de 246.500,00m², com a seguinte descrição: Inicia-se no vértice denominado V1, este situado junto à faixa de domínio da estrada municipal que liga Ituiutaba - Prata, confrontando com a propriedade em comum pertencente a Antônio Baduy Filho e Mauro Baduy; daí, segue confrontando com estes últimos, limitando por cerca de arame, ao azimute e distância de: 84°33'34" - 376,09m, até o vértice V44; deste, segue dividindo com a Gleba denominada Califórnia IV, de propriedade de Jarudore Empreendimentos Imobiliários Ltda., ao azimute e distância de: 159°43'57" - 375,77m, até o vértice V45, este situado junto à margem esquerda de uma vertente; daí, segue pelo leito da referida vertente, à montante, dividindo com a Gleba denominada Califórnia I, de propriedade de Jarudore Empreendimentos Imobiliários Ltda., ao azimute e distância entre os pontos extremos de: 261°44'35" - 316,25m, até o vértice V46, este situado junto à cabeceira da Vertente; daí, segue ainda dividindo com a Gleba denominada Califórnia I, de propriedade de Jarudore Empreendimentos Imobiliários Ltda., aos azimutes e distâncias de: 226°10'42" - 127,71m, até o vértice V47; 171°30'23" - 62,00m, até o vértice V48 e, 261°30'23" - 336,42m, até o vértice V48A, este atravessando a estrada municipal, na divisa de Dimas André Ribeiro; daí, segue confrontando com este último, ao azimute e distância de: 18°59'36" - 477,80m, até o vértice A03; deste, segue atravessando novamente a estrada municipal ao azimute e distância de: 108°30'52" - 14,00m, até o vértice A04; finalmente, segue limitando pela faixa de domínio da estrada municipal, ao azimute e distância de: 16°33'40" - 127,31m, até o início desta descrição, no vértice V1"; que constitui loteamento de terrenos urbanos composto de 15 quadras, destinando-se 57.891,10m² às vias públicas; 6.146,35m² à área verde; 11.684,54m² à área institucional; 12.705,27m² às áreas de preservação

PREFEITURA DE ITUIUTABA

permanente; e, 158.072,74m² a 731 lotes de terrenos disponíveis para alienação.

Bairro Nova Ituiutaba III

Imóvel com área total de 249.301,00m², com a seguinte descrição: Inicia-se no vértice denominado V31A, este situado junto à margem esquerda do Córrego Sujo, na divisa com as propriedades pertencentes a Carlos Muniz Marques e Cristina Lúcia Miranda; daí segue confrontando com esta última, limitando por cerca de arame, aos azimutes e distâncias de: 272°06'35" - 33,05m, até o vértice V32; 9°35'24" - 104,04m, até o vértice V33 e, 343°56'04" - 68,56m, até o vértice V34, este situado junto à margem direita de uma Voçoroca; daí, segue pelo leito da Voçoroca, à montante, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: 259°48'17" - 95,79m, até o vértice V35, este situado junto à cabeceira da referida Voçoroca; daí, segue limitando por cerca de arame, com a mesma confrontação anterior, aos azimutes e distâncias de: 236°34'49" - 12,00m, até o vértice V36 e, 280°56'16" - 248,29m, até o vértice V50; deste, segue dividindo com a Gleba denominada Califórnia I, de propriedade de Jarudore Empreendimentos Imobiliários Ltda., ao azimute e distância de: 0°53'54" - 417,74m, até o vértice V45A; daí, segue dividindo com a Gleba denominada Califórnia IV, de propriedade de Jarudore Empreendimentos Imobiliários Ltda., aos azimutes e distâncias de: 62°23'47" - 140,29m, até o vértice A08; 69°00'50" - 63,32m, até o vértice A07; 81°09'28" - 74,90m, até o vértice A06; 121°32'25" - 64,58m, até o vértice A05; 101°15'46" - 89,17m, até o vértice R39; 99°41'34" - 101,21m, até o vértice R40 e, 98°27'55" - 31,28m, até o vértice V51, este situado junto à margem esquerda do Córrego Sujo; finalmente, segue pelo leito do referido Córrego, à montante, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: 193°37'25" - 655,72m, até o início desta descrição, no vértice V31A"; que constitui loteamento de terrenos urbanos composto de 16 quadras, destinando-se 57.317,02m² às vias públicas; 17.250,65m² à área verde; 10.250,67m² à área institucional; 47.218,96m² às áreas de preservação permanente; e, 202.082,04m² a 526 lotes de terrenos disponíveis para alienação.

Bairro Nova Ituiutaba IV

Imóvel com área total de 247.560,00m², com a seguinte descrição: Inicia-se no vértice denominado V2, este situado junto à margem esquerda do Córrego Sujo, na divisa com as propriedades pertencente a Antônio Baduy Filho e Mauro Baduy e João Washington Rodrigues; daí, segue pelo leito do referido Córrego, à montante, confrontando com este último, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: 207°33'44" - 155,93m, até o vértice V3, este situado junto à margem direita do Córrego Sujo; deste, segue

PREFEITURA DE ITUIUTABA

limitando por cerca de arame aos azimutes e distâncias de: $92^{\circ}03'20''$ - 47,50m, até o vértice V4; $185^{\circ}46'20''$ - 111,79m, até o vértice V5 e, $275^{\circ}46'20''$ - 37,00m, até o vértice V6, este situado novamente junto à margem direita do referido Córrego; daí, segue pelo leito do Córrego Sujo, à montante, ao azimute e distância de: $194^{\circ}25'40''$ - 136,35m, até o vértice V7; deste, segue ainda pelo leito do Córrego Sujo, confrontando com a propriedade pertencente a Carlos Muniz Marques, ao azimute e distância entre os pontos extremos de: $197^{\circ}49'20''$ - 62,93m, até o vértice V51, este situado junto à margem esquerda do Córrego Sujo; daí, segue dividindo com a Gleba denominada Califórnia III, de propriedade de Jarudore Empreendimentos Imobiliários Ltda., aos azimutes e distâncias de: $278^{\circ}27'55''$ - 31,28m, até o vértice R40; $279^{\circ}41'34''$ - 101,21m, até o vértice R39; $281^{\circ}15'46''$ - 89,17m, até o vértice A05; $301^{\circ}32'25''$ - 64,58m, até o vértice A06; $261^{\circ}09'28''$ - 74,90m, até o vértice A07; $249^{\circ}00'50''$ - 63,32m, até o vértice A08 e $242^{\circ}23'47''$ - 140,29m, até o vértice V45A; deste, segue dividindo com a Gleba denominada Califórnia I, de propriedade de Jarudore Empreendimentos Imobiliários Ltda., ao azimute e distância de: $340^{\circ}02'37''$ - 30,66m, até o vértice V45 e, deste, segue dividindo com a Gleba denominada Califórnia II, de propriedade de Jarudore Empreendimentos Imobiliários Ltda., ao azimute e distância de: $339^{\circ}43'57''$ - 375,77m, até o vértice V44; finalmente, segue confrontando com a propriedade em comum, pertencente a Antônio Baduy Filho e Mauro Baduy, aos azimutes e distâncias de: $84^{\circ}33'34''$ - 737,80m, até o vértice R15; $77^{\circ}01'06''$ - 64,42m, até o início desta descrição, no vértice V2"; que constitui loteamento de terrenos urbanos composto de 14 quadras, destinando-se 47.244,52m² às vias públicas; 36.513,02m² à área verde; 9.480,91m² à área institucional; 58.139,12m² à área de preservação permanente; e, 96.182,43m² a 471 lotes de terrenos disponíveis para alienação.

5 - Área confrontante ao Bairro Lagoa Azul II - ZEIS I (Residencial Dr. Marcondes Bernardes Ferreira)

Com área de 120.246,19m, dentro do seguinte perímetro e confrontações: Começa na Av. Jandyro Vilela de Freitas, na divisa com imóvel de Álvaro Otávio Macedo de Andrade, e segue por esta avenida no azimute de $2200\ 41'11''$ e distância de 198,50m, daí confrontando com o lote cadastrado sob nº SO-22-11-01-02, com azimute de $310041'11''$ e distância de 50,00m, daí ainda confrontando com lote cadastrado sob nº SO-22-11-01-02, e depois com o lote cadastrado sob o nº SO-22-11-01-01, com os azimutes e distâncias de $2200\ 41'11''$ por 56,75m e $109008'20''$ por 3,76m, indo à divisa com terrenos de George El Bayeh Junior e Humberto Andrade Bayeh, daí segue por esta cerca de arame com o azimute de $229029'04''$ e distância de 23,00m, indo à divisa com outro imóvel de Seular Comercial e Construtora Ltda., daí segue com esta confrontação nos azimutes e distâncias sucessivos de $311000'00''$ por 124,00m, $41000'00''$ por 39,00m, $324015'00''$ por 143,20m, $221000'00''$ por 71,50m e $311000'00''$ por 206,00m, indo à divisa com terrenos de Maria Soares de Freitas, daí segue com esta, por cerca de arame nos azimutes e

PREFEITURA DE ITUIUTABA

azimute $323^{\circ}12'09''$ e distância de 525,64m, até alcançar o vértice V3; finalmente segue confrontando com a estrada municipal 025, limitando por cerca de arame ao azimute de $86^{\circ}07'38''$ e distância de 412,16m, até alcançar o esticador de arame denominado VO, inicial desta descrição, onde se fechou o perímetro, perfazendo uma área total de 141.610,75m²."

9 - Área do Município situada no Bairro Maria Vilela - ZEIS III

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de Ituiutaba

ÁREA TOTAL: 15.412,93 m²

BAIRRO: Maria Vilela

LINHA PERIMETRAL

Inicia se no cruzamento da Rua Pedro Alves Vilela com a Avenida Guimarães, e segue limitando com esta última, por 202,40 metros; daí, a direita, limitando pela Rua Francisco Alves Vilela, por 98,20 metros; daí, a direita, limitando pela Avenida Altair Alves Ferreira, por 145,00 metros; daí, a esquerda, limitando pela Rua Lazaro Carvalho Vilela, por 119,81 metros e finalmente, limitando pela Rua Pedro Alves Vilela, até o ponto inicial por 168,55 metros, onde fechou-se este perímetro com 733,96 metros.



PREFEITURA DE ITUIUTABA**Anexo II
Quadro I
Zonas Especiais de Interesse Social I
ZEIS I
Características de Zona de Uso**

Categoria de Uso Permitida	Frente Mínima (m)	Área Mínima (m²)	Recuo de frente Mínima (m)	Recuo Lateral (m)	Recuo de Fundo Mínimo (m)	Taxa de Ocupação Máxima
Residência Unifamiliar Térrea	8,00	160	3,00	----	1,50	0,75
Comércio Varejista	10,00	200	----	----	1,50	0,80
Institucionais	10,00	----	3,00	1,50	1,50	0,50



PREFEITURA DE ITUIUTABA**Anexo II
Quadro II****Zonas Especiais de Interesse Social I
ZEIS I
VIAS de Circulação**

Vias para Circulação de Veículos e ou Pedestres			
Características	Via Principal	Via Secundária	Via Local
Largura Mínima	23,00	13,00	11,00
Faixa de Rolamento Mínima	14,00	9,00	7,00
Passeio Lateral Mínimo (cada Lado)	3,00	2,00	2,00
Canteiro Central Mínimo	3,00	---	---

